



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

SAMUEL SANTOS FREITAS

**Jovens Unidos do Calabar (JUC): Experiência de um Movimento de Bairro
de Salvador (1977-1985)**

Salvador
2020

SAMUEL SANTOS FREITAS

**Jovens Unidos do Calabar (JUC): Experiência de um Movimento de Bairro
de Salvador (1977-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal da Bahia para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Linha de Pesquisa: Cultura e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa

Salvador
2020

F866 Freitas, Samuel Santos
Jovens Unidos do Calabar (JUC): experiência de um movimento de bairro de Salvador (1977-1985) / Samuel Santos Freitas. – 2020.
147 f. : il.

Orientador: Prof.º Dr.º Iraneidson Santos Costa

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Movimentos sociais urbanos - Salvador (BA). 2. Participação social - Salvador (BA)
3. Bairros – Calabar - Salvador (BA). 4. Sociologia urbana. 5. Administração
local - Bahia. I. Costa. Iraneidson Santos. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências humanas. III. Título.

CDD: 307.76



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DA ALUNA	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Samuel Santos Freitas	217121457	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO Jovens Unidos do Calabar (JUC): Experiência de um Movimento de Bairro de Salvador (1977-1985)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Iraneidson Santos Costa (Orientador- UFBA)		408.725.055-53
Antônia dos Santos Garcia (NEIM/UFBA)		075.005.805-68
Antônio Luigi Negro (UFBA)		941.153.207-10

ATA

Aos seis dias mês de dezembro do ano de 2019, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Samuel Santos Freitas**, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Iraneidson Santos Costa, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAR o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A dissertação atende plenamente às exigências acadêmicas de uma pesquisa científica em história e representa uma importante contribuição para a história dos movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo.

SSA, 06/12/2019: Assinatura do aluno:

SSA, 06/12/2019: Assinatura do orientador:

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, sem os quais não teria iniciado a vida acadêmica, dado o incentivo e esforços, inclusive materiais, que empenharam no meu ensino básico. Para uma família com sete filhos, concluir o segundo grau era quase uma raridade na comunidade em que cresci, Cine Drive, Vera Cruz – Ba. Parece inusitado, mas agradeço também algumas memórias de dureza da infância. A digressão às experiências da infância me serviu em diferentes momentos da pesquisa, pois foi através do uso da memória que me conectei mais profundamente ao mundo dos calabarenses. O monumento que hoje dá nome ao bairro onde morei na infância cedeu lugar recentemente a três ou quatro residências de moradia da classe média. Cine Drive era uma referência utilizada, naquele período, para combater o termo pejorativo de invasão dado à comunidade (de ocupações espontâneas) por moradores de outras localidades. Naquele espaço, construí importantes relações de amizade e solidariedade, o que se assemelha, em alguns limites, com o meu objeto de estudo.

Nesse pedaço de terra chamado Cine Drive, conheci Adriano Sousa, companheiro de muitos anos e a quem dedico meu ingresso na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Adriano me orientou em diferentes momentos da graduação, na revisão de trabalhos acadêmicos, na procura por bolsas de estudos e nas minhas diferentes crises emocionais. Foi também Adriano quem me apresentou ao professor Dr. Iradeidson Costa (Iran), em 2012.

A primeira aula que assisti no curso de graduação em história da UFBA foi ministrada pelo professor Iran. A convite de Adriano assisti a aula de América I com sua turma, que já estava no quinto período do curso. Naquela noite, ele disse que o professor Iran iria iniciar um trabalho com ACC (Ação Curricular em Comunidade) e que era uma oportunidade para conhecer melhor a Universidade.

No primeiro semestre de 2013, estava matriculado na ACC. No segundo semestre do mesmo ano, já era bolsista no projeto de extensão acadêmica: “História e Memória das Lutas Populares na Bahia: a trajetória do Calabar” (2013-2015), pelo Programa Permanecer da UFBA. Agradeço, portanto, ao professor Dr. Iraneidson Costa que me recebeu na pesquisa de iniciação científica, na graduação, e continuou a me orientar no mestrado em História Social da UFBA.

A Nélia Santos e a todos os bolsistas do Projeto História e Memória, agradeço pelo ótimo trabalho desenvolvido na Casa da Memória Popular (CAMPO) / Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e pelos bons anos que passamos juntos organizando o Acervo do

Calabar e do Alto das Pombas. Agradeço também à equipe do CEAS por me receber como residente do CETAM e pelos laços de amizade que se fortalecem a cada dia. Agradeço ao companheiro Jacson Sena por sua disponibilidade e presteza em algumas consultorias sobre a leitura espacial do Calabar, inclusive, por ter construído o mapa da região e disponibilizado para o uso nesta pesquisa.

Agradeço, igualmente, a todos(as) companheiros(as) colegas de curso de graduação e mestrado e aos professores(as) que contribuíram em minha formação acadêmica. Aos professores que estiveram em minha qualificação, Antonio Luigi Negro e Antonia Garcia, agradeço as críticas e colocações, que me ajudaram na construção da dissertação. Agradeço também o incentivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu uma Bolsa durante o período do mestrado.

Agradeço aos moradores do Calabar que me acolheram durante todos esses anos, que me receberam em suas casas e espaços de trabalhos com muita amizade e confiança. Agradeço, especialmente, a Cristiene Cristina, Maria de Fátima, Clério e Justina, companheiros(as) de caminhadas pelo bairro, que me apontaram caminhos de pesquisas e fontes históricas. Agradeço a todos(as) que concederam entrevista a esta pesquisa.

Simony Oliveira Lima me deu segurança e amor, com a sua paciência e amorosidade tornou a experiência do mestrado mais leve. Em um período de incertezas e retiradas de direitos, pesou sob minha cabeça a responsabilidade do título de mestre e a ansiedade pela conclusão. Mas Simony estava ali, na maioria das vezes por telefone, me tranquilizando e apontando caminhos. Além da inteligência emocional, Simony é uma hábil pesquisadora, me ajudou na revisão de todo o texto da dissertação, mais de uma vez. Seu apoio tornou a conclusão dessa dissertação possível. Esse trabalho também é dela.

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo analisar a trajetória do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC), movimento de bairro de Salvador – Bahia, entre os anos de 1977 e 1985. Neste estudo, buscou-se compreender o protagonismo juvenil durante o processo de formação do movimento de bairro do Calabar. A trajetória do JUC é um importante instrumento para pensar as lutas sociais encampadas pelos moradores dos bairros populares de Salvador no período de distensão política da ditadura militar brasileira. A consciência sobre o espaço que ocupavam na cidade, formada no contexto dos movimentos populares de Salvador, da influência de setores da Igreja Católica e das próprias experiências cotidianas na comunidade e no âmbito da cidade, permitiram aos jovens do Calabar a construção de redes de parcerias com organizações políticas e sociais, que dinamizaram a luta comunitária do bairro. Na elaboração deste estudo, foram utilizadas como fontes históricas uma diversidade de documentos, a exemplo de regulamentos, certidões institucionais, estatutos, atas de reuniões, cartas, correspondências, comunicados, panfletos, fotos, censos, jornais comunitários, jornais da imprensa comercial e relatos orais. A partir da análise desses registros históricos, percebeu-se que o movimento de bairro do Calabar se constituiu dentro de um processo de luta por equipamentos e bens de consumo coletivo e direito à moradia, ou seja, pelo direito à cidade. Compreende-se o movimento de bairro do Calabar, experienciado nos anos 1970 e 1980, como um marco histórico no processo de construção da identidade dos moradores do Calabar.

Palavras-Chave: Movimento de Bairro, Protagonismo Juvenil, Experiência Cotidiana, Direito à Cidade.

Abstract

This thesis has as an objective to analyze the trajectory of the group Jovens Unidos do Calabar (JUC), neighborhood movement from Salvador - Bahia, from years 1977 to 1985. In these studies, we seek to comprehend the juvenile protagonism during the formation process of Calabar's neighborhood movement. The trajectory of the JUC group is an important instrument to think of social fights that were taken on by residents from popular neighborhoods of Salvador, in a period of political distension in the Brazilian military dictatorship. The conscience over the space occupied by juveniles in the city, conceived within the context of popular movements from Salvador, the influence of sectors of the Catholic Church and their own day-to-day experiences in the community and concerning the city allowed the juveniles from Calabar to create partnership networks, with social and political organizations, which dynamized the fight of the community in the neighborhood. In the development of these studies, we utilized as historical sources: regulations, institutional certificates, statutes, meeting minutes, letters, correspondences, releases, brochures, photographs, census, community newspapers, trade press newspapers and oral sources. From the analysis of those historical records, we understand that Calabar's neighborhood movement was conceived within a process of fighting for equipments and collective common goods, and also for housing rights. In other words, the right to the city. We comprehend Calabar's neighborhood movement, experienced between the years 1970 to 1980, as a landmark in the process of construction of Calabar's residents' identity.

KEYWORDS: Neighborhood Movement, Juvenile Protagonism, Day-to-day Experience, Right to the City.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização do bairro Calabar - Salvador	14
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Origem dos moradores e tempo de residência no Calabar	53
Tabela 2 – Motivos que levaram os moradores a migrar para o Calabar	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Situação fundiária do Calabar	76
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC- Ação Católica

AP – Ação Popular

AMUC – Associação de Moradores Unidos do Calabar

CAMPO – Casa da Memória Popular

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

FABS – Federação das Associações de Bairros de Salvador

GRUJAP – Grupo de Jovens Amantes da Perseverança

JUC – Jovens Unidos do Calabar

JUC – Juventude Universitária Católica

JUC-SOBE – Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MCC – Movimento Contra a Carestia

MDF – Movimento de Defesa dos Favelados

OCEPLAN – Órgão Central de Planejamento

Pe. – Padre

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PJ – Pastoral da Juventude

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMS – Prefeitura Municipal de Salvador

PT – Partido dos Trabalhadores

SBRC – Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - A IGREJA, A CASA, A PRAÇA E A LUTA: FORMAÇÃO DO GRUPO DE JOVENS UNIDOS DO CALABAR	25
1.1 A Igreja no movimento de bairro do Calabar	25
1.2 Entre a casa e a praça: precedentes do JUC	40
1.3 A praça: o JUC e seus interlocutores	50
1.4 A luta: “de repente lá estavam eles”, Jovens Unidos do Calabar	57
CAPÍTULO 2 - O MOVIMENTO DE BAIRRO DO CALABAR E SUAS REDES	66
2.1 Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar (JUC-SOBE)	67
2.2 Mobilizações nas ruas e praças da cidade: do JUC à JUC-SOBE	74
2.2.1 A luta pelo título de posse dos terrenos do Calabar	74
2.2.2 “Caminhada da Esperança”	79
2.3 O tecer das redes de relações da JUC-SOBE.....	87
CAPÍTULO 3 - JUC e JUC-SOBE: DISSIDÊNCIAS INTERNAS	98
3.1 Ala-Jovem da JUC-SOBE.....	99
3.2 Escola Aberta do Calabar.....	106
3.3 Eleições Municipais de 1982	114
3.4 Um espaço dentro do movimento de bairro do Calabar	119
3.5 Dissolução da JUC-SOBE	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
FONTES E BIBLIOGRAFIA	139

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a trajetória do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC), entre os anos de 1977 a 1985. Nesse estudo, busca-se compreender o protagonismo juvenil no processo de formação do movimento de bairro do Calabar. As experiências cotidianas e as condições em que viviam os moradores do Calabar, no final da década de 1970, uniram aproximadamente 20 jovens (moças e rapazes), negros(as), com idades entre 13 e 21 anos, em torno da luta comunitária.

Atualmente, diversos estudiosos adentram ao Calabar para pesquisar sobre o seu desenvolvimento sócio histórico. Um pesquisador atento perceberá, em sua primeira visita ao bairro, os trabalhos realizados pela organização comunitária, como, por exemplo: a Escola Aberta, a Creche Escola, a Biblioteca Comunitária, o Posto de Saúde, entre outros. Esse mesmo visitante, quando se debruçar sobre suas fontes de pesquisas, divisará que a maioria dos projetos sociais, desenvolvidos na comunidade, foram iniciados pelo grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC).

O JUC nasceu, oficialmente, no dia 12 de setembro de 1977, após uma gincana que ocorreu na Paróquia do Divino Espírito Santo, Alto das Pombas, entre os meses de julho e setembro, do mesmo ano. O quadro de fundadores do grupo foi composto por aproximadamente 15 rapazes do bairro. As primeiras moças que fizeram parte do JUC entraram entre finais de 1977 e início de 1978.¹

Nos primeiros anos de atividade, o JUC organizou diferentes ações por meio de mutirões para melhores condições de moradia no local. Além disso, o grupo tentou sensibilizar a opinião pública sobre as condições em que viviam no Calabar, quando levou ao bairro duas importantes personalidades da cidade: o prefeito de Salvador à época, Mário Kertész, e o Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador, Primaz do Brasil.

Em 1980, com o surgimento da JUC-SOBE (Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar), houve uma reconfiguração nos quadros do movimento de bairro. Primeiro com a entrada dos moradores mais velhos, sendo eles(as), em sua maioria, pais e mães dos integrantes do antigo JUC. Segundo, o JUC deixou de existir, em sua formação original, e tornou-se um setor da Associação de Moradores (Ala-Jovem). Os jovens, menores de idade,

¹ Coincidentemente a sigla do grupo de Jovens Unidos do Calabar é a mesma sigla utilizada pela Juventude Universitária Católica (JUC). Essa questão será tratada de forma mais aprofundada no primeiro capítulo da dissertação.

passaram a compor a Ala-Jovem da entidade, e os demais assumiram a frente da organização.² A JUC-SOBE era herdeira direta do antigo JUC, por isso, manteve as iniciais do grupo em sua sigla.

No início da década de 1980, o movimento de bairro do Calabar despontou na cena pública da cidade de Salvador. No dia 11 de maio de 1981, a Associação de Moradores convocou os calabarenses para uma passeata até a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS). Neste movimento, reivindicaram do prefeito Mário Kertész, a promessa das obras de urbanização do bairro. O evento ficou conhecido como “Caminhada da Esperança”. Naquele momento, a JUC-SOBE tornava-se uma importante referência para outras organizações de bairros populares da cidade.

A JUC-SOBE contou com uma considerável rede de parceiros: partidos políticos, jornalistas, movimentos estudantis, associações de bairros, assim como: o Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), a Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) e o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF). Nesse período, o Calabar tornou-se palco de importantes eventos de caráter popular. No final do ano de 1981, sediou o Dia Nacional das Associações de Bairros, evento promovido pela FABS. E, em 1983, foi sede do III Encontro Nacional de Favelados, primeiro do Nordeste, organizado pelo Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) – o evento foi parte do processo de formação do MDF na Bahia.

A JUC-SOBE foi dissolvida, em 1985, após uma série de embates internos. A divisão nos quadros do movimento de bairro, em 1980, criou precedentes para rupturas internas. O centro de decisões tornou-se, efetivamente, a coordenação da JUC-SOBE. Em resposta, o JUC (Ala-Jovem da Associação de Moradores) tornou-se um grupo de oposição interna. A relação entre o JUC e a JUC-SOBE situou-se “em uma arena de conflitos”³, e a disputa se figurou, principalmente, em torno da herança do movimento, iniciado em 1977, personificado na sigla JUC.

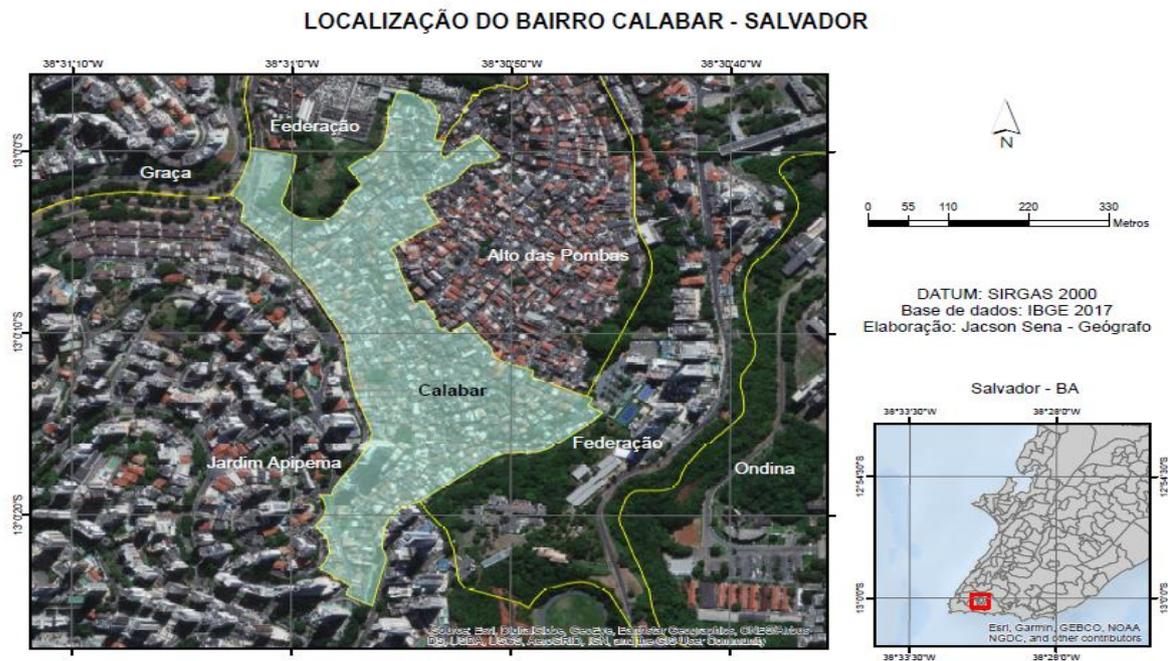
No final do ano de 1985, o movimento de bairro do Calabar se dividiu entre duas organizações comunitárias: a Associação de Moradores Unidos do Calabar (AMUC), formada por ex-integrantes da Ala-Jovem da JUC-SOBE; e a Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar (SBRC), antiga JUC-SOBE. Possivelmente, a partir daí surgiram outras entidades de bairro. Não se sabe ao certo como a AMUC deu continuidade ao seu trabalho, mas é conhecido que a SBRC continua atuando no bairro do Calabar.

² Estatuto de Fundação da JUC-SOBE, 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³ ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta: Trajetória de um movimento de bairro de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1985. O termo “arena de conflitos” é utilizado no campo das ciências sociais e políticas como uma categoria de análise.

O território que o Calabar ocupa está localizado na região central de Salvador. O bairro está situado em uma área de vale, entre o Cemitério do Campo Santo, Alto das Pombas, Federação, Graça, Jardim Apipema, Ondina e São Lázaro (ver mapa 01).⁴ Em sua extensão, o bairro é cortado por um riacho (atualmente coberto por tapume de concreto e edificações), conectando a Avenida Centenário (Barra) à Avenida Oceânica (Ondina).⁵

Mapa 01



Embora localizado em uma das regiões com um dos metros quadrados mais caros da cidade (na década de 1970), com acesso rápido ao centro comercial de Salvador, pesava sob o Calabar o estereótipo de submundo, um enclave no centro da cidade. Essas contradições revelam aspectos pontuais sobre a marginalização das ocupações de moradias populares. No que concerne ao desenvolvimento urbano das cidades modernas, esses espaços são tratados como locais de proliferação de diferentes “problemas da cidade: pobreza, desemprego, sub-habitação, delinquência, violência”, entre outros.⁶ Definir os espaços de moradias populares dessa maneira reduz as práticas dos sujeitos a categorias fechadas de definições, desconsiderando as experiências dessas populações.

⁴ A geografia espacial do Calabar não sofreu muitas alterações entre os anos 1970-1980 (período do objeto de estudo) e os dias atuais.

⁵ Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN) da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), nos anos 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁶ AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió (AL): EDUFAL, UNESP, 2010, p. 31.

Segundo Milton Santos:

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. [...] O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. [...] Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. [...] O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado [...].⁷

Portanto, compreende-se não o espaço em si, mas quem e como o constituiu. Tomam-se os moradores do Calabar como “os verdadeiros agentes de transformação do espaço” ocupado por eles.⁸ Esses sujeitos “articulavam-se em ‘rede’, não uma rede única, mas redes superpostas”.⁹ É a partir dessas redes de relações que foram se configurando os movimentos organizados.

A população do Calabar era relativamente nova na década de 1970. Conforme os dados apresentados pelo *Censo comunitário de 78*, desenvolvido pelo JUC, entre os anos de 1958 a 1978, o bairro assistiu a um aumento no conjunto populacional de aproximadamente 88%. Apenas 11% da população estava no Calabar há mais de 20 anos.¹⁰ De acordo com Elisete Zanlorenzi, “o local, por situar-se entre encostas, [...], permaneceu relativamente escondido e esquecido”, isso favoreceu a ocupação do bairro pela população de baixa renda, tendo em vista que, até o final da década de 1960, “quando, [...] a política do uso do solo urbano sofreu grandes modificações”, o bairro ainda não era “visado pela especulação imobiliária”.¹¹

A população do Calabar era majoritariamente negra.¹² Conforme afirmou Roberto Caetano dos Santos, ex-membro do JUC, em entrevista a esta pesquisa, “o Calabar é oriundo das comunidades quilombolas [...]. A maioria da população da comunidade era constituída de negros. Se você pegar a história, são negros vindos de parentes que foram escravos”.¹³ A concentração da população negra no Calabar se explica, também, pela “divisão racial do

⁷ SANTOS, Milton. O retorno do território. In: _____ (org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-16.

⁸ AFONSO, L. D.; SERPA, A. S. P. *Perfil socioeconômico e cultural do bairro de Itapuã, em Salvador – BA*, 2007, p. 9.

⁹ Idem, p. 9.

¹⁰ *Censo Comunitário de 78*. Dados socioeconômicos do Calabar. 1978. Acervo do Calabar. CAMPO CEAS.

¹¹ ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 100.

¹² Relatos de ex-membros do JUC. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹³ Entrevista concedida por Roberto Caetano dos Santos, em 2016. A entrevista foi realizada no trabalho do entrevistado. Petrobrás. Stiep, Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. O depoimento de Roberto Caetano reafirma relatos de outros ex-membros do JUC, os quais, com base nas experiências coletivas e na teoria sobre a origem da comunidade, afirmaram a predominância da raça negra no Calabar.

espaço” urbano.¹⁴ “O racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho”.¹⁵

Entre outros fatores, a maneira como os sujeitos ocupam a cidade está relacionada com as condições de vida e a quantidade de rendimento de cada um deles.¹⁶ O rendimento familiar é um importante elemento para se pensar a organização social dos espaços urbanos.¹⁷ A população de baixa renda, em sua maioria, ocupa os espaços mais acessíveis, em valor de capital, quando não reside no próprio local de trabalho. Neste sentido, além das experiências comuns dos moradores do Calabar, em situações como a falta de equipamentos e de bens de consumo coletivo no bairro, eles compartilhavam, também, “o fato de que seus rendimentos [limitaram] suas possibilidades de moradia”, ao Calabar.¹⁸

Esses sujeitos não são compreendidos aqui “apenas como aqueles que possuem carência; eles a têm, mas possuem também força histórica [e] capacidade de mudança [...]”.¹⁹ É de nosso interesse, portanto, compreender como os moradores do Calabar percebiam e participavam da vida política e social da cidade de Salvador, ou seja, como eles reivindicaram o direito à cidade.²⁰ Como afirma Michel Agier, as pessoas fazem a cidade, e é este fazer “que se observa nas relações sociais”.²¹

Para esta pesquisa, tomou-se como referência teórica os estudos esboçados no campo da História Social pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson. Na década de 1980, Thompson se tornou um dos principais referenciais para a historiografia brasileira, quando seus estudos começaram a ser traduzidos no Brasil.²² Preocupado com a “história dos de baixo”, Thompson dedicou seus estudos à análise do comportamento dos sujeitos históricos nas experiências coletivas. Segundo o autor, “a experiência surge espontaneamente no ser

¹⁴ GONZALEZ, Lélia. *Mulher Negra*. Conferência promovida pelo African-American Political Caucus e pela Morgan State University. (Versão traduzida pela conferencista). Baltimore, 9-12 de agosto de 1984, p. 1.

¹⁵ Idem, p.3.

¹⁶ CALDEIRA, Tereza P. do R.. *A Política dos Outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 104.

¹⁷ “A maior parte dos projetos de consumo é familiar, não só no sentido de que eles são pensados em função de todo o grupo doméstico, mas também no sentido de que dependem do esforço de pelo menos alguns de seus membros. É para a família que confluem as rendas que os vários membros auferem individualmente no mercado de trabalho, e é a partir dela que os rendimentos são distribuídos e usados [...]”. CALDEIRA, Tereza P. do R.. *A política dos outros*, p. 104-105.

¹⁸ CALDEIRA, Tereza P. do R.. *A política dos outros*, p. 104.

¹⁹ BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982, p. 30.

²⁰ LEFEBVRE, Henri. *O direito à Cidade*. In. Rubens Eduardo Frias. São Paulo. Centauro, 2001.

²¹ AGIER, Michel. *Antropologia da cidade*. Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011, p. 55.

²² NEGRO, Antonio Luigi. *E. P. Thompson no Brasil: recepção e usos*. Crítica Marxista, n.39, 2014.

social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres [...] são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”.²³

Para Thompson, “as classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe”.²⁴ De acordo com o autor, “o processo de formação de classe é um processo de autoconfecção”, isto é, a classe está presente no próprio fazer-se, que acontece sob condições que são dadas por cada conjuntura. A classe surge, portanto, a partir das experiências que são tecidas nas trajetórias e vivências históricas dos atores sociais: por meio de laços de vizinhança, nas redes de relacionamentos construídas por eles ao longo da vida, enfim, nas experiências que são travadas pelos indivíduos no dia a dia.²⁵

Compreende-se a trajetória do JUC como um importante instrumento para pensar as lutas sociais encampadas pelos moradores dos bairros populares de Salvador, no período de distensão política da ditadura militar brasileira. Esta pesquisa se justifica por sua inserção no campo dos Movimentos Sociais. Têm-se por intenção não apenas apresentar uma análise sobre a organização comunitária do Calabar, mas contribuir para os estudos dos Movimentos Populares em Salvador, tendo em vista as redes de parcerias que foram tecidas pelo movimento de bairro do Calabar e sua inserção na cena pública da cidade de Salvador nos anos 1980.

Ao realizar uma leitura sobre o tempo histórico que os atores sociais do JUC estiveram inseridos, contribuições de alguns teóricos que estudaram os movimentos sociais foram mencionadas. Até os dias atuais, diferentes estudos são desenvolvidos no campo das ciências sociais e humanas para tentar dar conta da dinâmica dos inúmeros eventos que emergiram naquele contexto como, por exemplo: movimentos de mulheres, movimentos negros, movimentos de bairros populares, movimentos sindicais, movimentos de intelectuais e tantos outros.

Preocupado em compreender como os sujeitos sociais se organizaram no período de distensão política do país, no final da década de 1970 e início de 1980, no livro *Quando novos personagens entraram em cena*, Eder Sader buscou analisar as “experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo”. O autor apresentou com maestria a inserção dos sujeitos na cena pública, demonstrando que esses movimentos vinham sendo construídos, na maioria das vezes, no interior de organizações de bairro, sindicatos e partidos políticos de esquerda.

²³ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 16.

²⁴ Idem.

²⁵ Ibid.

Nesse estudo, Eder Sader buscou captar as experiências dos trabalhadores entre o chão da fábrica e a condição de vida no cotidiano, tendo a percepção de como os atores sociais se organizavam, como identificavam entre si e como articulavam os objetivos práticos do dia a dia a valores que davam sentido à formação dos grupos. Para o autor, as experiências traçadas por cada grupo particularizavam suas ações e refletiam nas representações, que ali ficavam plasmadas.

Eder Sader assistiu de perto a emergência de “uma nova configuração das classes populares”.²⁶ Os movimentos sociais que despontaram, naquele momento, vinham se reconfigurando desde a instalação da ditadura militar. A partir de 1964, as organizações, que representavam resistência e oposição ao regime, foram duramente perseguidas e passaram a se articular em torno de novas configurações de luta. Segundo Paulo Fontes, “para muitos militantes e simpatizantes de esquerda, as associações de bairro tornaram-se a forma de participação possível após o golpe”, conforme afirma o autor, havia maiores investidas dos militares contra os partidos políticos de esquerda e sindicatos, do que nas organizações de bairro.²⁷

As manifestações coletivas observadas no Brasil, nos anos 1970 e 1980, caracterizaram-se pela diversidade dos grupos e discursos. Nesse contexto, “atores sociais e intérpretes, no próprio calor da hora, se aperceberam de que havia algo de novo emergindo na história social do país, cujo significado era difícil de ser imediatamente captado”.²⁸ Para Eder Sader, nascia ali novas configurações de lutas, as quais o autor arriscou a chamar de Novos Movimentos Sociais.

De acordo com Ângela Alonso, o conceito de Novos Movimentos Sociais, utilizado por Eder Sader, apareceu pela primeira vez nos anos 1960, quando se assistiu, em diversas partes do mundo, o surgimento dos movimentos ambientais, culturais e identitários: de mulheres, de gays, de negros, identificados como minorias sociais. Os precursores da teoria dos Novos Movimentos Sociais, Alain Touraine, Jurgem Habermas e Alberto Melucci, críticos ao marxismo tradicional, interpretaram os movimentos sociais inteiramente pela via cultural. Para esses estudiosos, os atores sociais “não se definiriam mais por uma atividade, o

²⁶ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 36.

²⁷ FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008, p. 283.

²⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*, p. 26.

trabalho, mas por formas de vida. Os ‘novos sujeitos’ não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural”.²⁹

Na Europa, a teoria dos Novos Movimentos Sociais opôs-se “ao ‘antigo’ movimento da classe trabalhadora”. Na América Latina, “aos movimentos que não se envolviam com os esquemas da política populista, do jogo de favores e relações clientelistas”.³⁰ No Brasil, a transição política dos anos 1980 foi um dos principais motivos para o surgimento da teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Para Maria da Glória Gohn, as teorias dos Novos Movimentos Sociais dizem “respeito a novas formas de manifestações coletivas e a um tipo de abordagem desvinculado do esquema clássico marxista, estrutural e determinista”. Segundo estudiosos do tema, a teoria marxista sobre a ação coletiva fundamentava-se apenas na ação de classe e na relação de produção, mesmo com o revisionismo marxista, que enfatizou a importância da descentralização do aspecto econômico para a análise dos aspectos culturais, sociais e políticos, como “a luta de classe, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva”.³¹

Segundo Foweraker,

‘uma das principais afirmações da tese dos Novos Movimentos Sociais é que eles são novos porque não têm uma clara base classista, como nos velhos movimentos operários ou camponeses; e porque não têm um interesse especial de apelo para nenhum daqueles grupos. São interesses difusos’.³²

Em verdade, o que há de “novo” nos Novos Movimentos Sociais “é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas”.³³ Não se pode chamar de “novo” o que na realidade seria mais um ciclo de atividades.³⁴ Houve, na prática, uma profusão de movimentos, que, no limite, estiveram conectados por interesses comuns.

É importante destacar que houve uma ampliação da agenda política no interior dos movimentos sociais, os quais atuaram não apenas no campo econômico, mas também, a partir de aspectos identitários, culturais e sociais.³⁵ Assim como, emergia na cena pública novas classes e/ou novos atores sociais, como ilustra muito bem Eder Sader.

²⁹ ALONSO, Ângela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço dos debates*. Lua Nova, São Paulo, nº 76, 2009, p. 60.

³⁰ GOHN, M. da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo. Edições Loyola, 1997, p. 124.

³¹ Idem. 122.

³² Apud. GOHN, *Teorias dos movimentos sociais*, p. 124.

³³ GOHN, *Teorias dos movimentos sociais*, p. 124.

³⁴ ESPÍNEIRA, M. V. *O partido, a Igreja, e o Estado nas associações de Bairros*. Salvador: Edufba, 1997, p. 18.

³⁵ GARCIA, Antonia dos S.. *Mulheres da cidade d'Oxum: relações de gênero, raça, classe e organização espacial do movimento de bairros em Salvador*. Salvador: Edufba, 2006, p. 123.

Não obstante, das reações violentas do regime militar aos movimentos sociais organizados, além dos movimentos de artistas, intelectuais e grupos de esquerda, as classes populares irrompiam nas ruas por meio de “associações de moradores e de favelas, de movimentos contra o custo de vida, de organizações estudantis, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)” e das bases sindicais.³⁶ Esses movimentos tomaram as ruas em diferentes cidades do país na luta por direitos sociais, confrontando o poder militar “além do permitido pelo projeto de transição controlada”.³⁷

Nessa conjuntura, é flagrada a participação de diferentes setores da Igreja Católica nos movimentos populares. Pensa-se a religião pela chave de Michael Löwy, o qual, influenciado pelos estudos marxistas, definiu “a religião como uma realidade social e histórica [...] das produções espirituais de um povo, da produção de ideias, de representações e consciência, necessariamente condicionada pela produção material e pelas relações sociais correspondentes”.³⁸

A “Igreja que nasce do povo”, como diz Leonardo Boff: “*de pobres e com os pobres*”,³⁹ surge de uma série de movimentos que vinham ocorrendo no interior da Igreja Católica na América Latina desde 1960. No Brasil, esses movimentos de leigos e/ou minorias proféticas originaram-se da Ação Católica (AC) por meio da Juventude Agrária Católica (JAC), da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Independente Católica (JIC), da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Universitária Católica (JUC).⁴⁰ A experiência da Ação Católica chegou ao fim após forte perseguição política do regime militar e por ter sido isolada pela hierarquia da Igreja Católica.⁴¹ Entre os anos 1960 e 1970, insurgiram uma série de movimentos que retomaram algumas metodologias da AC, como, por exemplo: as Pastorais Sociais.⁴²

³⁶ CARVALHO, José Murilo. Passo atrás, passo adiante (1964-1985). In: *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 225.

³⁷ Idem, p. 226.

³⁸ LOWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação?: religião e política na América Latina*. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016. Título original em Português: LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. 1ª ed., In. Vera Lúcia Mello Josceline. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 36.

³⁹ BOFF, Igreja: *Carisma e Poder*, p. 30.

⁴⁰ COSTA, Iraneidson S. *Que papo é esse?: Intelectuais religiosos e classes exploradas no Brasil (1974-1985)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2007.

⁴⁰ RODRIGUES, Leôncio M.. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. BOITO Jr. A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 23.

⁴¹ MARTINS, Suely Aparecida. *Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude: o caso de Londrina*. p. 22. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas - SP: [s.n], 2000.

⁴² A Pastoral da Juventude teve papel fundamental na formação do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC), como veremos no primeiro capítulo da dissertação.

Nesse contexto, surgiu a Teologia da Libertação, importante vertente discursiva da corrente progressista (do ponto de vista político) da Igreja Católica, em um corpo de textos produzidos por intelectuais como o peruano Gustavo Gutiérrez e os brasileiros Clovis e Leonardo Boff.⁴³ De acordo com Iraneidson Costa, a Teologia da Libertação “é uma assumida derivação da eclesiologia pós-Concílio Vaticano II (1962-1965), que, na América Latina, encontrou sua realização a partir da IIª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Celam)”, ocorrida em Medellín, Colômbia, em 1968. Conforme o autor, “o Concílio havia consagrado a ideia de *Povo de Deus*”, se cristalizando enquanto Igreja dos Pobres, anos depois, na Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla, México, em 1979.⁴⁴

O caráter progressista de alguns setores da Igreja Católica, assistido nos anos 1970 e 1980, aproximou essa instituição dos movimentos sociais, “sua franca oposição ao governo militar e também ao modelo econômico capitalista” viria alterar profundamente o quadro das lutas sociais no país. O esforço dos setores da Igreja Católica em “aproximar os movimentos populares do movimento sindical” corroborou para que “muitos trabalhadores, ligados aos grupos comunitários”, passassem “a atuar nos sindicatos”. A nova configuração nos quadros dos sindicatos possibilitou a ampliação das pautas de lutas dessas organizações “(democracia de base, autonomia sindical, organização a partir do local de trabalho e dos bairros, comissões de fábricas etc.)”.⁴⁵

A participação de movimentos, instituições e representantes da Igreja Católica no movimento de bairro do Calabar iniciou-se na formação do JUC, em 1977, conforme a análise das fontes que tivemos acesso. A figura mais presente, até então, era o vigário da Paróquia do Divino Espírito Santo, Pe. Rubens Andrade. A partir daí, a rede de relações com a Igreja Católica se estendeu a outros setores, como a Pastoral da Juventude. Em 1981, o movimento de bairro do Calabar passou a contar, também, com a parceria do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), por intermédio do Pe. jesuíta, italiano, Gianfranco Confalonieri (Pe. Confá).

A documentação utilizada nesta pesquisa é formada por uma diversidade documental, que inclui regulamentos, certidões institucionais, estatutos, atas de reuniões, cartas, correspondências, comunicados, panfletos, fotos, censos, jornais comunitários, jornais da imprensa comercial e fontes orais.⁴⁶

⁴³ LOWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação?*.

⁴⁴ COSTA, I. S. *Que papo é esse?*, p. 23.

⁴⁵ RODRIGUES, Leôncio M.. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. BOITO Jr. A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 16-17.

⁴⁶ O projeto de extensão universitária “História e Memória das Lutas Populares na Bahia: a trajetória do Calabar” foi responsável pela organização do acervo de documentos históricos do movimento de bairro do Calabar, na Casa da Memória Popular (CAMPO)/Centro de Estudo e Ação Social (CEAS). Durante os anos de 2013 a 2015,

No que diz respeito às fontes impressas e manuscritas, é importante fazer uma breve apresentação sobre os jornais comunitários e da imprensa comercial. A primeira publicação de um periódico do JUC ocorreu em 1979. O *Boletim Informativo do JUC* surgiu como uma iniciativa para divulgar o trabalho do grupo de jovens, assim como trazer notícias do dia a dia, e informações que eram divulgadas pela imprensa comercial sobre o Calabar.⁴⁷ Em 1981, o jornal *Kalabari*, alcançando um público maior, deu continuidade ao trabalho de imprensa dentro da comunidade.⁴⁸ Em 1984, como instrumento de oposição interna no movimento de bairro, foi criado o *Informativo JUC* (no ano seguinte seria publicado como *Jornal JUC LUTA*), periódico da Ala-Jovem da JUC-SOBE.⁴⁹

Dentre os jornais da imprensa comercial, analisou-se o *Jornal da Bahia*, *Tribuna da Bahia*, *A Tarde* e *Correio da Bahia*.⁵⁰ As notícias veiculadas pela imprensa de grande circulação tiveram certa importância no processo de formação do JUC. Utilizou-se esses jornais, também, para analisar a cobertura dos eventos relacionados ao Calabar.

Os periódicos não são empregados nesse estudo “como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer”. Temos o cuidado de apontar para as particularidades “a respeito das fontes de informação” das publicações, “relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros”, que as envolvem.⁵¹ Assim, levantou-se o debate em torno do periódico comunitário e a influência dos jornais de grande circulação na formação do JUC. Enfim, o jornal enquanto fonte aparece na pesquisa como um recurso de grande importância, por isso, o esforço de análise foi compreender as diferentes narrativas sobre o Calabar.

participei como aluno e bolsista do projeto, o que possibilitou a defesa, em 2016, do trabalho de conclusão do curso de graduação em história sobre a formação da Associação de Moradores do Calabar, orientado por Iraneidson Santos Costa. Em 2017, iniciei os estudos sobre a trajetória do grupo de Jovens Unidos do Calabar JUC, no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFBA, do qual esse estudo se origina.

⁴⁷ Em entrevista a essa pesquisa, Edmundo Santa Rita relatou que “a comissão de cultura do JUC era responsável pela edição de um panfleto que a gente chamava de jornaleco, era mais que um panfleto e menos que um jornal”.

⁴⁸ *Kalabari*. Publicação dos Moradores do Calabar e Vizinhança, s/d. Associação de Moradores do Calabar – JUC-SOBE. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. O nome do periódico é uma alusão à possível origem quilombola do bairro Calabar. De acordo com Cid Teixeira, a história do bairro Calabar teve início no período de escravidão do Brasil, surgindo como um espaço de resistência de ex-escravos que haviam fugido assim que chegaram à Bahia. Eles vinham de uma região do norte da Nigéria denominada Calabar. Portanto, já instalados onde hoje se localiza o bairro Calabar, os ex-escravos formaram o *Quilombo dos Kalabari*, denominação originária dos calabares nigerianos. *Apud* TEIXEIRA, Humberto. *O Planejamento urbano e a efetividade dos direitos à cidade no bairro do Calabar*. 2014, p. 105.

⁴⁹ O *Informativo JUC* teve sua edição nº 1 em janeiro de 1984. As publicações eram feitas a cada quatro meses, por isso, a edição nº 2 foi publicada em maio de 1984. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁰ Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵¹ LUCA, Tania Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 116.

O trabalho com entrevistas possibilitou o contato direto com nossos interlocutores. Realizou-se o total de nove entrevistas, sete com ex-membros do JUC e duas com pessoas externas ao Calabar. Foram utilizadas, também, cinco entrevistas desenvolvidas pela Equipe Memória da CAMPO/CEAS.⁵²

Essa dissertação está dividida em três capítulos. No capítulo I, analisou-se o processo de formação e os fatores que influenciaram o surgimento do movimento de bairro, entre os quais estão: a participação dos jovens na gincana promovida pela Paróquia do Divino Espírito Santo, Alto das Pombas, e o incentivo do pároco local, Pe. Rubens da Silva Andrade, para a criação de um grupo de jovens no Calabar; a tentativa de “mudar a inditosa imagem do bairro”,⁵³ que era rotulado pela imprensa comercial como “antro de marginais” e “lugar insalubre”; a construção da identidade comunitária a partir das experiências cotidianas e a reflexão sobre as condições com que os moradores do Calabar viviam no bairro.

No capítulo II, discorreu-se sobre a inserção do movimento de bairro do Calabar na cena pública da cidade de Salvador, do JUC à JUC-SOBE; a reconfiguração nos quadros da entidade de bairro e os novos rumos trilhados pela organização, ou seja, as continuidades e rupturas com o antigo JUC; e as redes de relacionamentos que foram tecidas com outras entidades políticas e sociais: Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) e Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), entre outros.

No capítulo III, analisou-se a relação entre o JUC (Ala-Jovem da Associação de Moradores) e a JUC-SOBE. A partir desta análise, foi observado o surgimento e o fortalecimento de uma oposição no interior do movimento de bairro. As disputas internas se configuraram dentro de uma dinâmica de poder que envolveu a direção da Escola Aberta, a diretoria da JUC-SOBE (Associação de Moradores) e o JUC. Para melhor compreender este processo, investigou-se como os interesses particulares, as tentativas de centralização do poder, as disputas por cargos dentro da Escola Aberta e a forte inserção de legendas político-partidárias no bairro dividiram as opiniões dentro do movimento comunitário, e como isso influenciou diretamente no processo de dissolução da JUC-SOBE, em 1985.

Em síntese, a dissertação propõe uma discussão sobre a trajetória do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC) entre 1977 a 1985. Percebe-se que o movimento se constituiu dentro de um processo de luta por equipamentos e bens de consumo coletivo e direito à

⁵² Entrevistas realizadas por estudantes da Universidade Federal da Bahia – UFBA por meio do projeto História e Memória das Lutas populares na Bahia: a trajetória do Calabar, coordenada pelo professor Dr. Iraneidson Santos Costa. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵³ Estatuto de fundação do JUC, 1977. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

moradia, ou seja, pelo direito à cidade, configurando-se por meio das redes de relações, numa dinâmica de aliança e conflitos entre seus atores sociais. Entende-se esse movimento como um marco histórico no processo de construção da identidade dos moradores do Calabar.

CAPÍTULO 1

A IGREJA, A CASA, A PRAÇA E A LUTA: FORMAÇÃO DO GRUPO DE JOVENS UNIDOS DO CALABAR

Na noite de 12 de setembro de 1977, às 22 horas, na residência de Jesus Reis de Oliveira, foi fundado o grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC). A reunião de fundação aconteceu após convocação por via de um bilhete que circulou entre alguns jovens do bairro. Neste bilhete constava o dia, hora, local da reunião e a assinatura de Fernando Costa da Conceição, membro do grupo. Estiveram presentes na reunião de fundação do JUC: Fernando Conceição, Jorge Santa Rita, Jesus Reis de Oliveira, Edvaldo Santa Rita, Edmundo Santa Rita, Jorge Barão, Orlando Santa Rita, Evandro Santa Rita, Paulo Moisés S. Santos, Raimundo Nonato e Luís Costa da Conceição.⁵⁴

As experiências tecidas pela juventude do Calabar no final da década de 1970 uniram aproximadamente 20 jovens (moças e rapazes), negros(as), com idades entre 13 e 21 anos, em torno do movimento de bairro. A formação do JUC aconteceu sob influência de diferentes fatores, internos e externos ao Calabar. Entre os principais estão: 1) a participação dos jovens do Calabar em uma gincana que aconteceu, em 1977, na Paróquia do Divino Espírito Santo, Alto das Pombas; 2) as notícias veiculadas pela imprensa de grande circulação, que abordavam o Calabar como um antro de marginais e local insalubre; 3) as peculiaridades relacionadas às experiências cotidianas dos moradores do Calabar; 4) a ausência de equipamentos e bens de consumo coletivos no bairro. São esses os pontos que se analisa neste capítulo.

1.1 A Igreja no movimento de bairro do Calabar

A melhor forma de descrever o início da atuação de setores da Igreja Católica na organização comunitária do Calabar é, talvez, relatar a história de uma figura que desempenhou papel fundamental no desenvolvimento do grupo de Jovens Unidos do Calabar: Pe. Rubens da Silva Andrade.

Natural de Capela, Sergipe, Padre Rubens Andrade chegou à cidade de Salvador no ano de 1974, aos 29 anos de idade. Na década de 1990, Pe. Rubens Andrade desenvolveu um

⁵⁴ Comunicado de convocação para reunião de fundação do JUC. Fernando Conceição. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

documento, em formato *Curriculum Vitae*, no qual narrou a trajetória da sua formação até o ano de chegada à capital baiana.

Fazendo uso da memória, ele iniciou o documento discorrendo sobre sua vocação para a vida eclesial: “A minha vocação surgiu e desabrochou aos 7 anos de idade e o fato que despertou a minha vocação foi uma Santa Missão no Povoado de Pedras, cujo pregador foi o Frei Elizeu da ordem dos Carmelitas [...]” Outra figura importante em sua formação, nesses anos iniciais, foi “o Cônego José da Mota Cabral, Padre Juca, cujo apostolado viveu na sua própria terra com muita dedicação”.⁵⁵

Dedicando-se à fé cristã católica desde criança, Pe. Rubens Andrade fez o curso primário na Escola Técnica de Comércio Sagrado Coração de Jesus, no qual recebeu orientação da Ir. Clemência Costa Lima para iniciação na vida sacerdotal. “A Ir. Clemência pertencia à Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus [...]” Aos 14 anos de idade, ingressou no Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus, no qual estudou “todo o antigo ginásio e científico que correspondia ao Seminário Menor”.⁵⁶

Entre os anos de 1969 a 1972, cursou Letras pela Universidade Federal de Sergipe, atuando ainda na vida acadêmica como professor de Português e Inglês em diversas escolas. Pe. Rubens Andrade afirmou que “enquanto cursava a faculdade, também fazia atividade pastoral na Paróquia de Divina Pastora aos fins de semana”. Complementa, ainda, que só deixou de residir no Seminário quando concluiu o curso de Letras.⁵⁷

Nesse período, ele já estava engajado nas atividades pastorais com grupos de jovens da Igreja, porém, só passou a responder por uma Paróquia em 1973, quando

[...] a paróquia de N. S. das Dores ficou vacante com a dificuldade de nomear um vigário que desse tempo integral. O Sr. Arcebispo Metropolitano, D. Luciano Cabral Duarte, me nomeou secretário paroquial a fim de responder pela Paróquia na ausência do vigário. De forma que passei um ano naquela cidade onde fiz grandes amizades. Também fui professor no Colégio local.⁵⁸

Em 1º de março de 1974, Pe. Rubens Andrade chegou à cidade do Salvador, “terra abençoada pelo Senhor do Bonfim e por Nossa Senhora da Conceição da Praia”, como o próprio afirma. Aqui, ele iniciou “os estudos da Teologia no Instituto de Teologia da Universidade Católica do Salvador, residindo no Seminário Central da Bahia”. Teve

⁵⁵ Currículo Vitae, s/d. Pe. Rubens Andrade. Paróquia do Divino Espírito Santo. Acervo do Alto das Pombas. CAMPO/ CEAS.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Ibid.

⁵⁸ Ibid.

“experiência pastoral no Alto do Cruzeiro na região suburbana ou, mais precisamente na Paróquia do Padre Gaspar Kuster, bem como na Paróquia de Santana (Nazaré)”.⁵⁹

Pe. Rubens Andrade foi ordenado sacerdote em 6 de fevereiro de 1977 pelo Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador, Primaz do Brasil. No dia 27 de março do mesmo ano, D. Avelar Vilela o empossou na Paróquia do Divino Espírito Santo, situada no Alto das Pombas, a primeira Paróquia na qual atuaria enquanto pároco.⁶⁰ Foi, também, professor da Universidade Católica do Salvador – UCSal (1977-2011), Representante Diocesano da Renovação Carismática Católica (1980-1984), Diretor Espiritual do Seminário Central da Bahia (1985-1987), além de outros ofícios e ministérios.⁶¹ Aos 73 anos de idade, veio a óbito, em fevereiro de 2018, após 41 anos de sacerdócio.⁶²

Ao assumir a Paróquia do Divino Espírito Santo, Pe. Rubens Andrade passou a responder pelas almas do Alto das Pombas, Calabar, Gantois, Binóculo e a “área que fica antes da Igreja de São Lázaro”,⁶³ como circunscrito abaixo:

[...] A nossa paróquia se estende do viaduto que está antes da TV Itapoã até o viaduto que fica antes do IBIT. Compreende toda a região do Binóculo descendo pela Praça Reis Católicos e Av. Garibaldi, limitando-se com a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, no Garcia; na margem direita do Campo Santo se estende por toda a faixa de terra denominada Calabar ou invasão, limitando-se com as paróquias de Sta. Terezinha do Chame-Chame e Ressurreição do Senhor em Ondina. A sede da Paróquia fica no Alto das Pombas, tem como padroeiro o Divino Espírito Santo [...].⁶⁴

Pe. Rubens Andrade chegou para substituir o Pe. jesuíta Ricardo Guerrero – pertencente à Província norte-americana de Nova Inglaterra, morador da Comunidade do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Em seu primeiro ano de atividade, Pe. Rubens Andrade formou o Grupo de Jovens Amantes da Perseverança (GRUJAP), no mês de maio de 1977. E, juntamente com o GRUJAP, organizou a primeira gincana da Paróquia sob sua gestão, com o intuito de criar aproximação entre os fiéis e angariar fundos para a Paróquia.

⁵⁹ Currículo Vitae, s/d. Pe. Rubens Andrade. Paróquia do Divino Espírito Santo. Acervo do Alto das Pombas. CAMPO/ CEAS.

⁶⁰ Pe. Rubens Andrade. Carta Aberta ao Calabar, s/d. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

⁶¹ Correspondências, s/d. Paróquia do Divino Espírito Santo. Acervo do Alto das Pombas. CAMPO/ CEAS.

⁶² Nota de Falecimento. Disponível em: <<http://arquiocesalvador.org.br/nota-de-falecimento-padre-rubens-da-silva-andrade/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

⁶³ Pe. Rubens Andrade. Carta Aberta ao Calabar, s/d. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

⁶⁴ Correspondências, s/d. Paróquia do Divino Espírito Santo. Acervo do Alto das Pombas. CAMPO/ CEAS.

A gincana

A gincana ocorreu na Paróquia do Divino Espírito Santo, Alto das Pombas, entre os meses de julho e setembro de 1977. Nos dias em que a gincana aconteceu, o Alto das Pombas estava em polvorosa pelo corre-corre dos jovens que se organizavam em torno da competição. Ao todo, houve a participação de 10 equipes formadas por moradores das localidades pertencentes à comunidade paroquial. Dentre as equipes participantes estava a “Equipe Unidos do Calabar”.

O nome “Equipe Unidos do Calabar” foi decidido pelo grupo como tarefa da gincana. As demandas que foram cobradas nas provas e no desenvolvimento das atividades exigiam dos jovens muita organização.⁶⁵ De acordo com Edmundo Santa Rita, a cada etapa da competição eles buscaram aprimorar suas ações como grupo. Edmundo lembra, inclusive, que passaram uma noite inteira pensando no nome da equipe e ainda relata que a escolha partiu do intuito de criar uma identidade de união dentro do bairro.⁶⁶

No dia 11 de setembro de 1977, numa “missa campal realizada [...] no largo do Alto das Pombas, com a presença de Dom Avelar Brandão Vilela, a “Equipe Unidos do Calabar” foi declarada vencedora da gincana”.⁶⁷ Roberto Caetano, em entrevista concedida para esta pesquisa, lembra que, ao final da gincana, houve o estímulo do Pe. Rubens Andrade para que se criasse o grupo de jovens do Calabar.⁶⁸ A fala de Roberto Caetano guarda algumas especificidades da memória; na época, ele tinha 13 anos de idade e, provavelmente, não participava das decisões mais importantes do grupo, como veremos mais adiante.

Após o evento, alguns membros da “Equipe Unidos do Calabar” criaram o Grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC). A letra “G” não compõe a sigla do JUC, embora apareça sempre, em maiúsculo, nos documentos do grupo. A escolha pela sigla “JUC” tem, possivelmente, influência da JUC – Juventude Universitária Católica, ou pode ter sido apenas uma mera coincidência entre as siglas. Como as coincidências são raras, tomaram-se como análise, no próximo subtópico, de forma pormenorizada, as semelhanças entre as siglas.

A participação da “Equipe Unidos do Calabar” na gincana possibilitou uma importante “experiência comunitária para aqueles jovens”.⁶⁹ Conforme documento oficial do evento

⁶⁵ Entrevista concedida por Edmundo S. Santa Rita, 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ BOA MORTE, Leonardo. *A luta da comunidade do Calabar: processo de desenvolvimento da JUC-SOBE – Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar (1977-1982)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH)/ UFBA, Salvador, 2017, p. 16.

⁶⁸ Entrevista concedida por Roberto Caetano dos Santos, 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁶⁹ BOA MORTE, *A luta da comunidade do Calabar*, p. 16.

assinado por José Carlos Correia dos Santos (coordenador geral da gincana) e por Pe. Rubens Andrade. A “Equipe Unidos do Calabar” era formada por Jesus Reis (líder), Edvaldo Santa Rita (vice-líder), Jorge Santa Rita (supervisor), Edmundo Santa Rita, Evandro Santa Rita, Everaldo Santa Rita, Orlando Santa Rita, Fernando Conceição, Paulo Santos e Moisés Gaspar.⁷⁰ Além dos dados oficiais, podemos acrescentar à lista, com base nas entrevistas de Edmundo Santa Rita e Roberto Caetano, e no livro *Cala a boca Calabar*, os outros nomes: Claudio Souza Santos, Duda, Everaldo Santos, Raimundo Nonato e Roberto Caetano.⁷¹

Nem todos os jovens que supomos terem participado da gincana tiveram seus nomes na lista de convocação para a reunião de fundação do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC). No bilhete de convocação, constam apenas os nomes de Jesus Reis (líder), Edvaldo Santa Rita (vice-líder), Jorge Santa Rita (supervisor), Edmundo Santa Rita, Fernando Conceição, Jorge Barão, Orlando Santa Rita, Evandro Santa Rita, Paulo Santos, Raimundo Nonato e Luís Conceição.⁷² Os dois últimos tiveram seus nomes inseridos na lista posteriormente, a caneta.

Alguns jovens que, no momento da fundação do JUC, tinham entre 13 e 14 anos, passaram a fazer parte do grupo meses após a sua criação. São eles: Roberto Caetano (5 de novembro de 1977); Everaldo Santa Rita (7 de novembro de 1977) e Claudio Santos (18 de fevereiro de 1978).⁷³ Também não fizeram parte da lista Duda e Moisés Gaspar, porém, não foi possível localizar seus registros de inscrição de ingresso no JUC.

Há, portanto, duas suposições para a restrição aos jovens que não foram listados no bilhete de convocação. A primeira diz respeito à faixa etária. Não se sabe a idade de todos que estavam presentes na reunião, mas, a partir das informações que foram coletadas, pode-se dizer que, entre os nomes listados no comunicado de convocação para a reunião de fundação do JUC, a maioria já tinha alcançado a maioridade (acima dos 18 anos). Roberto Caetano, Claudio Santos e Everaldo Santa Rita, tinham 13, 14 e 14 anos de idade, respectivamente, e não foram convocados para a reunião de fundação do JUC.

A segunda hipótese diz respeito à relação entre os envolvidos na trama, ou seja, aqueles que tinham laços de amizade com Fernando Conceição, autor do bilhete que convocou os jovens para reunião de fundação do JUC. Inclusive, Edmundo Santa Rita,

⁷⁰ Ficha de inscrição da Equipe Unidos do Calabar – quadro de componentes. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁷¹ É provável que houve a participação de outros indivíduos na gincana (moças e rapazes). O número máximo de inscritos foi retificado, por Pe. Rubens Andrade, na ficha de inscrição da “Equipe Unidos do Calabar”. Ficha de inscrição da Equipe Unidos do Calabar – quadro de componentes. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁷² Bilhete de convocação para reunião. Fernando Conceição. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁷³ Relação dos membros do JUC, s/d. Pasta: Membros do JUC. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Edvaldo Santa Rita, Fernando Conceição, Jesus Reis, Jorge Santa Rita (Jorjão), Paulo Santos e Raimundo Nonato faziam parte de um grupo de amigos (anterior ao JUC) que se encontrava esporadicamente para debater sobre as questões do bairro.⁷⁴ Este tema será tratado no próximo tópico.

A experiência da gincana de 1977 ampliou a rede de relações e os laços de amizade entre os jovens do Calabar. Os relatos de Rita de Cássia dos Santos e de Joseleda (Lêda) elucidam essa questão:

Até eu me pergunto, o que foi realmente que motivou a agente a se reunir, quem deu esse entendimento a gente, que a gente tinha esse poder de ir buscar essas coisas? Quando falou que você vinha falar do JUC, [eu disse]: meu Deus, quem foi que motivou isso a gente? *Aí eu relembrando a história, eu lembro que foi a partir daquela gincana. Quer dizer, o padre teve um papel. E a gente até então não se conhecia.* Era jovem, vivendo as indiferenças aqui. A gente carregava lata de água na cabeça. A gente foi criado dentro disso. Tinha uma valeta que dividia o bairro. Não tinha saneamento básico nenhum. Então a gente começou a se reunir e a questionar essas coisas.⁷⁵ (*grifo nosso*).

Depois da gincana a gente começou a se encontrar mais [...], a gente não se encontrava, assim dessa maneira, em nível de estar juntos [...] em um grupo. Se encontrava no caminho da escola, as vezes em uma festinha, que era raro também.⁷⁶

Observa-se nos dois depoimentos, a importância da convivência e da construção dos laços de amizade para o surgimento do JUC. Há, entretanto, uma ressalva sobre os relatos de Joseleda e Rita de Cássia. Apesar de ambas terem afirmado participação na gincana, não existem outros dados sobre a presença delas nesse evento.⁷⁷ Conforme registro de inscrição para ingresso no JUC, Rita de Cássia começou a fazer parte do grupo apenas em 1982. Não foi possível localizar o registro de Joseleda.

Os relatos de Joseleda e Rita de Cássia guardam a influência da memória. Michael Pollak aponta em seus estudos que a reprodução de uma determinada memória ao longo do tempo pode ter influência sobre o indivíduo sem que ele perceba, passando a acreditar ter participado de eventos que fazem parte do imaginário coletivo ao qual ele pertence, ou seja, há “um processo de ‘negociação’ para conciliar memória coletiva e memórias individuais”.⁷⁸

⁷⁴ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 27.

⁷⁵ Entrevista concedida por Rita de Cássia dos Santos, em 2018. A entrevista foi realizada na residência da entrevistada. Calabar, Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁷⁶ Entrevista concedida por Joseleda, 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁷⁷ À época Lêda tinha 15 anos e Rita de Cássia 14 anos de idade.

⁷⁸ POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3.

Além disso, é importante observar nos relatos os limites de circulação que eram impostos às mulheres. De acordo com Massolo, “homens e mulheres percebem e usam a cidade de maneira diferente e a vida cotidiana das mulheres é qualitativamente distinta da dos homens – mesmo quando pertencem à mesma classe social, raça ou etnia, zona habitacional ou bairro”.⁷⁹ Essa distinção se expressa, também, nas formas como as mulheres são inseridas nos movimentos sociais, como veremos ao longo da trajetória do JUC.

Decerto, na fundação do JUC, o grupo era formado apenas por homens, e isso tem certa influência da composição do “grupo de amigos” citado anteriormente. Mas, assim que o JUC foi formado, as meninas começaram a fazer parte do grupo. A presença feminina foi acontecendo de forma lenta por causa das restrições das mães e dos pais, que ainda não tinham confiança no grupo e achavam que os jovens estavam formando um grupo de “sem-vergonhice, brincadeiras [...]”.⁸⁰

Conforme relato de Erenilde de Jesus Lopes, em entrevista concedida para esta pesquisa, as mães e pais das garotas não estavam de tudo erradas (os) em desconfiar das intenções dos jovens que formavam o JUC. Observe o diálogo abaixo:

Samuel Freitas: A Sra. tinha dito que entrou no JUC alguns meses depois [da fundação do grupo], não foi?

Erenilde Lopes: Foi. O JUC foi [criado em] setembro, e aí, eu entrei em dezembro [...] por causa da peça de Natal. [...] Na criação [do JUC], acho que não fiquei sabendo! [...] entrou eu e mais três amigas, foi mais por questão de namoro [...] Aí, entramos.

Samuel Freitas: Entrou a senhora e mais quem?

Erenilde Lopes: Eu, uma xará (que chamamos de Nildinha) e Dida.⁸¹

As primeiras moças a fazer parte do JUC entraram no grupo entre finais de 1977 e 1978. Berenice Caetano dos Santos entrou no dia 1º de novembro de 1977, alguns dias antes da entrada do seu irmão, Roberto Caetano (ex-membro da “Equipe Unidos do Calabar”); Erenilde Lopes e Hildete de Jesus entraram no dia 13 de dezembro de 1978,⁸² possivelmente, Nildinha e Dida também entraram neste dia.⁸³ Conforme relato de Fernando Conceição, Lucinha (sua namorada à época) entrou no JUC junto com Berenice Caetano.⁸⁴ Por fim, os

⁷⁹ Apud. GARCIA, Antonia. *Mulheres da cidade d'Oxum*, p. 31.

⁸⁰ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 30-31.

⁸¹ Entrevista concedida por Erenilde de Jesus Lopes, 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁸² Fichas de inscrição do JUC. Pasta: Membros do JUC. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁸³ Entrevista concedida por Erenilde de Jesus Lopes, 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁸⁴ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*.

relatos de alguns ex-membros do JUC apontam que Tereza Cristina também entrou no grupo nesse período.⁸⁵ E, assim, a fila das moças no JUC foi engrossando.

A participação dos jovens do Calabar na gincana de 1977 foi uma experiência imprescindível para a formação do JUC. Além das demandas das atividades do evento, que corroboraram para a organização e disciplina do grupo, foi um espaço decisivo para a construção de laços de amizade entre os jovens. A atuação do Pe. Rubens Andrade também seria de fundamental importância para impulsionar o movimento, tendo em vista o seu prestígio dentro da comunidade, assim como a ajuda financeira despendida pelo mesmo à organização.

O JUC *versus* A JUC

Como dito anteriormente, chama atenção o fato das siglas do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) serem exatamente iguais. O que se questiona é o seguinte: a Juventude Universitária Católica foi uma referência na formação do grupo de jovens do Calabar?

Para tentar responder a essa inquietação apresenta-se, inicialmente, o histórico da JUC. A Juventude Universitária Católica surgiu como um segmento especializado da Ação Católica (AC). Nos anos 1950, a AC se aproximava dos ideais progressistas, influenciada pelo pensamento da esquerda católica francesa, da conjuntura política do país e dos estudos no campo das ciências sociais, ao passo que se afastava do pensamento conservador predominante na hierarquia da Igreja Católica. Dentre os segmentos da AC, a JUC apresentava o maior grau de radicalização, indo de encontro, inclusive, a algumas normas da AC.

A mudança de posição da JUC corroborou para sua “adesão consciente às causas populares”.⁸⁶ Em 1962, militantes da JUC criaram a Ação Popular (AP) em resposta à limitação estabelecida pela relação institucional com a Igreja Católica. Embora a AP tenha sido criada por “iniciativas de militantes da JUC, portanto de cristãos, apresentava-se como não confessional, estando aberto a cristãos e não cristãos e tendo uma opção socialista”.⁸⁷ Após o golpe militar de 1964, “a AP acabou organizando as suas ações na clandestinidade e

⁸⁵ Embora não se tenha dados sobre o período de entrada de Tereza Cristina no movimento de bairro, ela foi uma importante liderança do Calabar, uma das poucas mulheres a ocupar cargos de destaque na Associação de Moradores no período estudo.

⁸⁶ MARTINS, *Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude*, p. 15.

⁸⁷ *Idem*, p. 17.

desembocou para uma opção política maoísta no final da década”,⁸⁸ quase no mesmo período em que “a experiência da JUC chegou ao fim”.⁸⁹

Apesar da adesão da JUC às causas populares, a principal linha de atuação da organização foi o movimento estudantil universitário, inclusive, um dos seus militantes, Aldo Arantes, foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1961. O enfrentamento da JUC à hierarquia da Igreja corroborou para que esse fosse um dos movimentos precursores da renovação no interior da Igreja Católica brasileira, prenunciando, portanto, a opção preferencial pelos pobres.⁹⁰

Mas, em que momento os caminhos da Juventude Universitária Católica e do grupo de Jovens Unidos do Calabar se encontram? Até então, não foi possível localizar esse ponto de encontro, se é que há algum. Entretanto, levantaram-se algumas suposições. Primeiro, durante a gincana, o nome oficial da equipe era “Equipe Unidos do Calabar”, que foi alterado para “Grupo de Jovens Unidos do Calabar – JUC” apenas quando o grupo identificou-se enquanto organização de bairro.⁹¹ Outro fato curioso é a ausência da letra “G” na sigla, pois, a organização poderia utilizar a sigla GJUC, como fez posteriormente: JUC-SOBE, AJUC, FEJUC etc.

Uma segunda suposição, sobre o ponto de encontro entre as duas organizações, seria o movimento estudantil. Embora, esta seja a menos provável, isso porque no período que o JUC (Jovens Unidos do Calabar) passou a ter contato com o movimento estudantil, entre finais de 1970 e início de 1980, a memória da Juventude Universitária Católica já não era tão presente no movimento estudantil, a ponto de influenciar um movimento de bairro. A maioria dos segmentos da Ação Católica havia deixado de existir no final da década de 1960.

A hipótese mais plausível que relacionaria a sigla da Juventude Universitária Católica com a do grupo de Jovens Unidos do Calabar seria a influência do Pe. Rubens Andrade.⁹² Apesar de sua atuação nos setores tradicionais da Igreja, como a Renovação Carismática Católica, Pe. Rubens Andrade esteve envolvido também com setores de formação política, como a Pastoral da Juventude.

A Pastoral da Juventude brasileira teve suas primeiras iniciativas enquanto organização nacional em 1973, mas, foi somente em 1978, no III Encontro Nacional da

⁸⁸ MARTINS, *Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude*, p. 17.

⁸⁹ *Idem.*

⁹⁰ *Ibid.*

⁹¹ Estatuto de Fundação do JUC. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

⁹² Chama atenção o fato de o Pe. Rubens Andrade ter começado a trabalhar na UCSAL no mesmo ano em que assumiu a paróquia do Alto das Pombas. Possivelmente, o mesmo criou alguma relação com o movimento estudantil dessa instituição.

Pastoral de Juventude, em Brasília, que a mesma foi formalizada.⁹³ A PJ “é entendida como parte do ‘corpo da Igreja’: um órgão específico, com funções específicas e que deve ter suas ações orientadas pelas perspectivas mais amplas do ‘conjunto’, adotando práticas em consonância com as orientações eclesiais”.⁹⁴ A hierarquia da Igreja aumentou a vigilância sobre as lideranças jovens na PJ, se comparado com a atuação da Ação Católica. Inclusive, para alguns teóricos, a Pastoral da Juventude do Brasil (PJB) teve início apenas em 1983, quando os jovens passaram a ter maior autonomia dentro da organização.

Nos anos 1970, a PJ teve forte atuação na formação e orientação de jovens católicos em cursos e encontros de lideranças, por meio dos métodos pedagógicos que foram herdados da Ação Católica, como o *Ver, Julgar e Agir*. Para além da formação de lideranças, a PJ visava, também, a extensão das suas atividades à sociedade, principalmente aos setores das classes populares.⁹⁵ Em 1978, a Pastoral da Juventude organizou uma série de encontros de grupos de jovens católicos das comunidades populares de Salvador, ocorridos no Instituto Social da Bahia (ISBA).⁹⁶ Esses encontros tinham como objetivo fazer a formação política e religiosa dos grupos de jovens ligados à Igreja Católica que estavam sendo criados naquele contexto.⁹⁷

Em um desses encontros, organizado pela PJ, no qual o grupo de Jovens Unidos do Calabar participou, a orientação era a seguinte:

Não podemos brincar de grupo de jovens, isto é, reunirmo-nos só porque é bom, porque está na onda, por causa da convivência, embora essas coisas sejam muito necessárias. O grupo organizado deve levar seus membros a aumentarem seus conhecimentos sobre a religião, sobre a comunidade em que vivem, enfim, sobre o mundo.

O grupo de jovens, uma vez que se coloca na condição de grupo Católico, deve funcionar trabalhando com atividades concretas dentro da comunidade, sendo essas atividades não somente espirituais (reuniões, cursos bíblicos, catequeses, celebração da palavra, coral etc.), mas com atividades materiais (campanhas de lixo, numeração de casas, construção de casas para pessoas pobres, velhos, doentes etc.). Não queremos com isso dizer que o grupo deve ocupar o lugar dos órgãos públicos do governo, da prefeitura etc., mas queremos conscientizar que existem coisas que poderiam ser resolvidas com maior rapidez e qualidade (diante de um certo esforço), pelas próprias pessoas que sofrem essa dificuldade, sem precisarmos esperar anos para que pequenas coisas sejam feitas e em muitos casos com deficiência.

⁹³ MARTINS, *Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude*.

⁹⁴ MAIA, César Portantiolo. *Jovens na Pastoral da Juventude do Brasil: entre a autonomia e a tradição*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo (USP), Guarulhos - SP, 2015, p. 54.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Nas fontes analisadas, não foi possível identificar a relação entre o Movimento de Bairro do Calabar e o ISBA. Sabemos que a instituição disponibilizou o espaço de suas instalações, em Ondina, para alguns encontros da organização de bairro do Calabar. Além disso, colaborou com ajuda financeira para a construção da sede do JUC em 1979.

⁹⁷ Atas de reuniões do JUC, 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

O grupo de jovens deve ser ativo dentro da Igreja (que é povo) e não um grupo passivo, que tudo espera, ou nem espera... Ele deve engajar-se na sua realidade, por mãos à obra, trabalhar para melhorar a vivência cristã em sua comunidade.

O grupo de jovens tem uma missão muito grande dentro da Igreja, que é da renovação. Que os grupos saibam descobrir a sua maneira de servir ao meio em que vive, no concreto da realidade. Que comecem a se preocupar com os outros e pela situação dos mesmos.⁹⁸

As orientações dadas nos cursos de formação dos grupos de jovens católicos das comunidades populares de Salvador seguiam as diretrizes e métodos utilizados pela PJ. Além do vínculo estrito com os rituais da Igreja (reuniões, cursos bíblicos, catequeses, celebração da palavra, coral etc.), era preciso dinamizar a ação dos jovens na sociedade. Um dos principais métodos utilizados pela PJ, o *Ver, Julgar e Agir*, apontava para a importância da observação da realidade em que estavam inseridos, para que assim pudesse transformá-la.

Durante os anos iniciais do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC) houve certo intercâmbio entre lideranças da Pastoral da Juventude e o grupo de jovens do Calabar. Na reunião do JUC do dia 13 de janeiro de 1979, o jovem Paulo (Coordenador do Grupo da Pastoral da Juventude) falou a respeito do surgimento do JUC e fez referência à situação vivida pelos jovens no Calabar e, ainda, enfatizou o apoio ao grupo de jovens do Calabar em questões jurídicas.⁹⁹

O incentivo de Pe. Rubens Andrade para que o JUC participasse das atividades religiosas possibilitou ao grupo a construção de relações com diversas organizações sociais e religiosas. Pode-se dizer, inclusive, que a inserção do JUC nas atividades da Igreja foi intermediada, em grande medida, pelo Pe. Rubens Andrade. Havia uma participação frequente de representantes da instituição nas reuniões do grupo. Além de sua presença cativa, Pe. Rubens Andrade convidava outros tantos para estar em diálogo com o JUC, como, por exemplo, no dia 5 de janeiro de 1978, quando Pe. Sergio participou de uma reunião, na qual atuou como mediador de algumas pautas, questionando e fomentando a participação dos mais tímidos nas falas.¹⁰⁰

De acordo com os ex-membros do JUC entrevistados para esta pesquisa, o grupo não era um movimento aberto à sociedade em geral, com algumas poucas exceções. Se representantes da Igreja tinham acesso livre ou poucas restrições para participação nas reuniões, isso se devia à forte influência do Pe. Rubens na organização.

⁹⁸ Formação nos grupos. Incentivo 29 (Julho), p. 3. Tema 78. 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁹⁹ Ata de reunião do JUC, datada em 13 de janeiro de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹⁰⁰ Não conseguimos obter informações sobre o Pe. Sergio. Ata de reunião do JUC, datada em 5 de janeiro de 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

O JUC era um grupo de jovens da Paróquia do Divino Espírito Santo?

O JUC não tinha sido o único grupo de jovens criado naquele contexto de chegada do Pe. Rubens Andrade à Paróquia do Alto das Pombas. Como foi dito, o Grupo de Jovens Amantes da Perseverança (GRUJAP) surgiu ali alguns meses antes da gincana. Inclusive, também participou dos cursos e encontros organizados pela Pastoral da Juventude. A formação do GRUJAP se deu no interior da Igreja, o grupo “nasce, cresce e morre dentro da Igreja”, como afirma Rita Santa Rita (ex-integrante do GRUJAP). O GRUJAP, assim como o JUC, estava engajado na luta por equipamentos para a comunidade, “organizados, pensando, [e] defendendo a comunidade”.¹⁰¹ De acordo com Rita Santa Rita, a diferença é que “o GRUJAP estava dentro da Igreja, o JUC não”. “A referência do JUC é a própria contradição do Calabar, a pobreza extrema daquela época”.¹⁰²

Possivelmente, a influência da Igreja Católica na vida dos jovens do Alto das Pombas antecede o período de Pe. Rubens Andrade. Segundo Rita Santa Rita, o Pe. Ricardo Guerrero levava os aprendizados adquiridos na comunidade do CEAS (Centro de Estudo e Ação Social) para o Alto das Pombas. Nos anos 1970, havia no CEAS diversos cursos de formação, como aponta Iraneidson Costa, no livro *Que papo é esse?*. De acordo com Rita Santa Rita, nesse período, o CEAS recebeu jovens do Alto das Pombas para participar de alguns cursos que eram realizados em suas instalações.¹⁰³

Os jovens do Alto das Pombas estreitaram os laços com a comunidade do CEAS e continuaram a frequentar essa instituição e a receber membros dela no GRUJAP, mesmo depois da transferência do Pe. Ricardo Guerrero. Nesta transição, os Pe. Jesuítas Gianfranco Confalonieri “(mais conhecido como Confá)”¹⁰⁴ e Clovis Cabral, ambos pertencentes à comunidade do CEAS, continuaram os trabalhos com os jovens do GRUJAP, afirma Rita Santa Rita. É possível que o GRUJAP fosse a ponte entre o CEAS e o JUC. Pe. Confá, por exemplo, teve papel importante em momentos decisivos para a organização comunitária do Calabar, como na “Caminhada da Esperança”, de 11 de maio de 1981, como se verificará em outro momento.

¹⁰¹ Entrevista concedida por Rita Santa Rita, em 2016. A entrevista foi realizada no trabalho da entrevistada. Escola Nossa Senhora de Fátima. Alto das Pombas. Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ “Natural de Triuggio, perto de Milão, e originário da Província Vêneta, Pe. Confá chegou à Bahia como Escolástico em 1955, tendo falecido em 19 de janeiro de 2002.” COSTA, Iraneidson. *Que PaPo é esse?*, p. 36-37.

A base da relação entre o JUC e o GRUJAP foi definida na gincana de 1977. No entanto, as relações desses grupos com a Paróquia do Divino Espírito Santo tinham vieses diferentes. “Apesar de necessitar do apoio espiritual e material da Igreja”, o JUC tentaria manter-se “independente de qualquer posição religiosa”.¹⁰⁵ Definiam-se, portanto, os limites de influência da Paróquia.

Essa resistência dos jovens à Paróquia incomodava o Pe. Rubens Andrade. Fazendo uso da memória, em 1986, ele afirmou:

Fiz todo o possível para que houvesse um forte intercâmbio e o JUC tivesse as características de um Grupo de Jovens profundamente ligado à vida paroquial. No princípio, os integrantes do JUC participavam de reuniões e da Missa da juventude aos domingos, juntamente com o GRUJAP na Igreja.¹⁰⁶

O depoimento de Pe. Rubens Andrade sobre o distanciamento que os jovens foram tomando em relação à Paróquia, aconteceu num período em que o pároco travou sérias discussões com alguns membros da Associação de Moradores do Calabar, inclusive, a Carta aberta ao Calabar era uma espécie de manifesto sobre esses acontecimentos.

Apesar das diferentes trajetórias e vivências tecidas pelos grupos de jovens (GRUJAP e JUC), ambos surgiram a partir do apoio de Pe. Rubens Andrade. A influência da Paróquia sobre o grupo de jovens do Calabar fica evidente em dois parágrafos do Estatuto de fundação do JUC: o parágrafo II: “O JUC está ligado à Paróquia do Divino Espírito Santo (Alto das Pombas) e conta com o apoio do Vigário da mesma, pessoa da maior importância dentro da comunidade”; e o parágrafo VIII (último parágrafo do Estatuto): “O JUC tem Cristo como exemplo de amor e esperança”. O documento contém, inclusive, a assinatura do Pe. Rubens Andrade, juntamente com a do coordenador do grupo, Fernando Conceição.¹⁰⁷

Embora o JUC não possa ser configurado como um grupo da Paróquia do Divino Espírito Santo, rituais católicos (orações, leituras e comentários de passagens bíblicas) estavam presentes nas suas reuniões e atividades. As reuniões do JUC iniciavam, quase sempre, com leituras e comentários de passagens da Bíblia. Entre os anos de 1977 e 1980, isso aconteceu com uma frequência praticamente diária. A partir de 1980, com menor frequência. Nesta pesquisa, acompanha-se a presença desses rituais nas reuniões do JUC até

¹⁰⁵ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 36.

¹⁰⁶ Pe. Rubens Andrade. Carta Aberta ao Calabar, s/d. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

¹⁰⁷ Estatuto de Fundação do JUC. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

1985.¹⁰⁸ De acordo com Elisete Zanlorenzi, “o grupo adotou a leitura do Evangelho como ponto de partida” para refletir sobre a realidade em que viviam.¹⁰⁹

Os limites da relação do JUC com a Paróquia do Divino Espírito Santo

Na medida em que o JUC passou a formar sua identidade enquanto movimento de bairro foi se afastando da Paróquia do Divino Espírito Santo. Na formulação dos Estatutos de fundação do JUC e da Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar (JUC-SOBE), podemos observar a perda de influência da Paróquia sob o grupo.

Em seu Estatuto, o JUC demonstra a estrita ligação junto à Paróquia do Divino Espírito Santo. A figura do Pe. Rubens Andrade foi representada como instrumento de legitimação do grupo, tendo em vista o prestígio do mesmo dentro do Calabar, como está inscrito no segundo parágrafo do documento de fundação do JUC.¹¹⁰ No Estatuto de fundação da JUC-SOBE, a coisa mudou de figura:

Estabelece-se que a JUC-SOBE reconhecerá a importância da Paróquia do Divino Espírito Santo, mantendo relacionamento amigável com seu pároco titular – sem contudo estar atrelada à supra mencionada instituição. Outrossim, a Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar nasce independente de qualquer ligações político-partidárias ou mesmo de alguma opção religiosa – tendo, no entanto, Cristo como exemplo de amor e esperança.¹¹¹

No segundo parágrafo do Estatuto da JUC-SOBE fica delimitado o grau de influência da Paróquia do Divino Espírito Santo na organização. A Paróquia deixou de ser parte do movimento e tornou-se uma parceira. Apesar disso, durante a trajetória da organização comunitária do Calabar, no período de análise desta pesquisa, o movimento de bairro do Calabar não rompeu com a Paróquia, “apesar de rugas e discordâncias profundas” entre alguns membros das organizações com o Pe. Rubens Andrade.¹¹²

O JUC nasceu com a Paróquia do Divino Espírito Santo e a relação com esta instituição perdurou por muito tempo.¹¹³ Até o ano de 1985, Pe. Rubens Andrade continuou assinando os documentos das entidades representativas do movimento de bairro no Calabar

¹⁰⁸ Atas de reuniões do JUC (1977-1985). Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹⁰⁹ ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 173.

¹¹⁰ Estatuto de fundação do JUC, s/d. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹¹¹ Estatuto de fundação da JUC-SOBE. 12 de setembro de 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹¹² CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 36.

¹¹³ Entrevista concedida por Manuel Conrado Ribeiro Filho, em 2018. A entrevista foi realizada, em dois momentos. Av. Centenário, Barra; Faculdade Estácio, Stiep, Salvador - Ba. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

em gestões diferentes dessa instituição. Para Humberto Teixeira, “a Igreja Católica teve papel relevante na criação e atuação do JUC e nos seus projetos para ampliar os direitos dos habitantes do Calabar e melhorar a qualidade de vida no bairro”.¹¹⁴

As delimitações de influência da Paróquia do Divino Espírito Santo sob o JUC, e posteriormente, a JUC-SOBE, se configura, também, na afinação política do pároco local. Embora Pe. Rubens Andrade tenha atuado na linha de frente em ações que dinamizassem a relação da Igreja Católica com a comunidade, ele não esteve alinhado aos discursos da corrente progressista da Igreja. Pe. Rubens Andrade estava mais para um mediador entre o mercado capitalista e as necessidades da comunidade paroquial.

A gincana de 1977 teria sido o primeiro entre tantos eventos promovidos por Pe. Rubens Andrade para angariar fundos para a manutenção da Paróquia, aproximar os fiéis e tornar a instituição o centro da vida cotidiana dos bairros que a compunham. Respondendo pelas almas de uma comunidade de baixa renda, Pe. Rubens Andrade dialogou com diversos setores da sociedade soteropolitana.

Notadamente, a influência da Paróquia do Divino Espírito Santo sobre o movimento de bairro do Calabar, foi intensificada quando o Pe. Rubens Andrade foi empossado como pároco desta comunidade paroquial. Porém, a história das ações coletivas no Calabar ultrapassa estes limites. Conforme relatos de ex-membros do JUC, antes de 1977, ano de fundação do JUC, os moradores do bairro já tinham tido algumas experiências de mobilizações coletivas. Eles afirmam, inclusive, que existiu um “grupo de amigos”, jovens, moradores do bairro, que se encontravam esporadicamente para discutir sobre a situação em que viviam no Calabar.

Apesar das poucas e esparsas informações sobre as ações coletivas no Calabar antes de 1977 e sobre este “grupo de amigos”, a análise a respeito desses movimentos possibilita compreender as experiências tecidas pelos jovens e adultos, moradores do Calabar. Com isso, pode-se captar a forma como esses moradores percebiam o bairro e se organizavam coletivamente, e como isso contribuiu para o surgimento do JUC.

¹¹⁴ TEIXEIRA, Humberto. *O Planejamento urbano e a efetividade dos direitos à cidade no bairro do Calabar*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador (UCSal), Salvador, 2014, p. 107.

1.2 Entre a casa e a praça: precedentes do JUC

Os elementos que motivam as ações coletivas são diversos e dependem do contexto em que estão inseridos. Há, quase sempre, uma noção legitimadora que garante a emergência desses movimentos.¹¹⁵ Nos rastros da história das ações coletivas do Calabar, identificou-se nas fontes a narrativa sobre duas importantes personalidades da comunidade: Dona Alaíde e Seu Domingos.¹¹⁶

Responsável por algumas festividades no Calabar, “Dona Alaíde, em dias santos ou dedicados às mães, aos pais ou às crianças, sempre organizava uma brincadeira que divertia bastante boa parte do bairro”.¹¹⁷ Conforme relatos de ex-membros do JUC, Dona Alaíde foi uma importante incentivadora do grupo de jovens, e, inclusive, esteve presente na maioria das manifestações e reivindicações orquestradas pelos moradores do Calabar nos anos 1980.

Seu Domingos esteve envolvido com o Sindicato dos Estivadores,¹¹⁸ o que, no limite, pode ter influenciado sua articulação dentro do Calabar.¹¹⁹ De acordo com Fernando Conceição:

Seu Domingos jamais deixou de participar de todas as atividades comunitárias, assembleias, reuniões, festividades, audiência na Prefeitura. Voz um pouco rouca, a pele aformigada – queimada pelo sal e sol das memoráveis pescarias – [...] diversas vezes, sozinho, amanhecia com a enxada nas mãos, desobstruindo valetas, removendo lama da porta dos outros, abrindo passagem para águas empoçadas nas ruas. Nas assembleias do bairro era sempre um gigante, dando ideias, sugerindo táticas de luta, discutindo com maior clareza qualquer assunto trazido à baila, fosse como concertar uma ponte de madeira numa rua, ou fosse sobre os conceitos que regem as leis no país. [...], mas o fato é que aos oitenta anos de idade tinha uma lucidez invejável.¹²⁰

Para Fernando Conceição, ações como a da professora Alaíde e de Seu Domingos, que antecedem à fundação do JUC, eram casos pontuais. De acordo com o autor, os moradores do bairro, nesse contexto, se ajudavam numa espécie de comunitarismo. Nos relatos concedidos a

¹¹⁵ THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.

¹¹⁶ Conforme foi apurado na análise dos registros históricos, a atuação desses sujeitos antecede a formação do JUC, em 1977.

¹¹⁷ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 23.

¹¹⁸ Estivador: trabalhador portuário que, recebendo a carga de um navio, a arruma devidamente no porão ou num compartimento, ou a descarrega de bordo. Não conseguimos outros dados sobre a relação de Seu Domingos com o Sindicato dos Estivadores.

¹¹⁹ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*.

¹²⁰ Idem. p. 26.

essa pesquisa percebe-se que os ex-membros do JUC entendem as ações dos seus antecessores como movimentos dispersos, que não se configuraram como ações organizadas.

Para Manuel Conrado Ribeiro Filho, já existia “certa preocupação de união, de organização esporádica”, no Calabar. Ele afirma que os moradores mais velhos “já se preocupavam” com as condições de falta de equipamentos no bairro: “faziam mutirões esporádicos” para concertar a escadaria que dá acesso ao Alto das Pombas, “organizar as filas das pessoas que iam buscar água nos chafariz” e “limpar as fontes”, que ficavam espalhadas pelo bairro. No entanto, Conrado enfatiza que “não tinha um cabeça, não tinha realmente um direcionamento”, embora houvesse ação coletiva.¹²¹ Talvez os ex-membros do JUC não compreendessem a importância das ações coletivas experimentadas antes dos anos 1970 pelos moradores mais velhos. Edmundo Santa Rita, por exemplo, destacou que:

Embora o JUC não tivesse existido antes da ditadura militar [...], a gente é como se tivesse tentando fundar ou *reorganizar o que tinha sido desmontado*, ou que não poderia ter sido montado durante o processo da ditadura militar por aqueles moradores antigos que obviamente devem ter sofrido represália também do ponto de vista militar (*grifo nosso*). E, as narrativas dos moradores, ali dos antigos, é de que havia repressão militar mesmo, né, o aparato policial juntamente com os órgãos públicos derrubavam os barracos e detinham as pessoas.¹²²

Não se pode negar a hipótese de que, na construção da memória do JUC, os jovens apareçam como agentes fundadores da luta organizada no bairro do Calabar.¹²³ Mesmo que o grupo de jovens não tenha tentado apagar a história dos moradores antigos, quis legitimar a formação da luta organizada na comunidade a partir do JUC.

Em 1979, publicou-se no *Boletim Informativo do JUC* uma matéria apresentando a trajetória do JUC naqueles dois anos de fundação do grupo (1977-1979). Por meio do poema “Terceiro Natal”, parte da singela homenagem prestada ao JUC, sintetizava-se no boletim a percepção dos membros do JUC sobre a formação do grupo:

Estava no pensamento de alguém, no ar, talvez. Mas, mas, querer, querer alguém queria. Era assim [...]. Uma ideia virgem. E alguém se enamorou da ideia e ficou com ela no pensamento por muito tempo. Era amor. À primeira vista, talvez. De qualquer forma, como diria na música o cantor, nasceu o primeiro desejo. E a ideia foi posta em prática.¹²⁴

¹²¹ Entrevista concedida por Manuel Conrado Ribeiro Filho, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹²² Entrevista concedida por Edmundo Santana Santa Rita, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹²³ No livro *Cala a boca Calabar*, nas entrevistas concedidas a esta pesquisa e no Acervo do Calabar. Casa da Memória Popular CAMPO/ Centro de Estudo e Ação Social – CEAS. Acervo do Calabar.

¹²⁴ Trecho do poema “Terceiro Natal”, publicado no *Boletim Informativo do JUC*. Comemoração de dois anos de existência do grupo. *Boletim Informativo do JUC*. Nº 4, setembro 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Segundo constava no *Boletim Informativo do JUC*, o ano de 1977 representou uma nova página na história do bairro. Ali nasceu o JUC e a organização comunitária do Calabar. De acordo com o periódico, antes do JUC a organização estava apenas no campo das ideias dos moradores antigos e de alguns jovens que se reuniam esporadicamente para discutir sobre a situação do bairro. “Era assim uma ideia virgem”, “estava no ar talvez”, ou nas práticas coletivas das festividades organizadas por Dona Alaíde e dos mutirões puxados por Seu Domingos. “E alguém se enamorou da ideia e ficou com ela no pensamento por muito tempo”, “E a ideia foi posta em prática” com a fundação do JUC, em 1977.

Edmundo Santa Rita, em entrevista concedida nesta pesquisa, relata que as relações que vinham sendo construídas pelos jovens do Calabar, anos antes da fundação do JUC, já os sensibilizavam sobre a realidade do bairro. Fernando Conceição complementa: “nos encontrávamos todos os sábados no boteco de Zé Santana e, entre um refrigerante e um gole de cerveja, discutíamos sempre a respeito do nosso local de moradia”.¹²⁵ Essas discussões aconteciam, também, nas partidas de futebol, nas idas à praia e nas escolas, “de forma amistosa”, afirma Edmundo Santa Rita.¹²⁶

De acordo com Edmundo Santa Rita, as reuniões “desse grupo que não tinha denominação” aconteciam semanalmente, “em cantinhos do bairro mais sossegados ou na casa de alguns dos membros que comportasse aquela quantidade de pessoas”. No Calabar não havia prédios públicos: “uma escola, uma Igreja, um templo que pudesse ser emprestado”.¹²⁷ O acesso ao espaço da Paróquia do Divino Espírito Santo, no Alto das Pombas, só ocorreu a partir da gincana de 1977, por intermédio do Pe. Rubens Andrade.

Este “grupo de amigos”, que precede à fundação do JUC, era formado por Edmundo Santa Rita, Jesus Reis, Edvaldo Santa Rita, Jorge Santa Rita (Jorjão), Paulo Santos e Fernando Conceição.¹²⁸ Na gincana de 1977, as lideranças oficiais foram Jesus Reis (líder), Edvaldo Santa Rita (vice-líder) e Jorge Santa Rita (coordenador).¹²⁹ Apesar de Fernando Conceição não ter assumido nenhuma liderança no evento, ele foi responsável pelo comunicado de convocação para a formação do JUC, o qual recebeu sua assinatura.

É curioso o fato de Jesus Reis, como líder da gincana, não ter assumido a liderança do JUC na sua fundação. O primeiro coordenador do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC)

¹²⁵ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 27.

¹²⁶ Entrevista concedida por Edmundo Santana Santa Rita, 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 27.

¹²⁹ Comunicado de convocação para reunião de fundação do JUC. Fernando Conceição. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

foi Fernando Conceição.¹³⁰ Podem ser observadas, nas atas de reunião do JUC do ano de 1978, as críticas feitas aos dois membros citados acima. Jesus Reis foi questionado inúmeras vezes por atitudes “irresponsáveis”: faltava às reuniões, ficava de brincadeira no momento das reuniões, não cumpria com as tarefas estabelecidas. Fernando Conceição foi criticado pelo seu comportamento autoritário e pelo temperamento explosivo.

Decerto, a opção por Jesus Reis como líder da “Equipe Unidos do Calabar” na gincana do Alto das Pombas foi uma forma de flexibilizar o diálogo com o Pe. Rubens Andrade. Jesus Reis já frequentava a Paróquia do Divino Espírito Santo antes da gincana. “Sem trocadilho, foi a Jesus que um dia o sacerdote chegou e disse que estava organizando uma gincana para jovens da comunidade. Perguntou se ele estava interessado em formar uma equipe para representar o Calabar e participar da gincana”.¹³¹

A presença de Jesus Reis nos cultos da Paróquia e o convite feito por Pe. Rubens Andrade não lhe garantia a liderança da Equipe Unidos do Calabar. Jesus Reis fez o convite para os demais jovens do grupo de amigos no “botequim de Zé Santana”,¹³² um dos locais onde se encontravam periodicamente. Ao que parece, houve um acordo entre eles para definir quais seriam as lideranças oficiais na gincana. É provável que, os encontros desse “grupo de amigos” teriam sido uma experiência imprescindível para a formação do JUC. Além de Fernando Conceição, outros jovens do “grupo de amigos” também receberam cargos de destaque no JUC: Jorge Santa Rita – vice coordenador, Jesus Reis – tesoureiro, Edmundo Santa Rita – secretário.¹³³

Não se pode descartar, portanto, a possibilidade dos encontros e discussões sobre as condições de vida no bairro, mesmo que “de forma amistosa”, nos momentos de lazer, estudo e trabalho.¹³⁴ Afinal, este assunto deve ter permeado diversos espaços, não só entre os jovens. Em alguma medida, as experiências que foram tecidas pelos jovens do Calabar traduzem a realidade dos moradores do bairro, uma vez que se tratam de indivíduos que tiveram experiências em oficinas de ofícios (marcenarias, alfaiataria, oficinas mecânicas), os quais estavam conectados com o mundo do trabalho.¹³⁵ Embora, diferentemente da maioria dos moradores do bairro, eles tivessem tido acesso à escola básica e muitos deles, posteriormente, ao ensino superior.

¹³⁰ Estatuto de Fundação do JUC. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹³¹ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 28.

¹³² *Idem*, p. 28.

¹³³ Atas de reuniões, 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹³⁴ Entrevista concedida por Edmundo Santana Santa Rita, 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹³⁵ *Idem*.

Uma das questões que esteve no centro do debate desse “grupo de amigos”, e que impulsionaria o surgimento do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC), em 1977, seria o estigma de “antro de marginais”, dado ao Calabar pela imprensa comercial, como se verificará nas páginas seguintes.

“Inditosa imagem”

O parágrafo I do Estatuto de Fundação do JUC registra o seguinte: “O Grupo de Jovens Unidos do Calabar – veio à tona no mês de setembro do ano de 1977. Tem por principal finalidade tentar mudar a inditosa imagem do nosso bairro”.¹³⁶ Embora localizado em uma das regiões com o metro quadrado mais caro da cidade, com acesso rápido ao centro comercial de Salvador, pesava sob o Calabar o estereótipo de submundo, um enclave no centro da cidade. Essas contradições, algumas vezes, ganharam as páginas dos jornais comerciais.

As classes populares normalmente são abordadas nos noticiários comerciais quando cometem crimes “(ou quando acusado de um)”.¹³⁷ “Além da violência individual que aparece através do crime, existe ainda a violência coletiva, onde a massa anônima deixa suas marcas” e entra na cena pública por meio de manifestações “que podem ficar registradas nas notícias de jornais”.¹³⁸ As notícias que são veiculadas pela imprensa comercial geralmente atendem a demandas de um público específico. É nítido como a imprensa comercial “compactua com a ausência dos poderes públicos, reforçando o estigma de comunidades como o Calabar, seja pelo acento em notícias sobre violência, seja pelo silenciamento” de algumas práticas positivas que são desenvolvidas pelos moradores.¹³⁹

Pode-se considerar a imprensa comercial como um importante instrumento para “identificar fatos que momentaneamente capitalizam a atenção da sociedade”¹⁴⁰. Entre os anos de 1977 e 1980, o Calabar raramente apareceu nos noticiários comerciais; quando

¹³⁶ Estatuto de Fundação do JUC. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

¹³⁷ BARROS, José D’assução. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004, p. 121.

¹³⁸ Idem. p 122.

¹³⁹ COELHO, L. R. . *História de uma iniciativa popular na capital soteropolitana: o jornal comunitário Kalabari como alternativa ao silenciamento*. In: VII Encontro Nacional de História da Mídia, 2009, Fortaleza. 7 Encontro Nacional da História da Mídia - mídia alternativa e alternativas midiáticas. Fortaleza: Fundação Edson Queiroz/Rede ALCAR, 2009, p. 9.

¹⁴⁰ CASTRO, Nadya A. Imagens do sindicalismo baiano nos anos 80. In. GUIMARÃES, A. S. A.; LORZA, F. R.; LOPES, F.; SOBRINHO, G. K.; CASTRO, N. A.; FÁLCON, P. *Repensando uma década: a construção da CUT na Bahia nos anos oitenta*. Salvador, CEPA/CEAS/UFBA/FFCH/Mestrado em Sociologia/CED, 1994.p. 386.

aparecia, era estigmatizado como um bairro insalubre. A realidade de infraestrutura do Calabar era uma lástima: “os esgotos eram a céu aberto, [...] a convivência com o lixo e com resíduos era muito intensa e isso obviamente que prejudicava com a saúde das pessoas”.¹⁴¹ A situação de insalubridade do Calabar, esquecido pelos governos do Estado e da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), afetava não apenas a vida dos moradores do bairro, mas também a vizinhança. A água composta por resíduos de diversas naturezas, entre fezes e plásticos, escorria pelo riacho que corta o Calabar e desaguava na Avenida Centenário, causando tremendo desconforto aos moradores da Barra e da Graça.¹⁴²

Entre 1977 e 1980, os jornais comerciais, também, publicaram diversas notícias sobre o título de posse do terreno ocupado pelos moradores do Calabar. Houve, nesse período, muitas investidas do mercado imobiliário, da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e do governo do Estado, pela remoção daquela comunidade. A imprensa comercial tentou rotular o Calabar como um local insalubre e antro de marginais para “lançar a população em geral contra a população residente” no bairro e, assim, “legitimar atitudes repressivas e arbitrárias” dos poderes públicos.¹⁴³

Além do estigma de bairro insalubre, o Calabar era noticiado pela imprensa comercial como antro de marginais, conforme relatos dos ex-membros do JUC. Embora, no levantamento realizado das notícias sobre o Calabar na imprensa comercial, inclusive, com o apoio da Casa da Memória Popular - CAMPO/CEAS, por meio dos seus bolsistas de iniciação científica, não foi possível localizar essa notícia em especial, a qual foi datada no ano de 1977, segundo as informações dos entrevistados.

Em uma publicação do jornal *Tribuna da Bahia* em 1978, o cientista social José Wellington Aragão fez o seguinte relato: “Em setembro do ano passado alguns jovens moradores do bairro Calabar [...] se surpreenderam com uma ampla reportagem publicada num dos jornais da cidade denunciando o grande número de assaltantes e delinquentes também residentes na comunidade”.¹⁴⁴

A matéria escrita por Aragão relata o mesmo episódio narrado posteriormente por Fernando Conceição. No livro *Cala a boca Calabar*, Conceição destaca que a luta do bairro

¹⁴¹ Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

¹⁴² Avenida Centenário carece de maior atenção da Prefeitura. Maltrato no Calabar. *A Tarde*, Salvador, 23 Ago. 1977.

¹⁴³ MATTEDI, Maria R. M. As invasões na Cidade de Salvador. *Caderno do CEAS*, Salvador, 1981, p. 40.

¹⁴⁴ O *Censo Comunitário de 78* foi objeto de estudo do cientista social José Wellington Aragão. Em setembro de 1978, o jornal *Tribuna da Bahia* publicou uma matéria completa sobre o censo, escrita por Aragão. Neste estudo, o cientista social trouxe dados detalhados da situação socioeconômica e fundiária do Calabar. ARAGÃO, José Wellington. Calabar: uma comunidade de doente. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 1978, p. 9.

foi deflagrada quando ele e alguns jovens do Calabar (o “grupo de amigos” citado anteriormente), que já estavam frequentando o ginásio, viram no jornal uma matéria que rotulava o Calabar como “antro de marginais”.¹⁴⁵ Edmundo Santa Rita complementa:

A inditosa imagem do Calabar era algo patente, era algo bem visível nas nossas abordagens, porque nós já estudávamos fora, já tínhamos inserção de alguma forma na sociedade e percebíamos que nosso bairro era muito diferente dos outros bairros, das outras comunidades, porque ali faltava tudo, eram muitas carências [...]. As condições de esgoto a céu aberto [...]. Não existia nenhum tipo de serviço público no Calabar.¹⁴⁶

De acordo com Fernando Conceição e Edmundo Santa Rita, os debates em torno das notícias sobre o Calabar criaram certa disposição em alguns jovens para tentar mudar a realidade do bairro. Apesar da inquietação desses jovens, não há nenhum registro de investidas dos mesmos em ações coletivas no bairro antes do JUC. Ou seja, as coisas ainda estavam no campo das ideias e discussões, como relata o poema “Terceiro Natal”. Embora as reuniões do “grupo de amigos” preceda o JUC, o grupo só materializou-se após a experiência da gincana de 1977, na qual outros sujeitos estiveram envolvidos.

Os relatos de Fernando Conceição e Edmundo Santa Rita enfatizam a presença do estigma de bairro insalubre e antro de marginais, dado ao Calabar pela imprensa comercial na construção da narrativa sobre a formação do JUC. A referência à “inditosa imagem”, inscrita no primeiro parágrafo do JUC, não era, no ano de fundação da organização, apenas uma inquietação do grupo, mas a mais importante.

De acordo com Rita de Cássia:

O povo falava: ‘ah, esse lugar aí só tem quem não presta’ [...]. Falava que aqui era tipo assim lugar que só tem bicho, lugar sujo. Porque eram casas [...] de pano [...], casas de tábuas, de taipa. Então, era mal visto aqui, numa Avenida dessas, uma favela dessa forma. [...]. Começou [...] nessa época, de 1977 e 1980, [...] a sair no jornal. Aí já começou uma questão do uso de drogas também, e aí o lugar que era mal visto aqui na Centenário, Barra [...]. O lugar mais, como é que eu posso chamar?, insalubre, era aqui o Calabar. [...]. Então, a gente começou a se reunir e a questionar essas coisas. E a questionar principalmente que era a violência maior que a gente sofria. Era de ser taxado como todo bairro era de marginal. Que no Calabar só morava marginal.¹⁴⁷

“O povo” mencionado por Rita de Cássia em seu relato é uma referência aos moradores dos bairros nas imediações do Calabar. No final da década de 1970 e início de

¹⁴⁵ Essa fala pode ser consultada tanto em entrevista concedida aos Cadernos do CEAS (Edição de n. 84/ 1983) quanto no livro *Cala a boca Calabar*, 1984.

¹⁴⁶ Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

¹⁴⁷ Entrevista concedida por Rita de Cássia dos Santos, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

1980, os jornais comerciais receberam algumas queixas desses moradores. Em uma matéria publicada por *A Tarde* em agosto de 1977, foi levantada uma série de questões sobre a insalubridade do bairro, relatando que os moradores estavam expostos a condições lastimáveis, totalmente esquecidos pelos poderes públicos. A matéria publicada apresenta, grosso modo, a situação com que viviam os moradores do Calabar, no final dos anos 1970. Segue abaixo a matéria:

Na Rua Nova do Calabar [...] as valas abertas substituindo redes de esgotos desembocam suas águas contendo lixo, fezes e todo o tipo de imundície no rio. Esse bairro que se localiza numa transversal da Avenida Centenário nunca recebeu dos poderes públicos uma colaboração qualquer. Totalmente cortada pelas valas que exalam um mau cheiro constante, a rua não possui nenhum equipamento de infraestrutura. A água para uso diário é conseguida através de fonte ou chafariz – neste, a mesma só chega a noite – ou em outros locais. As crianças transitam normalmente por entre as valas e quase sempre estão doentes de micose, febre. Quando chove, toda a rua alaga devido às águas com lama que descem das encostas. Nas últimas chuvas que caíram em Salvador as casas inundaram e todas as famílias tiveram prejuízos enormes. [...] Na sua maioria, os moradores se acomodaram à realidade do bairro e não procuraram levar o problema à prefeitura.¹⁴⁸

Preocupado em denunciar o descaso da PMS com a Avenida Centenário –“uma das mais bonitas avenidas de vale de Salvador”¹⁴⁹ à época –, o jornal *A Tarde* trouxe como pano de fundo a situação de calamidade com que vivia a população do Calabar e como isso era um agravante para os bairros da vizinhança, visto que as águas poluídas que emanavam das valas do riacho do Calabar desaguavam na Avenida Centenário.

Uma observação a ser feita é que a classe dominante também produz lixo. Conforme o próprio periódico, “em quase toda extensão” da Avenida estavam “espalhados papéis, folhas secas, e outros pequenos objetos [...], a área se tornou depósito de lixo”.¹⁵⁰ Ou seja, a sujeira que escoava pela Avenida Centenário não tinha origem apenas nos bairros de moradias populares da imediação. É importante ressaltar a ligação do periódico com interesses da classe dominante de Salvador, setores da sociedade que almejavam a erradicação da comunidade do Calabar.¹⁵¹ No limite, a tentativa dos jornais comerciais de rotular os moradores do Calabar como “marginais” atendia aos interesses da classe burguesa, predominante nos bairros da Graça, Barra, Ondina e Apipema.

¹⁴⁸ Avenida Centenário carece de maior atenção da Prefeitura. Maltrato no Calabar. *A Tarde*, Salvador, 23 Ago. 1977.

¹⁴⁹ *Idem*.

¹⁵⁰ *Ibid*.

¹⁵¹ No capítulo II será realizada uma análise pormenorizada referente à produção de notícias sobre o Calabar pela imprensa comercial.

As classes populares são rotuladas como “marginais” por diferentes motivos, entre os mais correntes estão o recorte racial, a produção de violência e as questões de higiene.¹⁵² A marginalização do Calabar pode ser configurada por essas três vias. Primeiro, o Calabar é um bairro situado em uma das regiões centrais da cidade, cuja população era, no período estudado, majoritariamente negra.¹⁵³ Essa população tinha acesso a espaços de lazer como a Avenida Centenário e as praias da Barra e Ondina, convivendo, em nível de desigualdade socioeconômica, com moradores dos bairros da circunvizinhança. A maioria dos crimes cometidos na redondeza recaía sobre os moradores do Calabar. Além disso, eram frequentemente reprimidos por policiais nos espaços públicos em torno do bairro. A situação de marginalidade do Calabar também se traduz na ausência de serviços públicos no bairro.

Faz-se necessário pensar o racismo como um fenômeno estrutural, que coexiste com a industrialização e o desenvolvimento capitalista.¹⁵⁴ “[...] A raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classe e dimensões distributivas da estratificação social”.¹⁵⁵ Conforme Lélia Gonzalez, na década de 1980 havia uma concentração da população negra nos “setores agrícola, da construção civil e da prestação de serviços”. Nesses setores a remuneração raramente ultrapassava o salário mínimo.¹⁵⁶ Entendemos, portanto, que a segregação sofrida pelos moradores do Calabar nas décadas de 1970 e 1980 tem bases tanto na desigualdade de classe quanto nas políticas segregacionistas do Estado, ou seja, o tratamento desigual entre brancos e negros nas relações estruturais, a desigual distribuição do espaço “e as práticas racistas do grupo racial dominante”.¹⁵⁷

A negligência do Estado com os moradores do Calabar foi o principal instrumento de marginalização dessa população. Em março de 1978, o JUC elaborou um abaixo-assinado no qual reivindicava aos “representantes do povo” (candidatos à eleição de 1978) medidas emergenciais para o Calabar. Uma das reivindicações, trazida no abaixo-assinado, diz respeito à entrega do botijão de gás no bairro:

Estamos reclamando, Senhores, - não estamos exigindo nada. Se caso exigirmos alguma coisa, eis que teremos chegado ao extremo dos nossos direitos. E se é que reclamamos, queremos briga com a companhia de gás liquefeito que abastece esta

¹⁵² CHALHOUB, Sidney. *A guerra contra os Cortiços: Cidade do Rio de Janeiro, 1950-1906*. Campinas, IFCH-UNUCAMP. Col. “Primeira Versão”, nº 29, 1990.

¹⁵³ Entrevistas concedidas por ex-membros do JUC. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹⁵⁴ GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1982.

¹⁵⁵ Idem, p. 89.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Ibid. 90.

cidade. É que estamos pagando pela nossa marginalidade! Quebrassem os elevadores do Ed. Apolo XXVIII [Corredor da Vitória, Salvador], e o entregador levaria pelas escadas o botijão de gás até o vigésimo oitavo andar. Posição social: a tabela marca a entrega para um dia e o caminhão chega na tarde anterior, já à noite, e estaciona o veículo na frente da rua. Se acaso quisermos o gás, temos que sair com o botijão nas costas mais de setecentos metros! Pagamos o preço exigido: Cr\$ 87,70. Por causa disso, quantas e quantas famílias já ficaram sem o gás? Se reclamamos, somos tratados por modos intransmissíveis aos ouvidos de outras pessoas. Mas não somos pessoas... E se o somos, assim não nos tratam.¹⁵⁸

De acordo com Leonardo Boa Morte, “o tratamento diferenciado da companhia de gás”, conforme a classe social, “pode ser compreendido como uma analogia ao Estado e a sua forma de hierarquizar a população”.¹⁵⁹ No texto do abaixo-assinado, o JUC não responsabilizava o governo do “Estado de forma direta pela situação da comunidade”, pois a intenção do grupo não era “confrontar o poder público”, mas sensibilizá-lo sobre o estado de miserabilidade e abandono daquela localidade.¹⁶⁰ O JUC estava utilizando as eleições de novembro de 1978 para “jogar com os políticos”, destacando “os principais problemas do bairro”.¹⁶¹ Inclusive, concluiu o texto do abaixo-assinado com a seguinte frase: “Que se faça. Que esperamos”¹⁶².

A interlocução dos movimentos populares visa frequentemente os governantes (representantes do Estado e do Município), “pois as demandas são, quase sempre, dirigidas a [eles], principalmente à prefeitura”.¹⁶³ Neste caso, o Estado pode ser considerado tanto como protetor, na medida em que garante os direitos básicos aos cidadãos, quanto adversário, ao cercear as classes populares desses direitos.¹⁶⁴

No caso do problema da entrega do botijão de gás, o movimento de bairro do Calabar recorreu ao governo do Estado porque, além da situação afetar o transcorrer das atividades diárias dos moradores, havia o desrespeito das companhias de gás com o bairro, e isso tinha se estendido até aos entregadores, sujeitos pertencentes à mesma classe social dos moradores do Calabar. Na reunião do JUC do dia 25 de fevereiro de 1978, no mês anterior à confecção do abaixo-assinado, os jovens alegaram que os entregadores das companhias de gás tinham

¹⁵⁸ JUC, abaixo-assinado, aos representantes do povo. Salvador, 10 de março de 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹⁵⁹ BOA MORTE, *A luta da comunidade do Calabar*, p. 20.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Ata de reunião, 4 de março de 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹⁶² JUC, abaixo-assinado, aos representantes do povo. Salvador, 10 de março de 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹⁶³ ESPÍNEIRA, *O partido, a Igreja, e o Estado nas associações de Bairros*, p. 79.

¹⁶⁴ Idem.

passado dos limites, quando se referiam aos moradores do Calabar como “otários”.¹⁶⁵

Em um trecho do abaixo-assinado, o JUC deixa evidente que o abandono e esquecimento do bairro era uma questão a ser discutida pelos poderes públicos: “queremos é a humanização do nosso bairro, o fim da nossa marginalização. Se é que podemos chamar de bairro um lugar onde não tem água encanada nas casas, onde faltam os esgotos nas casas, onde falta luz pública nos postes”.¹⁶⁶

A referência à humanização do Calabar já havia sido mencionada, também, no quarto parágrafo do Estatuto do JUC. O trecho seria uma menção ao estigma de insalubridade e antro de marginais, ou seja, à “inditosa imagem” dada ao Calabar pelos noticiários comerciais:

O “JUC” pretende ter atividades beneficentes, culturais e recreativas. As atividades beneficentes visam a humanização do bairro; as atividades culturais visam revelar valores do nosso bairro e incentivá-los, propagar a cultura, e o desenvolvimento intelectual dos moradores do bairro; as atividades recreativas visam promover o esporte através da criatividade de cada um. Todos esses trabalhos feitos conforme as nossas condições.¹⁶⁷

Humanizar o Calabar significaria, acima de tudo, atender às necessidades sociais e materiais imediatas dos moradores da comunidade, ou seja, fazer o trabalho que era de responsabilidade do Estado. Embora isso não queira dizer que o JUC ocuparia o lugar dos órgãos públicos: da PMS e do Estado.¹⁶⁸

No mês de março de 1978, o JUC elaborou uma pesquisa denominada *Censo Comunitário de 78* para apurar as condições em que viviam os moradores do bairro.¹⁶⁹ A coleta de dados foi realizada por equipes formadas por três pessoas. As consultas foram aplicadas aos domingos atingindo cerca de 1.100 famílias.¹⁷⁰ Após o levantamento feito pelo JUC, os jovens constataram que não existiam “marginais, nem tampouco delinquentes” no Calabar, mas “uma comunidade doente” pela ausência de serviços públicos.¹⁷¹

1.3 A praça: o JUC e seus interlocutores

Para compreender o que foi o grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC), é de suma importância conhecer os seus interlocutores, ou seja, os tipos de relacionamentos que eram

¹⁶⁵ Ata de reunião, 25 de fevereiro de 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

¹⁶⁶ JUC, abaixo-assinado, aos representantes do povo. Salvador, 10 de março de 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹⁶⁷ Estatuto de Fundação do JUC, s/d. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

¹⁶⁸ Formação nos grupos. Incentivo 29 (Julho), p. 3. Tema 78. 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹⁶⁹ ARAGÃO, José Wellington. Calabar: uma comunidade de doente. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 1978, p. 9.

¹⁷⁰ Ata de reunião do JUC. 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹⁷¹ ARAGÃO, José Wellington. Calabar: uma comunidade de doente. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 1978, p. 9.

estabelecidos no dia a dia do Calabar (troca de favores, relação de compadrio, laços de amizade entre vizinhos...).

As diferentes maneiras como os moradores do Calabar teciam suas relações possibilitaram a construção de uma identidade local. Isso implica dizer que, para além da influência da Igreja Católica e das notícias veiculadas pela imprensa comercial, as experiências travadas no cotidiano da comunidade foram um importante elemento para a formação do JUC.

Para explicitar essa questão, foram analisados 434 questionários do *Censo Comunitário de 78*, de um total de 1000.¹⁷² Neste censo constavam perguntas do tipo: a idade dos entrevistados, número de filhos dos cônjuges, número de pessoas nas residências, tempo de moradia no bairro, o que os motivou a ir morar no Calabar, formação escolar, se os entrevistados residiam em casa própria, se pagavam impostos à PMS, renda familiar, abastecimento de água da residência e outros.¹⁷³

Chama atenção o fato de o *Censo Comunitário de 78* não ter levantado questões sobre raça e gênero. Provavelmente, a atenção do JUC na confecção do *Censo Comunitário de 78* ainda girava em torno de questões que apresentavam as condições materiais em que viviam os moradores do Calabar. Ademais, as entrevistas foram direcionadas aos chefes de família (pais, mães e outros), ao núcleo familiar, e não ao indivíduo.

Apesar disso, foi possível identificar o perfil de gênero dos(as) entrevistados(as). Constatou-se que a maioria das entrevistas foi respondida por mulheres. Entre os(as) 434 entrevistados(as), 64% eram mulheres; 26% homens; e 10% não assinaram o questionário, ou não tiveram seus nomes registrados pelos entrevistadores.

A recepção majoritariamente feminina no *Censo Comunitário de 78* apresenta aspectos importantes do perfil dos interlocutores do JUC. Na maioria das vezes, a “divisão sexual do trabalho” designa às mulheres a função de dona de casa, ou seja, responsável pelas questões domésticas, mesmo quando estas têm outras ocupações profissionais.¹⁷⁴ O bairro pode ser considerado como uma extensão da casa.¹⁷⁵ Isso explica, no limite, a participação em maior número das mulheres nos quadros das organizações de bairros. De acordo com Elizabeth S. Lobo, o espaço da Associação de Moradores “[...] é muitas vezes para a dona de

¹⁷² *Censo Comunitário de 78*. Dados socioeconômicos do Calabar. 1978. Acervo do Calabar. CAMPO CEAS.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ GARCIA, *Mulheres* da cidade d'Oxum, p. 157.

¹⁷⁵ Da MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

casa o único espaço de sociabilidade fora da família e melhorar a vida implica para cada uma a melhora da vida no bairro”.¹⁷⁶

Como foi sinalizado anteriormente, o rendimento familiar também é um importante elemento para se pensar na organização social dos espaços urbanos.¹⁷⁷ A população de baixa renda, em sua maioria, ocupa os espaços da cidade mais carentes de estrutura material, quando não reside no próprio local de trabalho. Para apresentar o rendimento dos moradores do Calabar utilizou-se como fonte uma matéria publicada pelo jornal *Tribuna da Bahia* em 1978. A reportagem, escrita por José Wellington Aragão, teve, como base, os dados do *Censo Comunitário de 78*. De acordo com Aragão, nos anos 1970, a população de classe baixa era maioria no Calabar,¹⁷⁸ algumas famílias beiravam a linha da miséria, com renda mensal de Cr\$ 200 (duzentos cruzeiros) e outras não possuíam renda alguma.¹⁷⁹

A população que possuía renda familiar de apenas um salário mínimo girava em torno de 60% das famílias que habitavam o Calabar.¹⁸⁰ Das famílias abordadas no censo, 10% não alcançavam o salário mínimo e somente 30% “ganhavam salários acima de Cr\$ 1.200” (mil e duzentos cruzeiros).¹⁸¹ Neste sentido, além das experiências em comum dos moradores do Calabar em situações como a falta de equipamentos e bens de consumo coletivo no bairro eles tinham em comum, também, “o fato de que seus rendimentos [limitaram] suas possibilidades de moradia”, ao Calabar.¹⁸²

Peculiaridades dos moradores do Calabar

As experiências tecidas pelos moradores do Calabar os diferem, em alguma medida, dos moradores de outros bairros populares de Salvador. Os primeiros gozavam, no limite, da comodidade de acesso tanto às praias da Barra e Ondina, quanto ao comércio e aos serviços informais garantidos pela proximidade dos bairros de classe média alta. No entanto, a

¹⁷⁶ ESPINHEIRA, *O partido, a Igreja, e o Estado nas associações de Bairros*, p. 93.

¹⁷⁷ “A maior parte dos projetos de consumo é familiar, não só no sentido de que eles são pensados em função de todo o grupo doméstico, mas também no sentido de que dependem do esforço de pelo menos alguns de seus membros. É para a família que confluem as rendas que os vários membros auferem individualmente no mercado de trabalho, e é a partir dela que os rendimentos são distribuídos e usados [...]”. CALDEIRA, Tereza P. do R. *A política dos outros*, p. 104-105.

¹⁷⁸ Considera-se por baixa renda as famílias que recebem até um salário mínimo, as quais conseguem garantir apenas a subsistência (alimentação e moradia).

¹⁷⁹ ARAGÃO, José Wellington. Calabar: uma comunidade de doente. *Tribuna da Bahia*. Salvador, 1978, p. 9.

¹⁸⁰ No período, o salário mínimo era de Cr\$ 1.106,40 (mil cento e seis cruzeiros e quarenta centavos). Disponível em: <http://audtecgestao.com.br/capa.asp?infoid=1336>. Acesso em: 22 de Novembro de 2018.

¹⁸¹ ARAGÃO, José Wellington. Calabar: uma comunidade de doente. *Tribuna da Bahia*. Salvador, 1978, p. 9.

¹⁸² CALDEIRA, Tereza P. do R.. *A política dos outros*, p. 104.

ausência de serviços públicos e as constantes investidas do mercado imobiliário no Calabar eram semelhantes à realidade da maioria das ocupações populares da cidade no final da década de 1970. Esta semelhança se expressava, inclusive, na maneira como os diferentes sujeitos ocuparam o Calabar.

Nas tabelas 1 e 2, apresentam-se algumas particularidades da migração para o bairro, por meio dos dados coletados em uma amostragem do *Censo Comunitário de 78*.

Tabela 1 – Origem dos moradores e tempo de residência no Calabar

Local/Período	1978-1974	1973-1969	1968-1964	1963-1958	Antes de 1958 ^C	Não respondeu	Total	%
Calabar ^A	8	4	-	8	8	-	28	6
Interior da Bahia	19	6	4	9	5	-	43	10
Outras bairros de Salvador ^{B e C}	100	67	37	100	33	3	340	78
Outros Estados	3	1	1	4	-	-	9	2
Região Metropolitana de Salvador	1	3	2	1	-	-	7	2
Não respondeu	-	1	1	2	-	3	7	2
Total	131	82	45	124	46	6	434	100
%	30	19	10	29	11	1	100	-

Fonte: Amostragem da análise de 434 questionários do *Censo Comunitário de 78*. Dados socioeconômicos do Calabar. 1978. Acervo do Calabar. CAMPO CEAS.

- A- Os dados sobre o Calabar dizem respeito: a) ao número de pessoas que nasceram no bairro, seis (6); b) ao número de pessoas que tiveram sua primeira residência no Calabar e não informaram outra origem, doze (12); e ao número de pessoas que disseram residir anteriormente nas microáreas do Calabar: Bomba, uma (1); Camarão, seis (6); e Ranulfo de Oliveira – rua que separa o Calabar do Jardim Apipema –, três (3).
- B- A maioria dos moradores que estavam no Calabar há mais de 20 anos, ou seja, que chegaram ao bairro antes de 1958, tinha origem no próprio bairro 17% e nos bairros da circunvizinhança 46%.
- C- Neste item estão inscritas as localidades responsáveis pelo maior fluxo de pessoas que migraram para o Calabar. Entre os bairros da circunvizinhança estão: Mirante, Alto das Pombas, Barra, Cahame-Chame, Federação, Morro do Gato, Roça da Sabina, Graça, Ondina, São Lázaro e Jardim Apipema (nesta ordem). Além dos bairros da circunvizinhança, percebemos um grande fluxo, também, das seguintes localidades: Nordeste, Cosme de Farias, Garcia, Engenho Velho da Federação, Canela, Liberdade e Barris (nesta ordem).

Tabela 2 – Motivos que levaram os moradores a migrar para o Calabar

Necessidade de uma moradia^A	146
Facilidade para conseguir moradia no Calabar^A	144
Relações Familiares^B	38
Proximidade ao centro da cidade	25
Desapropriação de residência anterior^C	09
Gosta do Local	26
Não respondeu^D	46

Fonte: Amostragem da análise de 434 questionários do *Censo Comunitário de 78*. Caixa 1: Dados socioeconômico do Calabar. 1978. Acervo do Calabar. CAMPO CEAS.

- A- A facilidade para conseguir uma casa no Calabar pode coincidir, em muitos casos, com a necessidade de moradia para habitar. No entanto, a procura por facilidades de moradia diz respeito, na maioria das situações, às condições de vida das pessoas que migraram para o bairro. Digamos que muitos desses sujeitos possuíam residência em outro local, mas optaram pelo Calabar por facilidade na hora da compra ou locação do imóvel, para reduzir os gastos com moradia. Ao passo que aqueles que foram morar por necessidade não tinham condição alguma de adquirir um imóvel em outro local. Muitos moravam de favor em ocupações, no trabalho e em outras situações.
- B- Casamento com pessoa que mora no bairro, indicação de amigos, proximidade de parentes e outros.
- C- As nove (9) casas desapropriadas estavam localizadas na Barra, Barris, Canela, Federação e Mirante (atual Jardim Apipema). Nessas desapropriações, quatro (4) famílias foram indenizadas.
- D- Devido à forma com que o JUC formulou as perguntas sobre os motivos que levaram os moradores a migrar para o Calabar (“Por que vieram morar aqui mesmo sabendo que era uma invasão?”), muitos deles não informaram o real motivo. Vinte e sete (27) entrevistados afirmaram não morar em invasão. Em outros casos, mesmo quando responderam por que foram morar no bairro, disseram não morar em invasão, confrontando o(a) entrevistador(a).

Grosso modo, a população do Calabar era relativamente nova no período em que foi realizado o censo. Conforme os dados apresentados na tabela 1, entre os anos de 1958 e 1978, o bairro assistiu a um aumento no conjunto populacional de aproximadamente 88%. Apenas 11% da população do Calabar estava no bairro há mais de 20 anos. Ainda que alguns moradores tenham deixado o Calabar ao longo dos anos (não foi possível obter esses dados de maneira precisa), é notável como houve um aumento populacional no bairro.

Os motivos da migração para o Calabar são diversos. Por um lado, algumas pessoas procuraram o bairro porque anteriormente viviam em condições de habitações piores do que as possibilidades oferecidas naquele local e/ou simplesmente por não possuir uma residência

(tabela 2). Por outro lado, algumas famílias tiveram que migrar para o Calabar por causa da crise financeira vivida no país na década de 1970: alto custo de vida e necessidade de reduzir gastos. Além disso, houve o avanço no mercado imobiliário, ocasionando a erradicação e remoção de bairros populares de Salvador.

O fluxo de pessoas migrando entre bairros de Salvador revela aspectos pontuais da disputa pelo uso do solo urbano. Entre as décadas de 1960 e 1970, diferentes ocupações, na maioria dos casos localizadas nas regiões mais valorizadas pelo capital imobiliário, foram extintas ou removidas para outros locais.¹⁸³ As intervenções contra as ocupações foram intensificadas com a política de expansão e urbanização da cidade na gestão do prefeito Antônio Carlos Magalhães (ACM), na década de 1960.¹⁸⁴

Milton Santos afirma que o processo de urbanização de Salvador esteve atrelado à inserção do Brasil ao *modus operandi* da economia globalizada após o início da ditadura militar.¹⁸⁵ Com a instalação do regime militar, “a atuação do Estado na disputa pelo solo urbano se tornou muito mais presente e repressora”.¹⁸⁶

A política de austeridade de ACM resultou na erradicação de uma série de ocupações que vinham se formando em Salvador desde os anos 1940-1950, como, por exemplo, Corta Braço, Alagados, Gengibirra.¹⁸⁷ Apesar do aumento da repressão às ocupações em Salvador, “estas não deixaram de crescer e nem tampouco o Estado pôde reprimir ou tentar extinguir todas que surgiam”.¹⁸⁸

O processo de urbanização de Salvador “foi sendo desenhado pela constante disputa entre as ocupações ilícitas, o mercado imobiliário e as ações do Estado”.¹⁸⁹ Contrapondo-se ao projeto modernizador do Estado, os sujeitos sociais, parte importante da vida urbana, por meio de suas experiências coletivas, moldaram a cidade do Salvador.¹⁹⁰

Constatou-se que o fluxo migratório para o bairro do Calabar teve sua origem marcada por moradores de outras localidades da cidade do Salvador, em torno de 78% das famílias, com base na amostragem do *Censo comunitário de 78*. Possivelmente, algumas famílias que

¹⁸³ MATTEDI, *As invasões na Cidade de Salvador*, p. 46-47.

¹⁸⁴ LIMA, Gisele Oliveira de. *Movimento Baixa do Marotinho: A luta pela moradia em Salvador (1974-1976)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2009, p. 30.

¹⁸⁵ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

¹⁸⁶ MATTEDI, *As invasões na Cidade de Salvador*, p. 29.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ LIMA, *Movimento Baixa do Marotinho*, p. 24-25.

¹⁸⁹ Idem. p. 25.

¹⁹⁰ VASCONCELOS, Pedro Almeida. Os agentes modeladores de Salvador no período colonial. RDE – *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Unifacs, V. 2, N. 3, 2000.

migraram para o Calabar, e disseram ter origem em outros bairros de Salvador, possam ter vindo de outras cidades, como consta em alguns relatos dos entrevistados nesta pesquisa.

De acordo com Zanlorenzi, as famílias que ocupam “um terreno urbano, via de regra experimentam outras residências na cidade, seja morando ‘de favor’ na casa de um parente ou amigo, seja morando de aluguel em quarto ou uma pequena casa por um determinado tempo”.¹⁹¹ Estas famílias poderiam residir até mesmo em outras ocupações que foram removidas ou erradicadas. Após a remoção de algumas ocupações circunvizinhas ao Calabar, como o Mirante e a invasão de Ondina, o bairro se tornou a possibilidade mais viável de moradia para famílias que habitavam tais localidades.¹⁹² Primeiro, porque o valor de aluguel e o preço dos imóveis era baixo. Segundo, porque elas continuariam perto do local de trabalho e do centro comercial. Assim, manteriam a proximidade aos parentes que moravam na região, bem como os laços de amizade.

Com o aumento populacional do Calabar, “as condições de vida e de moradia”, que já eram difíceis, “foram visivelmente prejudicadas”. Os moradores que chegaram ao bairro amontoaram-se em barracos construídos nas baixadas, nas encostas, em cima do riacho que corta a rua principal e nos caminhos de acesso ao bairro.¹⁹³

Além da diminuição dos espaços vazios e do desalinhamento dos terrenos e lotes, a reconfiguração da população do Calabar interferiu nas formas das relações que eram estabelecidas no bairro. Provavelmente, houve uma reformulação na dinâmica de convivência. Primeiro, porque o bairro recebeu pessoas de diversos lugares, com costumes e hábitos diferentes. Segundo, porque a chegada desses novos moradores agravou as condições de vida no bairro.

Mas, apesar dos agravantes, a “situação estrutural de pobreza, comum a todos” os moradores, as “relações que foram se estabelecendo entre vizinhos e certa homogeneidade étnico-cultural, advinda [do fato] de serem quase todos negros” possibilitou o espírito de solidariedade e “a emergência de uma identidade social”.¹⁹⁴ O que possivelmente foi um dos gatilhos para o surgimento do JUC.

Para concluir a discussão sobre o processo de migração para o Calabar, apresenta-se, nas linhas a seguir, a experiência da família Santa Rita. Edmundo Santa Rita, filho de Dona Maria Santa Rita e Seu Eliezer Santa Rita, fazendo uso da memória, com uma retórica

¹⁹¹ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 104.

¹⁹² CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p22.

¹⁹³ ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 106-107.

¹⁹⁴ Idem. p. 107.

alinhada às experiências que travara ao longo dos anos, narrou a chegada da família Santa Rita ao Calabar da seguinte forma:

Chegamos ao Calabar por volta de 1968. Minha família do lado materno e paterno [...] são originárias do Recôncavo Baiano, das cidades de Aratuípe e Cabaceira do Paraguaçu. Famílias que não possuíam terras.

Obviamente que a atividade econômica girava em torno de meia (parte da produção para o proprietário da terra), isso é um problema sério aqui no Brasil, na Bahia isso era muito forte.

Minha família tanto de origem materna quanto paterna era submetida a esse sistema de partição de produção. E o Recôncavo Baiano naquela época não tinha condições de vida, de escola, de educação. Quer dizer, existia precariedade nas sedes desses municípios [...]. E as demandas eram atendidas aqui em Salvador.

E minha família tinha essa preocupação de educação dos filhos. Meus pais decidiram migrar para Salvador com o intuito de satisfazer essa demanda de educação dos filhos. Quando chegamos ao Calabar nós eramos sete, e nasceu o oitavo, eu sou o terceiro dos oito.¹⁹⁵

A família Santa Rita representa uma fração de famílias que saíram do Recôncavo para Salvador em busca de melhores condições de vida na cidade. Provavelmente, foram para o Calabar porque o bairro está localizado na região central da cidade, o que podia facilitar a inserção do casal e dos filhos mais velhos ao mercado de trabalho, assim como, por ter sido a opção mais viável, tendo em vista o fato de terem alegado como motivação para habitar o Calabar não terem encontrado terreno em outro local.¹⁹⁶

A família Santa Rita teve uma participação importante no movimento de bairro do Calabar. Todos os filhos de Dona Maria e Seu Eliezer (Edmundo, Edvaldo, Ernani, Evandro, Everaldo, Iracy, Jorge e Orlando) fizeram parte do JUC, em fases diferentes do grupo. A família Santa Rita representou 45% dos jovens presentes na reunião de fundação do JUC, no dia 12 de setembro de 1977.

1.4 A luta: “de repente lá estavam eles”, Jovens Unidos do Calabar

[...] De repente lá estavam eles, eles e a ideia. [...], eles construindo paz, eles carregando caixas, eles com a pá na mão [...], eles sorrindo, eles chorando, e se humilhando. De repente lá estavam eles juntos. Eles, só eles. Só eles e a ideia. Os membros discutiam, brigavam, zangavam-se entre si. Mas nunca brigaram com a ideia [...].¹⁹⁷

A participação dos jovens na gincana de 1977, a realidade em que viviam os moradores do Calabar, a marginalização do bairro pela imprensa comercial, as relações

¹⁹⁵ Edmundo Santa Rita atuou no JUC até 1990. Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

¹⁹⁶ *Censo Comunitário de 78*. Dados socioeconômicos do Calabar. 1978. Acervo do Calabar. CAMPO CEAS.

¹⁹⁷ Trecho do poema “Terceiro Natal”, publicado no *Boletim Informativo do JUC*. Comemoração de dois anos de existência do grupo. *Boletim Informativo do JUC*. Nº 4, setembro 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

cotidianas e a percepção sobre os “costumes em comum”, uniram 20 jovens (moças e rapazes), negros (as), com idades de 13 a 23 anos, em torno do JUC, no final da década de 1970.

Uma das primeiras iniciativas do JUC foi fazer a retirada do lixo amontoado no bairro do Calabar. Para executar esta tarefa, os jovens utilizaram o dinheiro do prêmio da gincana.¹⁹⁸ “A pretensão seria uma retirada simbólica dos resíduos da comunidade, e isso seria feito através de mutirão.”¹⁹⁹ Entretanto, o evento que marcou o início das atividades do JUC, conforme apontam as fontes consultadas nesta pesquisa, foi o mutirão para a reforma do chafariz que abastecia com água potável o Calabar. “Naquela época, este chafariz, criado na gestão do senhor Antônio Balbino [1958], jogado ao desprezo encontrava-se quase que submerso à valeta que rasga o bairro de uma ponta à outra”, imerso a todo tipo de sujeira: “fezes e lixos”. A reforma do chafariz foi feita com recursos da arrecadação do pagamento da “Taxa de Participação do Grupo”, que no momento já contava com 20 membros. Somou-se ao que era arrecadado pelo grupo “a ajuda recebida da Paróquia do Divino Espírito Santo (Alto das Pombas) em materiais de construção”.²⁰⁰

Nas primeiras investidas do JUC, no Calabar, o principal objetivo do grupo foi apresentar os trabalhos para os moradores mais velhos. Era importante para o JUC ser aceito na comunidade, até porque eles não conseguiriam fazer grandes mudanças sem o apoio da população local. Para o JUC, os moradores do Calabar eram os principais responsáveis pelo bairro onde viviam, e a estes cabia mudar a situação da comunidade.²⁰¹

A confiança do JUC crescia na mesma medida em que o grupo avançava nos trabalhos e buscava o apoio da comunidade. Para mostrar que não havia limites para a ação do grupo, o JUC conseguiu levar ao Calabar, com o apoio do Pe. Rubens Andrade, o Cardeal-Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela, em julho de 1978:

Por volta das três horas da tarde, vestindo a rigor, o cardeal desceu de sua “Brasília”, acompanhado por um padre auxiliar. À sua espera, na frente da rua, estavam o padre Rubens e alguns membros do grupo de jovens. A gente do JUC já tinha traçado o itinerário da visita. Dom Avelar percorreu várias ruas do bairro, pulou perigosas valetas e desequilibrou-se em vacilantes pontes localizadas em ribanceiras. A gente do JUC o ciceroneava [o guiava], relatando detalhes sobre o bairro e a população. Com passo vagoroso, dom Avelar ia distribuindo bênçãos aos moradores, impressionados, maravilhados com a presença do pastor.²⁰²

¹⁹⁸ Como prêmio pela vitória na gincana da Paróquia do Divino Espírito Santo, realizada em 1977, a equipe Unidos do Calabar “recebeu uns dois mil cruzeiros”. CONCEIÇÃO, *Cala a boca Calabar*, p. 29.

¹⁹⁹ Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

²⁰⁰ Carta ao Governador do Est. da Bahia – Antônio Carlos Magalhães’ (ACM). Salvador, Bahia, 15 de maio de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁰¹ ARAGÃO, *Calabar: uma comunidade de doente*, p. 9.

²⁰² CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 39.

Além de impressionar os moradores do bairro e estreitar as relações com a Igreja Católica, o convite feito pelo JUC a Dom Avelar tinha por finalidade sensibilizar o cardeal sobre as condições em que viviam os moradores do Calabar. Para o JUC, Dom Avelar, como a maior autoridade da Igreja Católica na Bahia, poderia interceder pelos moradores do bairro junto à Santa Casa de Misericórdia (instituição que se dizia proprietária do terreno ocupado pelo Calabar), para que assim a instituição deixasse de reivindicar o título de posse do terreno e permitisse a legalização da ocupação. Como pode ser visto abaixo no discurso proferido pelo grupo de jovens ao cardeal:

Diante de tantas outras ruas que passam pelos mesmos problemas que a nossa – a marginalização causada pela indiferença da sociedade elitizada; o João e a Maria, o Zé, o desgraçado que veio do interior pensando que iria viver melhor na capital [...]: ‘a quem pertence a terra, se não a Deus, já que na verdade ninguém provaria por ela ter direito?’, e se perguntando assim resolveram morar onde encontrassem terra e aí se instalaram nessas terras e as invadiram e não se importaram a partir daí de como iriam viver, pois só queriam mesmo viver. [...]. Nós confiamos que um dia não haverá mais perseguição por causa de terras e então a Terra será de todos e não de alguns.²⁰³

A visita de Dom Avelar foi uma conquista significativa para aquela organização que estava dando os seus primeiros passos. A resposta do Cardeal ao JUC tranquilizaria os corações daqueles que estiveram presentes na ocasião. Dom Avelar afirmou que “a Santa Casa de Misericórdia não estava no momento interessada naquele terreno”.²⁰⁴ Apesar disso, os moradores continuariam exigindo medidas da Prefeitura sobre o título de posse do Calabar, como se verificará no próximo capítulo.

Quadro de filiação e coordenação do JUC

Assim que o JUC foi formado, definiu-se por meio de eleição interna o quadro da primeira coordenação da organização. Após votação, as funções foram determinadas da seguinte forma: Fernando Conceição (coordenador), Jorge Santa Rita (vice-coordenador), Jesus Reis (tesoureiro), Edmundo Santa Rita (secretário) e Berenice Caetano (assistente social).²⁰⁵

²⁰³ Comunicados 1978. Presença de D. Avelar Cardeal Brandão Vilela. 23 de julho de 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁰⁴ Quatro mil pessoas reclamam do abandono da Rua Nova do Calabar. *A Tarde*, Salvador, 2 de setembro de 1978.

²⁰⁵ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala Boca Calabar*, p 35-36.

Uma das funções da coordenação geral (coordenador e vice-coordenador) era convocar e presidir assembleias com os moradores e reuniões internas do JUC.²⁰⁶ “O secretário respondia pelas atas de reuniões e correspondência.” A assistente social era “responsável pela organização de eventos sociais do grupo e da comunidade”, inclusive eventos, com a proposta de confortar os membros do JUC através de mensagens nas datas comemorativas ou em situações de enfermidade.²⁰⁷

Em 1979, o JUC formou comissões por área de atuação: “Comissão Social, Comissão de Cultura, Comissão de Assistência Social e Assuntos Religiosos, Comissão de Esportes e Diversões, e, Comissões de Trabalho Ativo”.²⁰⁸ Cada comissão era composta por três a cinco membros. Além das comissões, o JUC criou outros setores internos, como a “COOJUC – Cooperativa Interna do JUC, um órgão de poupança dos membros do Grupo”.²⁰⁹

“Para fazer parte do JUC [o integrante] tinha de ter 14 anos ou mais e deveria estar cursando no mínimo a quarta série primária” – mesmo com a restrição etária, alguns jovens entraram no JUC aos 13 anos de idade. Ao ingressar no JUC, os jovens deveriam contribuir com uma taxa mensal: os rapazes com o valor de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) e as moças, Cr\$ 10 (dez cruzeiros). Ficou estabelecido, entretanto, que as moças que entrassem no grupo posteriormente (provavelmente, após a formulação das regras do grupo, em outubro de 1977), pagariam a taxa de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros). Não sabemos informar se o valor da taxa paga pelas garotas foi nivelado ao valor pago pelos rapazes. No Estatuto, foi estabelecido também “o horário das atividades”. Quem “chegasse atrasado ou faltasse a duas reuniões consecutivas” recebia multa.²¹⁰

“A Taxa de Participação se [destinava] à manutenção do Grupo, bem como aos trabalhos que o [JUC viesse] promover que [fosse] indispensável à utilização desta quantia.” No último sábado de cada mês, o tesoureiro apresentava um balancete financeiro mostrando “em números, para todos os membros, [...] a renda do Grupo, esclarecendo as operações” que tinham sido feitas. A cada dois meses o tesoureiro apresentava uma tabela na qual eram comparadas as despesas e os rendimentos. “Essa tabela [deveria] ser colocada em lugar visível para que todos os membros [vissem]. [...] apresentava] as assinaturas do tesoureiro, do secretário, do vice-coordenador e do coordenador do Grupo.”²¹¹

²⁰⁶ Atas de reuniões, 1978-1980. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

²⁰⁷ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala Boca Calabar*, p. 35.

²⁰⁸ Comunicado à Assistente Social da LBA. 21 de setembro de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Estatutos do JUC. Taxa de participação. 22 de outubro de 1977. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

²¹¹ Estatutos do JUC. Taxa de participação. 22 de outubro de 1977. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

Promoção cultural

O “JUC” pretende ter atividades beneficentes, culturais e recreativas. As atividades beneficentes visam a humanização do bairro; as atividades culturais visam revelar valores do nosso bairro e incentivá-los, propagar a cultura, e o desenvolvimento intelectual dos moradores do bairro; as atividades recreativas visam promover o esporte, através da criatividade de cada um. Todos esses trabalhos feitos conforme as nossas condições.²¹²

Retoma-se o quarto parágrafo do Estatuto do JUC, pois considera-se que é de suma importância para compreender o fomento à cultura despendido pelo movimento de bairro do Calabar. As atividades de promoção cultural, via de regra, tinham por objetivo ressaltar aspectos da cultura do Calabar e incentivar a inserção dos moradores no movimento de bairro.

As expressões artísticas foram exploradas nas suas diversas formas. Assim que o JUC foi criado, os jovens formaram um grupo de teatro para fazer apresentações nos eventos festivos do bairro. No natal de 1978, o JUC apresentou para a comunidade a peça “*O Profeta*, de Khalil Gibran”.²¹³ O grupo de teatro também se apresentava nas manifestações públicas, nas quais reivindicavam a urbanização do bairro. As encenações aconteciam “ao ar livre, num palco improvisado, numa praça improvisada” e em outros locais como a Paróquia.²¹⁴

Além das apresentações artísticas, o movimento de bairro do Calabar investiu na comunicação impressa. Um desses instrumentos era o jornal comunitário, um tipo de periódico muito utilizado dentro da Associação de Moradores: O jornal comunitário surgiu como um *Boletim Informativo do JUC*, em 1979, com a iniciativa de divulgar o trabalho do grupo de jovens, assim como trazer notícias do dia a dia, um meio para tentar diminuir o impacto das notícias veiculadas pela imprensa comercial.²¹⁵

Em 1981, o jornal *Kalabari*, alcançando um público maior, daria continuidade ao trabalho de comunicação dentro da comunidade.²¹⁶ *Kalabari* é uma alusão à possível origem quilombola do bairro Calabar. Além do nome do periódico, a referência à negritude aparece nos traços de desenhos impressos no jornal. As representações da identidade negra também

²¹² Estatuto de Fundação do JUC, s/d. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

²¹³ Ata de reunião do JUC, 18 de novembro de 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

²¹⁴ Carta ao Governador do Estado da Bahia – Dr. Antônio Carlos Magalhães. Salvador, Bahia, 15 de maio de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/ CEAS.

²¹⁵ Em entrevista a essa pesquisa, Edmundo Santa Rita faz o seguinte relato: “a comissão de cultura do JUC era responsável pela edição de um panfleto que a gente chamava de jornaleco, era mais que um panfleto e menos que um jornal”.

²¹⁶ *Kalabari*. Publicação dos Moradores do Calabar e Vizinhança. Associação de Moradores do Calabar – JUC-SOBE. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. Em 1984, houve a criação do *Informativo JUC* – fruto de disputas internas entre o JUC e a JUC-SOBE (Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar) – jornal comunitário que trazia informações em oposição ao jornal *Kalabari*. Em 1985, o *Informativo JUC* passou a ser intitulado *Jornal JUC LUTA*.

estiveram presentes no movimento de bairro do Calabar por meio das atividades teatrais, dos grupos de dança afro e de capoeira e no interesse da organização de bairro em debater sobre o racismo (pauta de diversas reuniões).

Conforme Roberto Caetano, o JUC “tinha uma política muito ligada aos movimentos sociais. E a grande maioria nossa era constituída por negros, então, a gente se identificava muito com os movimentos negros”.²¹⁷ Corroborando com esse argumento, Rita de Cássia relatou em entrevista que houve a participação de algumas lideranças do movimento de bairro do Calabar no Movimento Negro Unificado (MNU).²¹⁸ Outros relatos de ex-membros do JUC e um depoimento registrado em ata de reunião, também apontaram para a possibilidade de lideranças do movimento de bairro do Calabar terem participado de reuniões e eventos promovidos pelo MNU. Havia, portanto, um exercício de compreensão “sobre a situação do negro na sociedade brasileira”.²¹⁹

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) – mais tarde reconhecido somente como MNU – surgiu em 1978 como uma resposta ao racismo estrutural brasileiro. No mesmo ano de fundação, o MNU se estendeu a outras regiões do país. Conforme afirmou Lélia Gonzalez, “o Grupo Nêgo viria a ser a base a partir da qual o [...] MNUCDR se estenderia a Salvador”.²²⁰

Apesar de o movimento de bairro do Calabar ter pautado a questão racial em diferentes momentos de sua trajetória, no período que esta pesquisa aborda, não houve a criação de setores ou comissões com recorte racial. Também não criaram uma articulação formal com o movimento negro da cidade, como ocorreu com outros movimentos sociais.

Retornando à agenda cultural do JUC, o incentivo ao esporte e ao lazer foi outro mecanismo importante de se aproximar dos moradores, além de ter sido um excelente instrumento para tornar o JUC atrativo para os jovens do bairro. Observe o relato dos jovens do JUC em 1978: “O nosso grupo depois de quase um ano e meio de fundado não tem [...] contato com os jovens da comunidade [...]”.²²¹ Essa questão fomentou um forte investimento do JUC em torneios esportivos.

No 2º FEJUC – Festival de Cultura e Artes organizado pelo JUC em 1979, o JUC afirmou que o objetivo do grupo era fortalecer o conhecimento dos moradores a respeito da cultura local. O JUC acreditava que os moradores precisavam se sentir pertencentes ao

²¹⁷ Entrevista concedida por Roberto Caetano dos Santos, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²¹⁸ Entrevistas concedidas por Rita de Cássia dos Santos, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²¹⁹ Ata de reunião do JUC, 31 de janeiro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²²⁰ GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1982, p. 47.

²²¹ Ata de reunião de 25 de novembro de 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Calabar, por isso, as atividades culturais eram uma estratégia de aproximar os moradores por meio da construção de uma identidade comunitária.²²² Como afirma Clifford Geertz, o sentimento que um povo tem pela vida surge em vários segmentos da cultura coletiva: na religião, na moralidade, nas formas de lazer e “até na forma em que organizam sua vida prática e cotidiana”.²²³

A sede do JUC

Desde a fundação do JUC, em 1977, que os jovens pensavam na construção de uma sede para encontros, reuniões e assembleias organizadas pelo grupo. Durante os dois primeiros anos de existência, as reuniões do JUC eram realizadas nas residências dos membros da organização. Como relata Joseleda, “começamos a nos encontrar cada sábado em um lugar, [...] não tínhamos sede, [...] nos encontrávamos nas casas dos nossos pais”.²²⁴

Não foi possível identificar nas atas a participação direta dos pais e mães dos jovens nas reuniões. Mas percebemos que eles estavam presentes, conforme relatou Joseleda. Alguns pais gostavam que as reuniões fossem em suas residências, outros não, “por causa da bagunça”.²²⁵ Ao ceder suas casas para as reuniões do JUC, os pais e mães dos jovens demonstravam apoio à organização.

Em março de 1979, o JUC iniciou o projeto para construção da sua sede. O primeiro passo foi conseguir um terreno. Estudaram a possibilidade de a sede ser no local onde aconteciam as apresentações do grupo (área central da Rua Nova do Calabar) ou no terreno onde os moradores colocavam o lixo (não foi possível identificar a referência). Não se sabe qual era a situação fundiária desses terrenos. Naquele período, ambos estavam sob uso coletivo da comunidade. Talvez isso tenha facilitado a ocupação de um dos terrenos pelo JUC. Por fim, a sede foi construída no local onde aconteciam as apresentações.²²⁶

O segundo passo foi amealhar fundos e doações para a construção. O dinheiro era arrecadado por meio de taxa de participação paga pelos membros do JUC, das feiras, dos festivais, das vendas de camisetas, de jornais da imprensa comercial e do *Boletim Informativo do JUC* (jornal da comunidade). Além da arrecadação com os trabalhos internos, o JUC contou com a ajuda de parceiros, como os moradores do Calabar, a Paróquia do Divino

²²² *Boletim Informativo do JUC*. Nº 9 - De 19/11 a 9/12/1979. II Fejuc – Festival de Cultura e Artes.

²²³ GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 100.

²²⁴ Entrevista concedida por Joseleda, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²²⁵ Idem.

²²⁶ Ata de reunião do JUC, 3 de março de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. Atualmente, no terreno onde foi construído o prédio do JUC, funciona a Cooperativa Costurando Ideias (COOPERCID).

Espírito Santo e o ISBA. Em maio de 1979, o JUC pediu uma ajuda financeira ao ISBA, a instituição doou 50 camisas e um valor de aproximadamente cr\$790,00 (setecentos e noventa cruzeiros) para o grupo de jovens do Calabar.²²⁷

É provável que o JUC também recebeu incentivo financeiro da Legião Brasileira de Assistência (LBA).²²⁸ Na análise das atas de reuniões do JUC, foi possível perceber a presença da LBA no Calabar desde 1978. Em uma das reuniões daquele ano, Pe. Rubens Andrade destacou a possibilidade de pedir uma ajuda financeira à LBA para os festejos de Natal.²²⁹ Porém, o convênio do JUC com a LBA parece ter acontecido depois da construção da sede do JUC, entre os meses de setembro e outubro de 1979. A partir do mês de julho de 1979, a LBA participou de diferentes atividades no Calabar, muitas das quais havia construído junto com o JUC (festividades e cursos de formação).²³⁰

A construção de um projeto de planta para a sede do JUC também foi amplamente debatida nas reuniões. Os membros do JUC deveriam confeccionar rascunhos de como seria a sede.²³¹ No dia 12 de maio de 1979, foram apresentados os rascunhos por Everaldo Santos, Everaldo Santa Rita, Edmundo Santa Rita, Jorge Santa Rita, Roberto Caetano, Orlando Santa Rita e Fernando Conceição.²³² O rascunho escolhido definia uma “Sede sem repartição ou cômodo, tipo salão, apenas com [a divisão] de sanitário”.²³³ Não se sabe, entretanto, de qual membro do JUC foi o projeto vencedor.

Na reunião do dia 12 de junho de 1979, ficou decidido que o mutirão para a construção da sede do JUC teria início no dia 14 de junho daquele ano.²³⁴ No entanto, a construção foi adiada para o final do mês de junho. Provavelmente, no dia 14 de junho, o JUC não tinha conseguido condução para levar o material até o bairro.²³⁵ A inauguração da sede aconteceu no dia 14 de julho de 1979, o evento contou com a participação do Pe. Rubens Andrade, que concedeu a benção ao espaço na ocasião.²³⁶

A formação do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC), no final da década de 1970, definiu alguns passos do movimento de bairro, no período estudado. De pronto, podemos

²²⁷ Atas de reuniões do JUC, maio e junho de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²²⁸ Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada no governo de Getúlio Vargas, sob o Decreto de Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942, com o objetivo de prestar serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas.

²²⁹ Atas de reuniões do JUC de 1979. 25 de Novembro de 1978. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²³⁰ Atas de reuniões do JUC de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²³¹ Ata de reunião do JUC, 5 de maio de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²³² Ata de reunião do JUC, 12 de maio de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²³³ Idem.

²³⁴ Ibid.

²³⁵ Ata de reunião do JUC, 15 de junho de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²³⁶ Ata de reunião do JUC, 14 de julho de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

inferir que a entidade manteve respeitável relação com a Paróquia do Divino Espírito Santo. A influência do pároco local, Pe. Rubens Andrade, no movimento de bairro do Calabar, se estabeleceu por sua notoriedade dentro do Calabar, enquanto líder paroquial. Pe. Rubens Andrade foi responsável por importantes relações construídas entre o JUC e setores/personalidades da Igreja Católica, em especial, o Arcebispo, Dom Avelar Brandão Vilela.

O processo de formação do movimento de bairro do Calabar aconteceu a partir das experiências tecidas pelos moradores da comunidade. O grupo de Jovens Unidos do Calabar nasceu das relações que foram estabelecidos no dia a dia do bairro: nas trocas de favores, nas relações de compadrio e de amizade entre vizinhos. A partir dessas experiências, os jovens do Calabar estreitaram os seus laços e ampliaram as redes de colaboração, com a inserção dos moradores mais velhos no movimento, “aprendendo juntos, com o correr da luta”.²³⁷

O JUC “se auto concebia como um ‘grupo de ação’”²³⁸ e tinha por objetivo a legalização das terras e o direito à moradia digna com acesso a equipamentos e bens de consumo coletivo no Calabar, portanto, “mudar a inditosa imagem do bairro”.²³⁹ A entidade de bairro utilizou-se de diferentes instrumentos de comunicação (jornal comunitário, cartilhas, apresentações artísticas etc) para convocar os moradores a participar das atividades elaboradas pelo grupo e apresentar os resultados das suas ações à comunidade.

Enfim, entre os anos de 1977 a 1979, o JUC elaborou atividades para conhecer e melhorar as condições de moradia da população do Calabar. Em 1977, o JUC fez uma série de mutirões, em especial o da reforma do chafariz que abastecia a população do bairro. Em 1978, levou ao Calabar o Cardeal-Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela; elaborou uma pesquisa, denominada *Censo Comunitário de 78*, para apurar as condições em que viviam os moradores do bairro e teve um projeto de urbanização aprovado na Câmara Municipal de Salvador, o qual não foi executado.²⁴⁰ Em 1979, construiu a sede da organização, situada numa área central do Calabar e criou o *Boletim Informativo do JUC*, utilizado para divulgar atividades do grupo e levantar informações sobre o cotidiano do bairro.

²³⁷ ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 132.

²³⁸ Idem., p. 41.

²³⁹ Estatuto de Fundação do JUC. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. Conforme relatos dos ex-membros do JUC, entrevistados nesta pesquisa, o Calabar era rotulado como um “antro de marginais” e um “local insalubre” pela imprensa comercial.

²⁴⁰ Grupo de Jovens quer ação da Prefeitura no bairro do Calabar. *A Tarde*. Salvador, 1978, p. 2.

CAPÍTULO 2

O MOVIMENTO DE BAIRRO DO CALABAR E SUAS REDES

Ao acompanhar a trajetória do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC), foi possível observar as diferentes facetas do movimento de bairro, principalmente a partir do surgimento da Associação de Moradores – Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar (JUC-SOBE) –, quando há uma reconfiguração nos quadros da organização. A JUC-SOBE nasceu como herdeira direta do JUC. Portanto, manteve o objetivo de dar continuidade ao trabalho de luta pela legalização das terras e por equipamentos e bens de consumo coletivo no Calabar, ou seja, garantir o direito à moradia e “mudar a inditosa imagem do bairro”.²⁴¹ Depois do surgimento da JUC-SOBE, o JUC tornou-se um setor da organização.

Mesmo com a filiação de novos sujeitos no movimento de bairro (moradores mais velhos), as lideranças juvenis continuaram ocupando as primeiras fileiras na organização. Algumas destas lideranças, inclusive, fizeram parte do processo de formação do JUC na década de 1970 (Fernando Conceição, Jorge Santa Rita, Tereza Cristina, Antônio Sampaio, Manuel Conrado, Edmundo Santa Rita, Orlando Santa Rita e Raimundo Nonato). Neste contexto, com um número maior de filiados e com uma trajetória de trabalhos realizados dentro da comunidade, os moradores do Calabar despontaram na cena pública. A inserção desses sujeitos nas ruas e praças da cidade possibilitou à JUC-SOBE tecer novas redes de proteção com outras entidades políticas e sociais. Muitas alianças foram construídas nas praças públicas.

O movimento de bairro do Calabar nasceu em um contexto favorável ao crescimento dos movimentos populares em Salvador.²⁴² No final dos anos 1970 e início dos 1980, estavam surgindo movimentos como o Trabalho Conjunto de Bairros, a Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS), o Movimento Contra a Carestia (MCC), o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), entre outros. Dito isto, neste capítulo, analisa-se a inserção do movimento de bairro do Calabar na cena pública, do JUC à JUC-SOBE, e suas redes de relações com entidades políticas e sociais.

²⁴¹ Estatuto de Fundação do JUC. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁴² GARCIA, *Mulheres da cidade d'Oxum*, p. 140.

2.1 Sociedade Benéfica e Recreativa do Calabar (JUC-SOBE)

Moradores organizam sociedade no Calabar. Preocupados em lutar pelo atendimento de suas reivindicações básicas, milhares de moradores de Salvador já estão organizados [...]. No Calabar, por exemplo, onde desde 1977 existe o JUC – Jovens Unidos do Calabar – Vem sendo criada a sociedade dos moradores, que já tem 70 sócios e uma diretoria provisória. Segundo observou um dos membros do JUC, a Sociedade e o grupo continuarão lutando pelas suas solicitações ainda não atendidas pela Prefeitura Municipal.²⁴³

No início do ano de 1980, a Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor (Funabem) consultou o JUC sobre a possibilidade de implantação do Plano de Cooperação Técnico-Administrativo-Financeiro (PCTA) no Calabar, o qual só seria possível se houvesse “na comunidade [...] uma entidade juridicamente legalizada, oficialmente reconhecida, com registro em cartórios”.²⁴⁴

No mês de julho do mesmo ano, alguns integrantes do JUC e moradores mais velhos do bairro se encontraram na sede do grupo para discutir sobre a proposta da Funabem. A reunião foi convocada por Fernando Conceição (coordenador do JUC) e Jorge Santa Rita (vice-coordenador do JUC). Além destes, estiveram presentes nesse encontro: Antônio Sampaio (membro do JUC), Domingas Evangelista, Domingos Ribeiro Alves, Fidelcino Oliveira, Francisco Assis Queiroz e Maura Maria dos Santos, todos maiores de 21 anos de idade.²⁴⁵

Durante a sessão foi debatida a proposta de fundação da Associação de Moradores. Fernando Conceição apresentou as restrições para se firmar o convênio com a Funabem e destacou a necessidade da formação de uma entidade de bairro. Conceição, para defender seu argumento, recordou que, naquele mês, alguns “membros do JUC acataram a sugestão, feita por um deles, de que poderia, para esse caso, fomentar a criação [...] de uma Associação de [Moradores]”, com a participação dos moradores mais velhos, “uma vez que o Grupo de Jovens [atingia] apenas uma determinada faixa etária de moradores, por isso, assumindo certas restrições”. Após sua fala, Fernando Conceição “pediu a opinião dos moradores presentes sobre o exposto”.²⁴⁶

[...] Fidelcino Oliveira, casado e pai de três filhos, que aplaudiu a sugestão de criação de uma entidade mais forte e de adultos no bairro, [declarou] que há bastante tempo sentiu a necessidade de tal realização por sentir o enfraquecimento quantitativo do Grupo de Jovens e por ver a luta embandeirada pelo mesmo como

²⁴³ *A Tarde*, Salvador, 9 fev. 1981.

²⁴⁴ Ata de reunião do JUC, 6 de julho de 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁴⁵ *Idem*.

²⁴⁶ *Ibid*.

responsabilidade de todos os habitantes do Calabar. Disse ainda o senhor Oliveira que vê a criação da Associação de Bairro como uma experiência natural do desenvolvimento da própria comunidade [...]. Após tomar a palavra para reafirmar a necessidade da existência no bairro de uma entidade abrangente e unida ao JUC, o senhor Antônio Sampaio cedeu lugar ao senhor Francisco Assis Queiroz que, em poucas palavras, analisou a situação social dos moradores do Calabar e concluiu afirmando que o aparecimento de uma Associação de Bairro operando para o bem comunitário exigiria a participação da maioria dos moradores do local e quem ficasse de fora da mesma haveria de se sentir um corpo estranho no bairro; dessa forma, esclareceu, a marginalização da comunidade se reduziria ao mínimo possível. Respaldaram ainda a iniciativa da criação da Associação de Bairro o senhor Domingos Ribeiro Alves e a senhora Maura Maria dos Santos.²⁴⁷

Não foi possível identificar quem redigiu a ata de reunião. Conforme observado no texto, houve uma similaridade nos discursos, os quais apontaram para a criação de uma entidade de bairro com maior participação dos moradores mais velhos. Decerto, na edição do documento, optou-se por manter esta linha argumentativa, inclusive, observa-se que algumas falas não aparecem no texto. Intriga-nos, entretanto, o fato de que a maioria dos membros do JUC não estivesse presente na reunião. A partir dessa inquietação, foi possível listar alguns fatores que contribuíram para a transição do JUC para a JUC-SOBE.

Primeiro, houve uma tentativa por parte de alguns membros do grupo de se desvincular da imagem juvenil e/ou de jovens da Paróquia do Divino Espírito Santo. No mês de julho de 1980, em um encontro organizado por Pe. Rubens Andrade, a coordenação do GRUJAP propôs ao JUC a “criação de um coordenador geral” para as duas entidades, conforme relatório apresentado por Roberdo Caetano (membro do JUC presente no encontro),²⁴⁸ mas a proposta foi recusada pelo grupo. Provavelmente, a ideia da aliança entre JUC e GRUJAP partiu do Pe. Rubens Andrade, pois isso manteria sua influência sobre o JUC, tendo em vista os embates que vinham sendo travados entre o pároco e algumas lideranças do Calabar.

Dividir uma coordenação com o GRUJAP, evidentemente, não era o que alguns membros do JUC queriam naquele contexto.²⁴⁹ Além da animosidade com Pe. Rubens Andrade, embora não quisesse um rompimento com o pároco, havia o interesse em ampliar o movimento dentro do bairro, com a inserção dos moradores mais velhos na organização. Segundo Fernando Conceição, a JUC-SOBE surgiu quando os membros do JUC perceberam

²⁴⁷ Ata de reunião do JUC, 6 de julho de 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁴⁸ Ata de reunião do JUC, agosto de 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁴⁹ Ata de reunião do JUC, 6 de julho de 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

“que no relacionamento [...] com o poder público um grupo de jovens não era suficiente, então, mobilizamos a comunidade para criar a Associação de Moradores”.²⁵⁰

Corroborando com a linha de pensamento de Fernando Conceição, Edmundo Santa Rita afirmou, em entrevista, que houve um esforço por parte do JUC em criar uma entidade registrada em cartório que tivesse um suporte legal para o encaminhamento e aprovação de projetos, e que pudesse ter recursos e condições materiais de organizar as atividades.²⁵¹ Neste sentido, a proposta lançada pela Funabem, de implantação do PCTA no Calabar teria sido um instrumento para impulsionar a formação da JUC-SOBE.

É necessário, no entanto, fazer uma ponderação sobre os relatos fornecidos por Edmundo Santa Rita e Fernando Conceição. A construção de uma narrativa a partir da memória diz muito sobre como os sujeitos percebem as suas próprias vivências. Em 2016, os entrevistados analisaram o movimento de bairro com o olhar distanciado, por isso, destacaram o caráter institucional da organização, e esqueceram, ou não quiseram recordar, dos eventos que agitavam o interior do JUC. Em 1984, no calor do momento, Fernando Conceição relatou no livro *Cala a boca Calabar* que a JUC-SOBE surgiu por causa das divergências internas do JUC. Segundo o autor, o clima de crise interna poderia extinguir o movimento de bairro. Para evitar a fragmentação do grupo, os moradores adultos foram convidados a participar do movimento de bairro, com a fundação da Associação de Moradores.²⁵²

É provável que os conflitos internos do JUC corroborassem para a formação da JUC-SOBE. E este, possivelmente, foi um dos motivos para a pouca presença de membros do JUC na reunião do dia 6 de julho de 1980, que teve como proposta a criação da Associação de Moradores. Por conta do baixo quórum, o encontro foi encerrado sem a consumação da proposta. Apesar disso, “[...] os participantes da reunião comprometeram-se a se reunir novamente no dia 18 de julho [...], para discutir o mesmo assunto com outros moradores que, esses mesmos participantes, se incumbiram de convidar”.²⁵³

A proposta de um próximo encontro reafirma o interesse daqueles que convocaram a reunião (coordenadores do JUC) em formar a Associação de Moradores. Ficou decidido, inclusive, que na reunião do dia 18 de julho “poderia ser criada uma comissão de moradores

²⁵⁰ Entrevista concedida por Fernando Costa da Conceição, em 2016. A entrevista foi realizada no trabalho do entrevistado. Faculdade de Comunicação - FACOM/ UFBA. Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁵¹ Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁵² CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*.

²⁵³ Ata de reunião do JUC, 6 de julho de 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

cuja finalidade seria a organização da Associação de [Moradores] e preparação para as primeiras eleições de diretoria, caso a ideia [fosse] adiante”.²⁵⁴

A ata de reunião foi arquivada com as seguintes assinaturas: “Fernando Costa da Conceição (pelo JUC), João Boaventura dos Santos (1º Sec. da JUC-SOBE) e Luiz Oliveira dos Santos (Presidente)”.²⁵⁵ Pelo que consta nessa consigna, foram definidos o 1º Secretário, o Presidente (ambos não estiveram presentes na reunião) e a sigla da organização “JUC-SOBE”. Provavelmente, o documento foi redigido e assinado posteriormente. Mas, é curioso o fato de ter sido assinado por sujeitos que não estiveram presentes na reunião. Portanto, provavelmente, houve outra reunião, e nesta, definiu-se os quadros da nascente Associação de Moradores.

Dois meses após a reunião de julho, no dia 12 de setembro de 1980, nasceu a Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar (JUC-SOBE), mediante a aprovação em assembleia de moradores.²⁵⁶

A Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar é oriunda do Grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC), criado a 12 de setembro de 1977 e que, por sua vez sempre esteve ligado à Paróquia do Divino Espírito Santo (Alto das Pombas). O principal objetivo da Sociedade é – dando continuidade ao trabalho comunitário desenvolvido até aqui pelo JUC, e tentando fortalecê-lo com uma maior participação dos moradores do bairro [...] procurar dotar o Calabar dos mínimos direitos que ofereçam às pessoas que aqui habitam melhores condições de vida e moradia.²⁵⁷

Em suma, desde o início dos seus trabalhos, o JUC já se configurava como um movimento de bairro, mesmo sem registro em cartório. Portanto, a formação da JUC-SOBE não foi apenas um passo para a legalidade da entidade, mas a continuação de um trabalho que tinha se iniciado em 1977.

Transição interna

Em 1980, com o surgimento da JUC-SOBE (Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar), houve uma reconfiguração nos quadros do movimento de bairro. Primeiro com a entrada dos moradores mais velhos, sendo eles(as), em sua maioria, pais e mães dos integrantes do antigo JUC. Segundo, o JUC deixou de existir enquanto entidade de bairro, e tornou-se um setor da Associação de Moradores (Ala-Jovem).²⁵⁸ Alguns membros do antigo

²⁵⁴ Ata de reunião do JUC, 6 de julho de 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁵⁷ Estatuto de Fundação da JUC-SOBE, 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁵⁸ O JUC era um setor da Associação de Moradores, assim como o grupo de mulheres, o grupo de teatro, o grupo de capoeira, o grupo de dança afro, entre outros.

JUC perderam o direito de participação em decisões importantes da organização. Para se associar a JUC-SOBE, o indivíduo tinha que ser maior de 18 anos de idade e, para se candidatar a cargos de direção, tinha que ser maior de 21 anos de idade.²⁵⁹ Os jovens menores de idade passaram a compor a Ala-Jovem da entidade.

Na sigla JUC-SOBE, o JUC representava a Ala-Jovem da Associação de Moradores e a SOBE a Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar. “Tendo como embrião o grupo de jovens”, a Associação de Moradores manteve a sigla do “JUC”.²⁶⁰ Portanto, a JUC-SOBE demarcava a continuação dos trabalhos do antigo JUC. Conforme o Estatuto de criação da Associação de Moradores, a “Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar [era] oriunda do grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC)” .²⁶¹

Na nascente JUC-SOBE figuravam entre as principais lideranças alguns membros fundadores do antigo JUC (Edmundo Santa Rita, Edvaldo Santa Rita, Evandro Santa Rita, Fernando Conceição, Jorge Santa Rita, Orlando Santa Rita e Raimundo Nonato) e outros que se filiaram ao grupo posteriormente (Antônio Sampaio, Manuel Conrado e Tereza Cristina). O movimento também compreendia uma série de jovens que passaram a compor a Ala-Jovem da Associação de Moradores (Berenice Caetano, Claudio Santos, Dida, Erenildes Lopes, Everaldo Santa Rita, José Carlos Sena e Roberto Caetano). Nesse ínterim, alguns membros do antigo JUC deixaram o grupo, como foi o caso de Jesus Reis (líder da “Equipe Unidos do Calabar”, na gincana de 1977) e outros entraram.²⁶² A presença masculina permaneceu predominante no quadro de liderança do movimento de bairro. A maioria era de amigos(as) de infância ou familiares, como o caso da família Santa Rita. É importante destacar, também, que, mesmo com a forte inserção de moradores mais velhos no movimento de bairro, a liderança da organização continuou com os jovens, neste caso, os jovens da JUC-SOBE.

Quadro de filiação e coordenação da JUC-SOBE

Para se associar a JUC-SOBE, o indivíduo tinha que ser morador(a) do Calabar, “ser maior de 18 anos, e se dispor para as obrigações da entidade”.²⁶³ A JUC-SOBE definiu dois tipos de sócios: o efetivo e o contribuinte. O sócio efetivo participava ativamente das atividades da entidade e podia se candidatar a cargos de direção, desde que o seu perfil

²⁵⁹ Estatuto de Fundação da JUC-SOBE, 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁶⁰ ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 140.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Não tivemos acesso aos dados sobre todos os membros fundadores da JUC-SOBE. Esta relação de nomes compreende apenas as figuras mais presentes no movimento de bairro do Calabar, conforme as fontes analisadas.

²⁶³ Estatuto de Fundação da JUC-SOBE, 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

obedecesse aos seguintes critérios: “ser maior de 21 anos e apresentar idoneidade moral; ter bons antecedentes; [e] estar em dia com as obrigações” sociais.²⁶⁴ O sócio contribuinte não era um membro ativo, não participava das reuniões, não tinha direito a concorrer a cargos de direção, mas exercia o direito ao voto em assembleia, desde que estivesse “em dia com suas obrigações sociais”.²⁶⁵

A diretoria da JUC-SOBE era composta por: “Presidente e Vice-Presidente; 1º secretário(a), 2º secretário(a) e 3º secretário(a); 1º tesoureiro(a) e 2º tesoureiro(a)”.²⁶⁶ Não foi possível o acesso a fontes com a composição de todos os quadros de coordenadores(as), no período estudado. Em 1980, foi empossada uma diretoria provisória para formação da JUC-SOBE, composta, possivelmente, por Luiz Oliveira (Presidente) e João Boaventura (1º Sec. da JUC-SOBE).²⁶⁷ Na segunda gestão (1981-1982), fizeram parte da diretoria: Fernando Conceição e Jorge Santa Rita.²⁶⁸ Na terceira gestão (1982-1984), o presidente da entidade de bairros foi Antônio Sampaio.²⁶⁹ Na última gestão da JUC-SOBE (1984-1986)²⁷⁰ fizeram parte da diretoria: “Presidente – Manuel Conrado, Vice-Presidente – Davi Fonseca, 1º Secretário(a) – Teresa Cristina Lima, 2º Secretário(a) – Ana Cristina Conceição, 3º Secretário(a) – Jerônimo dos Santos, 1º Tesoureiro(a) – Jorge Santa Rita e 2º Tesoureiro(a) – Nalva Santos”.²⁷¹

A Associação de Moradores também criou departamentos, como o Grupo de Capoeira, Grupo de Esportes, Grupo de Dança Afro, Grupo de Jovens (JUC), Grupo de Mães, Grupo de Mulheres e Grupo de Teatro. Como Ala Jovem da Associação de Moradores do Calabar, o

²⁶⁴ 2º parágrafo, Artigo 4º do Estatuto de Fundação da JUC-SOBE – “Ficam os sócio da entidade comprometidos a contribuir com uma taxa de Participação num valor estipulado pela diretoria e que seja acessível a todos os associados”. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁶⁵ Estatuto de Fundação da JUC-SOBE, 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Ata de reunião do JUC, 6 de julho de 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. De acordo com Elisete Zanlorenzi, assim que a JUC-SOBE foi criada “elegeu-se e empossou-se uma diretoria composta por adultos, mas a Associação [de Moradores] passou a ter uma diretoria meramente formal (cujo presidente, muitas vezes, precisava ser contactado em sua residência para assinar um ou outro documento) e um grupo de pessoas – lideranças naturais do movimento, que era composta pelos mesmos jovens do antigo [JUC] – era quem exercia, na prática, as funções que seriam de incumbência da diretoria ‘adulta’. Havia, portanto, uma liderança proforma e uma liderança ativa, que aos poucos, ia ampliando as raízes de sua legitimidade”. ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 136. Na reunião do dia 14 de janeiro de 1981, discutiu-se sobre a primeira eleição para o preenchimento do quadro de coordenadores, e ainda foi assinalado o caráter provisório da direção em exercício. Ata de reunião da JUC-SOBE. 14 de janeiro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁶⁸ *Jornal da Bahia*, Salvador, 4 de julho de 1981; *A Tarde*, Salvador, 28 e abril de 1981; *A Tarde*, Salvador, 9 de dezembro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁶⁹ Calabar empossa nova diretoria. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 20 de setembro de 1982.

²⁷⁰ Em 1985, a JUC-SOBE foi dissolvida. Em 1986, houve uma “Reforma do Estatuto da Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar, passando a ter a sigla SBRC, que antes era JUC-SOBE”. Ofício de Registro da Associação de Moradores do Calabar. Comarca da Capital do Estado da Bahia. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁷¹ Escola do Calabar é modelo. *A Tarde*, Salvador, 26 de março de 1984.

JUC formou sua própria coordenação. O grupo era coordenado por comissões: de artes, de cultura, de esportes, de lazer e outras.²⁷² Em 1983, o JUC resgatou o modelo anterior à JUC-SOBE. A coordenação passou a ter a seguinte divisão: Coordenador(a), Vice-coordenador(a), Tesoureiro(a), Secretário(a), Assistente Social e Comissões por área de atuação. Foram adicionadas, também, as coordenações de Relações Públicas e Serviços Gerais.

As eleições para preenchimento de cargos da diretoria da JUC-SOBE ocorriam a cada dois anos.²⁷³ Os membros da entidade não podiam concorrer “às eleições individualmente, porém em chapas”. A diretoria em exercício também poderia montar sua chapa, no entanto, “uma diretoria composta pelas mesmas pessoas só [poderia] concorrer à reeleição apenas uma vez”. As chapas teriam que ser formadas após convocação das eleições pela diretoria em exercício. A convocatória de “todo o corpo social da entidade para participar do pleito” deveria ocorrer com antecedência de 15 a 60 dias das eleições.²⁷⁴ O processo de votação poderia ocorrer em dois escrutínios (turnos), desde que:

[...] na primeira votação não se consiga quórum para dar posse a uma chapa. O quórum necessário para se eleger uma chapa no primeiro escrutínio será o número resultante da soma da metade do número de sócios da entidade com direito a voto, mais um, em favor da mesma. O 2º escrutínio se realiza caso não saia uma chapa vencedora no primeiro – devendo ser marcado para depois de quinze dias da realização deste – e no qual será considerada eleita a chapa que obter a maioria simples dos votos, independentemente de quantos sejam os números de votantes.²⁷⁵

Estabeleceu-se, em Estatuto, que a diretoria seria empossada 30 (trinta) dias após o resultado final da eleição. O resultado era divulgado assim que todos os votos fossem apurados. O período de votação deveria “ser conivente com o tempo disponível pela maioria dos associados”, por isso, sua duração não poderia ser menor “que dez horas consecutivas”. Somente após “este limite de tempo [ocorreria] a contagem de votos e o resultado final”. A diretoria em exercício tinha “a responsabilidade de realizar prestações de contas aos associados de 90 em 90 dias, ou em assembleia geral extraordinária quando [fosse] necessário”. Caso não cumprisse o que havia sido acordado no Estatuto, poderia sofrer punições. Para ocorrer o cumprimento desta diretiva, bastava “que pelo menos um terço dos

²⁷² Ata de reunião do JUC, 27 de junho de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁷³ Item III, 4º parágrafo, Artigo 3º do Estatuto de Fundação da JUC-SOBE – “O mandato de uma diretoria será de vinte e quatro meses – dois anos, não podendo ser prorrogado sob qualquer alegação. O fim de um mandato deve coincidir com a posse de uma nova diretoria”. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁷⁴ Estatuto de Fundação da JUC-SOBE, 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁷⁵ Idem.

sócios da entidade [convocasse] assembleia geral com o restante dos associados, na qual [houvesse] a participação da maioria de sócios com direito a voto”.²⁷⁶

O Estatuto de Fundação da JUC-SOBE também estabelecia que “o tempo de duração da JUC-SOBE [era] indeterminado e sua dissolução [estava] condicionada à reunião de Assembleia Geral, onde [houvesse] a participação de pelo menos dois terços dos sócios remanescentes com direito a sufrágio”.²⁷⁷ Apesar das divergências internas, a JUC-SOBE conseguiu manter seus trabalhos até o ano de 1985. A crise interna ganhou a cena pública no ano de 1984, quando se iniciou o movimento de ruptura definitivo. E, em 1985, houve a dissolução da JUC-SOBE, surgindo a partir daí outras duas entidades: SBRC (Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar) e AMUC (Associação de Moradores Unidos do Calabar).

2.2 Mobilizações nas ruas e praças da cidade: do JUC à JUC-SOBE

Das questões da propriedade da terra aos problemas da segregação, cada projeto de *reforma urbana* põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que pretende impor, através da via coatora e institucional, aquilo que resta da realidade urbana.²⁷⁸

Na medida em que o Estado negligenciava a existência do Calabar e os noticiários estigmatizavam os moradores do bairro como marginais, o mercado imobiliário avançava. A ausência do Estado se configurou tanto pela falta de serviços como pela negação do local enquanto bairro da cidade de Salvador. Apesar disso, os moradores do Calabar disputaram o direito à cidade, uma vez que esses sujeitos travaram diversas lutas com a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) pelo título de posse e urbanização do local onde residiam.

2.2.1 A luta pelo título de posse dos terrenos do Calabar

No final dos anos 1970, após um levantamento sobre a situação fundiária do Calabar, as reivindicações a respeito do título de posse dos terrenos ocupados pelos moradores do Calabar foram intensificadas. Os dados coletados pelo *Censo Comunitário de 78*, e apresentados em assembleias no bairro, mostraram que “os moradores [estavam] envolvidos num emaranhado de escrituras falsas, pagamento de imposto predial à Prefeitura, pagamento de Cr\$ 1 por metro quadrado à Santa Casa de Misericórdia, ambos simultâneos”.²⁷⁹

²⁷⁶ Ibid.

²⁷⁷ Estatuto de Fundação da JUC-SOBE, 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

²⁷⁸ LEFEBVRE, Henri. *O direito à Cidade*. In. Rubens Eduardo Frias. São Paulo. Centauro, 2001, p.113.

²⁷⁹ ARAGÃO, *Calabar: uma comunidade de doente*, p. 9.

Nesse período, surgiu, também, “a possibilidade de transferência da população” para outra região de Salvador.²⁸⁰ O grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC) esteve junto aos moradores fazendo consultas em torno de duas questões: lutar para continuar no Calabar ou sair para uma área cedida pela Prefeitura. A permanência na comunidade partia da possibilidade de melhoramento na infraestrutura do local, porém, para os moradores, isto “era praticamente impossível, devido à disposição das casas e barracos, que se amontoavam por todas as ruas, sem permitir vias de passagens menos estreitas”.²⁸¹

Embora os moradores não estivessem satisfeitos com as condições de moradia do Calabar e continuassem ali por falta de opção, não queriam sair para um local em condições piores, e estavam dispostos “a lutar caso se [anunciasse] qualquer transferência”.²⁸² Naquele momento, o grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC) compreendia que era preciso avançar no debate sobre o título de posse do terreno, até porque o discurso dos governantes era de que o Calabar não tinha acesso à infraestrutura por causa da irregularidade fundiária.²⁸³

Os rumores de remoção da comunidade para outro local da cidade tiveram início em 1979, depois que o prefeito Mário Kertész fez uma visita ao Calabar. Com essa ameaça, nos anos seguintes a reivindicação pelo título de posse passou a ser tão frequente quanto a execução das obras de urbanização do bairro.

Pressionada pelo movimento de bairro do Calabar, no início do ano de 1980, a PMS “nomeou uma comissão de arquitetos e engenheiros” para fazer um “levantamento físico da área”, assim como, “publicou o decreto de desapropriação do terreno cuja posse estava sendo reclamada pela Santa Casa de Misericórdia”.²⁸⁴ Após a desapropriação da Santa Casa, “que antes se arvorava a posseira da área”,²⁸⁵ os moradores ficaram aguardando novas decisões da PMS. Em entrevista concedida ao *Jornal da Bahia*, dona Deusiana Neves Cordeiro relatou o seguinte: “ninguém sabe se a Prefeitura vai nos vender a posse dos terrenos ou se vai nos expulsar”.²⁸⁶ Surgiram outros reclamantes alegando serem donos do terreno. Porém, nenhum deles apresentou documentos que comprovassem a propriedade, por isso, o processo continuou em andamento.²⁸⁷

²⁸⁰ GIUDICE; SOUZA, *O processo Recente de Favelização em Salvador*, p. 89.

²⁸¹ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 43.

²⁸² ARAGÃO, *Calabar: uma comunidade de doente*, p. 9.

²⁸³ Posse da terra questão que aflige o Calabar. *A Tarde*, Salvador, 30 de março de 1980, p. 2.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Prefeitura anuncia as medidas para o Calabar. *Jornal da Bahia*, Salvador, 13 de janeiro de 1980, p. 3.

²⁸⁶ Idem.

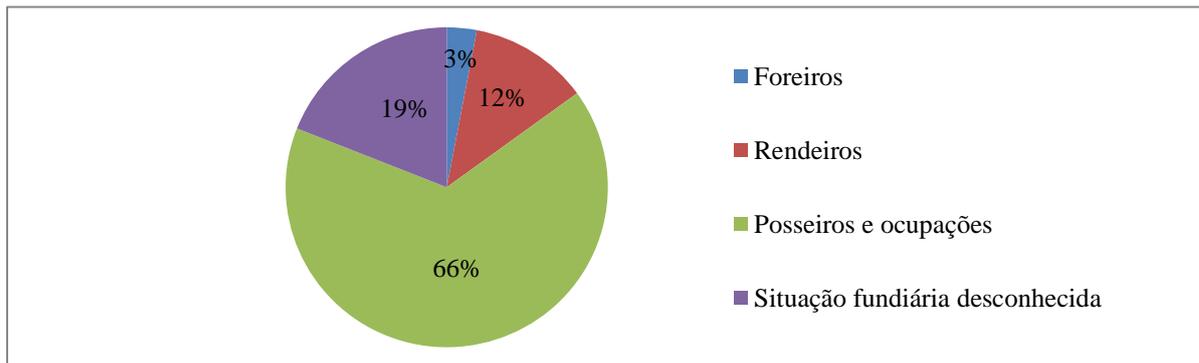
²⁸⁷ Posse da terra questão que aflige o Calabar. *A Tarde*, Salvador, 30 de março de 1980, p. 2.

Caso a PMS desapropriasse a área ocupada pelo Calabar, teria a propriedade de todo o bairro e poderia “aplicar o Instituto da Concessão do Uso”, conforme orientação do OCEPLAN.²⁸⁸ A primeira medida para aplicação do projeto de concessão do uso do solo do Calabar foi estabelecida pelo Decreto nº 5824/80, que determinou que o Calabar fosse “constituído com os terrenos da Fazenda São Gonçalo, de propriedade da Santa Casa de Misericórdia”, efetivando-se, dessa maneira, o contrato de concessão de uso à Santa Casa.²⁸⁹

Desde fins do século XIX, o terreno ocupado pelo Calabar vinha sendo objeto de disputas. Naquele momento, o embate era entre a Santa Casa de Misericórdia, o Comendador Horácio Urpia Junior e o Dr. Vergne de Abreu.²⁹⁰ De modo geral, as disputas ocorreram fora do domínio público. Nenhum dos envolvidos conseguiu o direito ao título de posse do terreno.²⁹¹

Conforme dados do Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN), da PMS, a propriedade plena, regularizada, era praticamente inexistente no Calabar, entre os anos 1960 e 1980.²⁹² A divisão dos lotes estava acordada entre os foreiros, rendeiros, posseiros e ocupações, conforme mostra o gráfico I.

Gráfico I – Situação fundiária do Calabar



Fonte: Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN). SALVADOR. Calabar. Proposta de Urbanização. Prefeitura Municipal do Salvador, 1980.

²⁸⁸ Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN). SALVADOR. Calabar. Proposta de Urbanização. Prefeitura Municipal do Salvador, 1980.

²⁸⁹ TEIXEIRA, *O Planejamento urbano e a efetividade dos direitos à cidade no bairro do Calabar* p. 105.

²⁹⁰ Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN). SALVADOR. Calabar. Proposta de Urbanização. Prefeitura Municipal do Salvador, 1980.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Dois anos após a pesquisa do *Censo Comunitário de 78*, motivado por “reivindicações dos moradores do Calabar”, o OCEPLAN criou uma proposta de urbanização para o bairro. Desenvolveu-se uma pesquisa detalhada sobre a situação fundiária e as condições de moradia na comunidade. Neste estudo, o OCEPLAN buscou desenvolver “um trabalho de consulta e discussões com a Comunidade”.

Os terrenos foreiros representavam 3% do bairro. Inclusive, “foram encontrados alguns casos de antigos foreiros à Santa Casa”. Os residentes desses terrenos eram considerados foreiros “unicamente em razão de aferição das pessoas entrevistadas na pesquisa fundiária, porque nenhum deles (possuía) contrato de aforamento”. A maioria dos foreiros se dedicou aos aluguéis de casas ou, até mesmo, venderam seus imóveis, transferindo o aforamento para terceiros.²⁹³

Observa-se no gráfico I que os rendeiros atingiam 12% da população do Calabar. Considera-se rendeiros as “pessoas que, embora sem vínculo contratual explícito, pagavam renda à Santa Casa pelo uso do terreno”. Nesses terrenos, as casas eram autoconstruídas e geralmente os proprietários não as alugavam.²⁹⁴

Os terrenos que compreendiam a maior parte do Calabar estavam divididos entre os posseiros e as ocupações, que juntamente somavam aproximadamente 66% do total.²⁹⁵ “Consideramos posseiros aqueles que ocuparam um lote mediante pagamento a alguém que o vendeu e ocupação o terreno que foi ocupado diretamente, sem intermediários”.²⁹⁶ Esta situação fundiária representa as habitações mais antigas do bairro.

Em torno de 19% dos terrenos do Calabar estavam numa situação fundiária desconhecida, representados “pelos lotes cujos ocupantes, geralmente inquilinos do imóvel, não conheciam a situação jurídica do terreno”, junto com um baixo número de terrenos cedidos (por um padre da Santa Casa).²⁹⁷

A situação fundiária do Calabar estava organizada de três formas. Primeiro, entre os terrenos cujas edificações estavam sendo utilizadas pelos próprios moradores, sendo eles foreiros, rendeiros, posseiros e ocupações. Segundo, as edificações alugadas: “Dava-se a concessão de uso para o inquilino, indenizando a benfeitoria mediante avaliação ao proprietário do imóvel”. As casas alugadas significavam 19% das habitações do bairro, “apresentando quase sempre um recibo mensal de aluguel”. O terceiro grupo era “formado pelos foreiros antigos que (alugavam) muitas casas, sendo estas mais valorizadas, cujos inquilinos (possuíam) um padrão de renda mais elevado”.²⁹⁸

²⁹³ Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN). SALVADOR. Calabar. Proposta de Urbanização. Prefeitura Municipal do Salvador, 1980.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Não se pode descobrir o motivo do OCEPLAN ter apresentado as duas situações fundiárias em um único bloco, bem como não ter disponibilizado os dados individuais.

²⁹⁶ Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN). SALVADOR. Calabar. Proposta de Urbanização. Prefeitura Municipal do Salvador, 1980.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Ibid.

Ao último grupo aplicava-se um “tratamento individual objetivando um entendimento entre locador e locatário, onde a Prefeitura [...] (intermediava) a negociação de aquisição pelo locador”. O objetivo desse procedimento se caracterizava por dois fatores: primeiro, “a possibilidade de acesso à casa própria pelo inquilino”; e segundo, a Prefeitura não seria um “agente promotor de lucro dos proprietários dos imóveis, em terrenos de sua propriedade”.²⁹⁹

Os moradores do Calabar não possuíam título de posse dos seus terrenos. Havia, no entanto, acordos de relações de propriedades que garantiam, mediante os contratos de compra e vendas, de aluguéis e concessões, o direito à propriedade por via da “lei costumeira”. Apesar disso, a maioria dos moradores não possuía nenhum documento referente ao terreno, em torno de 59%; 22% não sabiam se os lotes que ocupavam tinham algum tipo de título de posse; e apenas 19% possuíam recibos “manuscritos, muitas vezes ilegíveis”.³⁰⁰

Em 1981, tendo como porta voz a Associação de Moradores – Sociedade Benéfica e Recreativa do Calabar (JUC-SOBE) –, a luta pelo título de posse ganhou novos contornos. De acordo com Fernando Conceição, a organização comunitária começou a discutir a possibilidade do título de posse coletivo. Conforme o autor, em um debate organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a professora Maria Brandão apresentou uma solução coletiva para o problema da legalização.

Maria Brandão achava que através da Lei de *enfiteuse*, que permitiria aos moradores de bairros pobres a obtenção de um título coletivo de propriedade, poderia assegurar-se a sobrevivência de tais comunidades num mercado dominado pelos interesses do grande capital imobiliário.³⁰¹

A JUC-SOBE estava preocupada em evitar o avanço do mercado imobiliário no Calabar, cuja possibilidade cresceria com a legalização da posse individual, tendo em vista que os moradores poderiam se desfazer de suas moradias caso recebessem alguma oferta pelos imóveis. Ficou acordado entre os membros da Associação de Moradores que era importante conscientizar os calabarenses sobre a situação que estava se desenhando a respeito da “descaracterização urbanística da área”.³⁰²

No dia 18 de Junho de 1981, a JUC-SOBE convidou o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB- BA, Pedro Milton de Brito, para “debater com a população” do Calabar sobre “a legalização das posses dos terrenos” e a proposta de título de posse coletivo

²⁹⁹ Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN). SALVADOR. Calabar. Proposta de Urbanização. Prefeitura Municipal do Salvador, 1980.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 152.

³⁰² Definida situação do Calabar. *Jornal da Bahia*, Salvador, 19 de setembro de 1981.

defendida pela JUC-SOBE.³⁰³ Nesta ocasião, Pedro Milton de Brito explicou aos dirigentes da JUC-SOBE “que a lei de *enfiteuse* – que rege o tema”³⁰⁴ não solucionaria o problema do avanço das imobiliárias sobre o bairro.³⁰⁵ Pedro Milton de Brito propôs aos moradores, portanto, “a criação de um sistema de cooperativa, na qual cada pedaço dos terrenos do Calabar estaria não sob o interesse individual, mas de todos os habitantes da comunidade”.³⁰⁶

A partir desse debate, a JUC-SOBE teve apoio de grande parte dos moradores do Calabar consultados em assembleias. A proposta levantada pela Associação de Moradores era de “que a efetivação da posse das terras [fosse] feita de forma coletiva para deter a especulação imobiliária e garantir a sobrevivência original da comunidade”.³⁰⁷

Entre os anos 1970 e 1980, os moradores insurgiram na cena pública diversas vezes, tendo como uma das reivindicações a legalização dos terrenos do Calabar. A maior manifestação promovida pela JUC-SOBE, a “Caminhada da Esperança”, teve a adesão de mais de 400 moradores do bairro.

Apesar disso, a área ocupada pelo Calabar foi reduzida consideravelmente com o avanço do setor imobiliário. Nas nossas caminhadas pelo Calabar, os moradores que nos guiaram mostraram diversos prédios que estão construídos em áreas que pertenciam ao bairro. Os calabarenses passaram a ter direito de posse sobre suas casas a partir de 2015, quando, através dos programas Casa Legal e o Morar Melhor, a Prefeitura Municipal de Salvador concedeu cerca de 700 títulos de posse de terreno para moradores do Calabar e do Alto das Pombas, deste montante, aproximadamente 300 para o Calabar.³⁰⁸

2.2.2 “Caminhada da Esperança”

No dia 8 de junho de 1979, a comunidade do Calabar recebeu a visita do Prefeito, recém-nomeado por Antônio Carlos Magalhães (ACM), Mário Kertész. Atendendo a solicitação feita por uma comissão de moradores do Calabar que esteve em seu gabinete

³⁰³ Palestra sobre posse legal de terra no Calabar. *Jornal da Bahia*, Salvador, 18 de junho de 1981.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ A *enfiteuse* é um “[...] instrumento jurídico de parcelamento da terra, instituído no Brasil no período colonial, que consiste no direito real por parte do enfiteuta de cultivar e utilizar amplamente, em perpétuo, o imóvel alheio (domínio útil), mediante uma pensão, sem contudo destruir-lhe a substância (domínio pleno ou direito) que permanece com o titular”. GORDILHO-SOUZA, Ângela Maria. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989*. Rio de Janeiro, 1990. Dissertação (Mestrado). IPPUR/UFRJ. p.17.

³⁰⁶ Palestra sobre posse legal de terra no Calabar. *Jornal da Bahia*, Salvador, 18 de junho de 1981.

³⁰⁷ No Calabar, os moradores lutam por suas terras. *Jornal da Bahia*, Salvador, 04 julho de 1981.

³⁰⁸ Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/181269-moradores-do-calabar-recebem-cerca-de-700-titulos-de-posse.html>>. Acesso em: 1º de Julho de 2018.

algumas semanas antes, o chefe do Poder Executivo Municipal foi ao bairro para ouvir as reivindicações dos moradores.³⁰⁹ Nesta ocasião, estiveram presentes, além dos representantes da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e do movimento de bairro do Calabar, 360 moradores da localidade.³¹⁰ Antes do pronunciamento do prefeito, um membro do JUC fez a leitura da “Carta ao Prefeito”, documento no qual estavam listadas as reivindicações dos moradores: legalização da posse dos terrenos ou transferência para outra localidade, e a urbanização do bairro.³¹¹

Na visita de Kertész ao Calabar ficou acordado que a Prefeitura atenderia algumas das demandas reivindicadas pelos moradores, destacando-se a “verificação dos problemas mais graves”: canalização da água e esgoto, coleta de lixo e alargamento das vias principais.³¹² Em novembro de 1979, 80 moradores foram em passeata até à PMS cobrar do prefeito o início das obras de urbanização do Calabar que haviam sido prometidas, e saíram de lá sem respostas.³¹³ Em 1980, os moradores retornaram algumas vezes à PMS para exigir que Mário Kertész cumprisse com suas promessas.

Em 1981, o Calabar recebeu a visita do Arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela.³¹⁴ Este havia visitado o bairro pela primeira vez em 1978, como vimos no capítulo anterior. No retorno, em janeiro de 1981, Dom Avelar caminhou por diferentes partes da comunidade e observou as poucas mudanças na estrutura das casas e ruas desde a sua primeira visita. Conforme *A Tarde*, o arcebispo pôde verificar que a comunidade continuava “a enfrentar problemas como falta de saneamento básico, calçamento das estreitas ruas, o mínimo de infraestrutura [...]”.³¹⁵

Após percorrer as ruas do bairro, Dom Avelar se dirigiu ao largo próximo à sede do JUC, local onde foi celebrada a “Missa da Esperança” (denominada assim pelo próprio arcebispo).³¹⁶ Meses depois, o movimento de bairro do Calabar resgataria este sentimento, com a “Caminhada da Esperança”.

Conforme *A Tarde*, o objetivo de Dom Avelar na visita ao Calabar era oferecer

um conforto espiritual e conhecer, mais de perto, os problemas mais dramáticos da comunidade’, reafirmando durante o evangelho ‘a maneira pela qual poderemos

³⁰⁹ Prefeito visita o Calabar. *Jornal da Bahia*, Salvador, 8 de junho de 1979.

³¹⁰ Pesquisa sobre o Calabar, sem identificação da autoria. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³¹¹ Carta ao Prefeito, Sr. Mário Kertész. Visita do prefeito da cidade de Salvador à Rua Nova Calabar. Em 8 de junho de 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³¹² Prefeito visita o Calabar. *Jornal da Bahia*, Salvador, 8 de junho de 1979.

³¹³ Pesquisa sobre o Calabar, sem identificação da autoria. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³¹⁴ Cardeal celebra missa da esperança no Calabar. Salvador. p. 2. (imagem 2). *A Tarde*, Salvador, 5 de janeiro de 1981.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ Ibid.

colaborar junto às autoridades para minorar os problemas do Calabar no que diz respeito às suas condições de moradia.³¹⁷

É provável que, para o movimento de bairro do Calabar, Dom Avelar era um importante mediador entre a entidade de bairro e a Prefeitura. Nas duas ocasiões em que o arcebispo visitou o Calabar, os jornais comerciais fizeram ampla cobertura. As visitas de Dom Avelar ao bairro foram intermediadas por Pe. Rubens Andrade. Possivelmente, as lideranças da JUC-SOBE não tinham acesso ao arcebispo senão por intermédio do pároco.

Um mês após a visita de Dom Avelar ao Calabar, em fevereiro de 1981, a Prefeitura informava que, por um erro no projeto, as obras, que estavam agendadas para começar em março, “[...] iriam iniciar na primeira metade de abril. Mais tarde, outro aviso transferia o início [das obras] para o fim de abril [...]”³¹⁸ Em março, representantes da JUC-SOBE afirmaram em entrevista ao jornal *A Tarde* que, se as obras de urbanização do Calabar não fossem iniciadas até o final de abril daquele ano, conforme promessa do prefeito Mário Kertész, moradores do Calabar iriam em passeata até a Praça Municipal denunciar o descaso com que vinham sendo tratados pela Prefeitura.³¹⁹ A insatisfação com o chefe do Poder Executivo Municipal fez a JUC-SOBE iniciar a campanha para construção da “Caminhada da Esperança”.

De acordo com Manuel Conrado, houve o uso de diversos instrumentos de comunicação para que as informações sobre a passeata chegassem ao maior número possível de moradores. Foram três meses organizando o evento.³²⁰ Conforme Conrado, a JUC-SOBE divulgou a passeata por meio de megafone, distribuição de panfletos e venda (por um valor simbólico) do jornal comunitário *Kalabari*. O evento também era divulgado por meio de reuniões nas diferentes áreas do bairro.³²¹

Os membros do grupo iam de casa em casa. Esta mobilização era de corpo a corpo. A gente fazia realmente o chamado, mobilização ‘correio nagô’, como o pessoal fala. [...]. Dividimos o Calabar em cinco áreas. [...] A gente ia naquelas áreas, convocava o morador para uma pequena assembleia. E ali, naquela localidade, a gente informava ao morador o que ia acontecer, o que estava acontecendo, como ia acontecer, [e] a importância da participação dos moradores nessa luta.³²²

³¹⁷ Ibid.

³¹⁸ Pesquisa sobre o Calabar, sem identificação da autoria. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³¹⁹ Moradores querem obras anunciadas em Calabar. *A Tarde*, Salvador, 26 de março de 1981.

³²⁰ Entrevista com Manuel Conrado Ribeiro Filho, em 2019. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³²¹ Idem.

³²² Ibid.

O teatro foi outro meio empregado pela JUC-SOBE para a divulgação da passeata. O grupo de teatro do Calabar utilizou a arte cênica, com a peça “Dia 11 Vá a Passeata”, para convocar os moradores à manifestação que seria realizada no dia 11 de maio de 1981.³²³

As notícias veiculadas pelos jornais de grande circulação também tiveram contribuição importante para fortalecer o movimento. Segundo relatos dos entrevistados nesta pesquisa, essas notícias eram lidas nos espaços públicos do bairro por representantes da JUC-SOBE. Para estes entrevistados, a rede de contatos que Fernando Conceição estabeleceu por meio da Faculdade de Comunicação da UFBA facilitou a divulgação do movimento do Calabar nos jornais comerciais. Roberto Caetano, por exemplo, afirmou que Fernando Conceição conseguia contato nos principais jornais da imprensa comercial: *A Tarde*, *Tribuna da Bahia*, *Diário da Bahia*. O entrevistado concluiu: “nesses jornais, você vê que tem inúmeras matérias, quase semanalmente, falando sobre a luta, sobre a história do Calabar de alguma forma”.³²⁴

Fernando Conceição ingressou na Faculdade de Comunicação da UFBA em 1980.³²⁵ Entre 1979 e 1980, trabalhou como estagiário do jornal *Correio da Bahia*.³²⁶ Sua experiência no jornalismo contribuiu para a elaboração e confecção do jornal comunitário do Calabar – *Kalabari* –, do qual foi redator. Mas, apesar da atuação de Fernando Conceição nos bastidores do jornalismo impresso soteropolitano, não podemos afirmar que sua articulação na imprensa foi o principal motivo para a cobertura dada às manifestações protagonizadas pelos moradores do Calabar. Dar esse protagonismo a Fernando Conceição seria, ao mesmo tempo, diminuir a força de organização e representatividade do movimento de bairro do Calabar.

É preciso retomar a discussão sobre o desenrolar da “Caminhada da Esperança”. Após rumores de que as promessas proferidas pelo chefe do Poder Executivo Municipal em visita ao Calabar em 1979 seriam falsas, o movimento começou a ganhar força no bairro. Conforme reportagem publicada por *A Tarde*, os moradores do Calabar começaram a suspeitar que o adiamento das obras no bairro poderia ser uma manobra para o prefeito “não resolver o problema e passá-lo para uma administração futura”.³²⁷

O clima de insatisfação com a PMS tinha sido instaurado no bairro. Com isso, a Associação de Moradores confirmou a “Caminhada da Esperança” para o mês de maio de

³²³ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 65.

³²⁴ Entrevista com Roberto Caetano dos Santos, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³²⁵ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6703465975546557>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

³²⁶ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*. P. 49-50.

³²⁷ Calabar fará passeata pedindo a urbanização. *A Tarde*, Salvador, 13 de abril de 1981, p.3.

1981, com a justificativa de que não havia nada que impossibilitasse o início das obras de urbanização do Calabar.

Em janeiro de 1980, a PMS tinha publicado um decreto de desapropriação do terreno ocupado pelo Calabar, o qual considerou a área como de utilidade pública. Após a publicação do decreto, Alcides Barreto Fontes entrou com um processo na justiça reivindicando a posse do terreno. Em abril de 1981, o juiz Raimundo Vilela, da Terceira Vara da Fazenda Pública, reconheceu Alcides Barreto Fontes como proprietário da área ocupada pelo Calabar.³²⁸

A ação de Alcides Barreto Fontes dificultou o início das obras no Calabar. A Prefeitura aproveitou a situação e anunciou “que não poderia iniciar as obras no [bairro] porque Alcides não aceitou os Cr\$ 4 milhões oferecidos para expropriação” da posse.³²⁹

Por sua vez, representantes da JUC-SOBE questionaram a legitimidade do argumento da Prefeitura. De acordo com a organização comunitária, “a execução das obras de urbanização do Calabar não dependia da questão judicial envolvendo o ex-proprietário dos terrenos [...], Alcides Barreto Fontes, e a Prefeitura”.³³⁰ A JUC-SOBE relatou, em entrevista a *A Tarde*, “que ao procurarem o assessor jurídico da prefeitura, Manoel Santos Filho”, no início do ano de 1981, foram informados de “que uma coisa independia da outra”.³³¹

Com esse impasse, a JUC-SOBE resolveu intensificar a campanha para a “Caminhada da Esperança”. Conforme relatos dos organizadores do evento, a passeata/protesto prevista para o dia 11 de maio de 1981 sairia do largo do Calabar até a Praça Municipal. “Ali, informa um associado, ‘pretendemos saber do Prefeito quando a população dos bairros carentes de Salvador vai ser tratada com maior honestidade e a data definitiva do início das obras do Calabar’.”³³²

O dia histórico

Na segunda-feira, 11 de maio de 1981, às 14 horas, moradores do Calabar saíram em passeata até a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS). No trajeto – entre a Rua Nova do Calabar, Avenida Centenário, Campo Grande, Avenida Sete de Setembro, Praça Castro Alves e a Rua Chile –,³³³ os moradores “gritavam ‘slogans’ e cantavam paródias enfatizando as três reivindicações que consideraram básicas”: legalização do título de posse dos terrenos,

³²⁸ Calabar depende de decisão da justiça. *A Tarde*, Salvador, 13 de abril de 1981, p. 12.

³²⁹ Calabar prepara protesto contra atraso de obras. *Jornal da Bahia*, Salvador, 28 de abril de 1981.

³³⁰ *Idem*.

³³¹ *Ibid.*

³³² *Ibid.*

³³³ Pesquisa sobre o Calabar, sem identificação da autoria. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

aperfeiçoamento do projeto de urbanização e início imediato das obras.³³⁴ A manifestação que ficaria conhecida posteriormente como “Caminhada da Esperança”, mobilizou mais de 400 moradores do bairro. A data do evento, atualmente, dá nome à praça principal do Calabar (Praça 11 de maio).

Os moradores do Calabar chegaram à Praça Municipal por volta das 15 horas. Ao se instalarem no local pretendendo serem recebidos pelo prefeito Mário Kertész, os moradores continuaram com os cartazes e faixas estendidos “com dizeres como ‘queremos a legalização da posse da terra’, ‘bem aventurados os que têm sede de justiça’ e ‘obras mais decentes para a gente’”.³³⁵ Durante o período de permanência defronte ao Palácio Rio Branco, que durou até por volta das 18 horas, os moradores do Calabar – homens, mulheres, jovens e crianças (trabalhadores, estudantes, pais e mães de família) – “se cotizaram para a compra de lanches”.³³⁶

Depois de algumas horas esperando o prefeito, representantes da JUC-SOBE fizeram a leitura de um documento com as reivindicações dos moradores. A “Carta do Calabar”, “documento de três laudas” que os moradores pretendiam entregar ao prefeito, denunciava “a discriminação e a situação de abandono dos bairros populares de Salvador”.³³⁷ No texto, os moradores também exigiam a reformulação do projeto de urbanização, o início imediato das obras e a legalização do título de posse da área ocupada pelo Calabar.³³⁸ Cópias da “Carta do Calabar” “foram distribuídas a vários funcionários da Prefeitura presentes na entrada do Palácio”.³³⁹

Além dos pronunciamentos concedidos por representantes da JUC-SOBE, os moradores do Calabar ouviram e dialogaram com representantes de outras organizações políticas e sociais de Salvador: de outros movimentos de bairro, da Federação de Associações de Bairros de Salvador (FABS), do Movimento Contra o Custo de Vida e do Diretório Central dos Estudantes da UFBA.³⁴⁰ O vereador Agenor Oliveira (PMDB) e o jornalista Silvio Simões de Melo Leitão também prestaram solidariedade aos moradores.³⁴¹ Os

³³⁴ Favelados em passeata. *O Estado de São Paulo*, Da sucursal de Salvador, 12 de maio de 1981.

³³⁵ Moradores voltam sem falar com o prefeito. *A Tarde*, Salvador, 12 de maio de 1981, p. 3.

³³⁶ Calabar x Prefeitura. *Jornal da Bahia*, Salvador, 12 de maio de 1981, p. 2.

³³⁷ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 62. Não foi possível obter acesso ao documento original. As informações que foram coletadas estão impressas nos jornais comerciais, citados aqui, e no livro *Cala a Boca Calabar*.

³³⁸ Sociedade do Calabar explica caminhada. *A Tarde*, Salvador, 14 de maio de 1981, p. 2.

³³⁹ Pesquisa sobre o Calabar, sem identificação da autoria. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³⁴⁰ Matérias: *A Tarde*, 12 de maio de 1981; *O Estado de São Paulo*. Da sucursal de Salvador, 12 de maio de 1981; e *Jornal da Bahia*, 12 de maio de 1981.

³⁴¹ Moradores voltam sem falar com o prefeito. *A Tarde*, Salvador, 12 de maio de 1981, p. 3.

pronunciamentos foram entremeados por apresentações artísticas e cânticos. Os moradores cantaram canções como “Deixa o Coração Mandar” e o “hino ao Senhor do Bonfim”³⁴².

Apesar da exigência dos moradores, o prefeito Mário Kertész não desceu até à Praça Municipal. Inicialmente, uma funcionária da Prefeitura disse que poderiam receber uma comissão formada por 10 moradores do Calabar para se reunir com representantes da Coordenação de Desenvolvimento Social (CDS).³⁴³ Porém, os moradores afirmaram que só sairiam dali depois que todos fossem recebidos pelo prefeito.³⁴⁴ Em seguida, houve a proposta de uma reunião da comissão com o chefe da Casa Civil, Roberto Pinho. Mais uma vez os moradores exigiram falar com Mário Kertész.³⁴⁵ Depois das 16 horas, “o prefeito se dispôs a receber a comissão. Mas, os 400 moradores se mantiveram irredutíveis: ‘Queremos o prefeito, desça, desça’, gritavam”³⁴⁶.

A manifestação foi encerrada ao final da tarde do dia 11 de maio de 1981. Mesmo com a recusa do prefeito Mário Kertész de descer até a Praça Municipal, os mais de 400 moradores “voltaram para casa se sentindo vitoriosos com a passeata que promoveram”.³⁴⁷ A satisfação vinha da força que o movimento ganhou ao longo dos três meses de organização, das parcerias que foram formadas com outras entidades, do número de moradores que acamparam a luta e da cobertura dada pela imprensa comercial. Naquele momento, o sentimento era de vitória, porque os moradores do Calabar conseguiram sensibilizar a opinião pública acerca das condições em que viviam mais de seis mil pessoas no bairro.

Esclarecimentos sobre a “Caminhada da Esperança”: Prefeitura versus JUC-SOBE

Depois que os moradores do Calabar retornaram para suas casas, no dia da passeata, alguns jornalistas aguardaram para tentar falar com o prefeito Mário Kertész, mas parece que o mesmo havia deixado a prefeitura. Neste ínterim, os jornalistas conseguiram uma entrevista coletiva com o chefe da Casa Civil, Roberto Pinto.

Nela, o chefe da Casa Civil lembrou que o Calabar foi um dos primeiros bairros a serem visitados por Mário Kertész, no início do seu mandato como prefeito – a visita ocorreu em junho de 1979. De acordo com Roberto Pinho, “na época, a população afirmou que, em trinta anos, foi a primeira visita de prefeito ao Calabar, fora de época de eleições”.³⁴⁸

³⁴² Idem.

³⁴³ Calabar x Prefeitura. *Jornal da Bahia*, Salvador, 12 de maio de 1981, p. 2.

³⁴⁴ Favelados em passeata. *O Estado de São Paulo*, Da sucursal de Salvador, 12 de maio de 1981.

³⁴⁵ Calabar x Prefeitura. *Jornal da Bahia*, Salvador, 12 de maio de 1981, p. 2.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Moradores voltam sem falar com o prefeito. *A Tarde*, Salvador, 12 de maio de 1981, p. 3.

³⁴⁸ Calabar x Prefeitura. *Jornal da Bahia*, Salvador, 12 de maio de 1981, p. 2.

Para enfatizar uma possível relação amigável entre a Prefeitura e os moradores do Calabar, o chefe da Casa Civil afirmou o seguinte: “a população vem sendo informada através da sede local da Prefeitura” sobre os tramites para início das obras de urbanização no bairro. Roberto Pinho assegurou, inclusive, que os serviços seriam feitos ainda no exercício da administração de Mário Kertész, “frisando que não foram iniciados porque ‘são obras que nunca se fizeram e demandam altos investimentos, que dependem de recursos externos a serem captados no Banco Mundial’”.³⁴⁹ Além disso, afirmou o entrevistado, a “Prefeitura tem dado demonstrações claras e indiscutíveis do interesse [...] em resolver os problemas do Calabar. Por isso, [...] não há motivo nem tempo suficiente para que a população local tenha perdido a paciência”.³⁵⁰

Nesta entrevista, Roberto Pinho também reportou a impressão do prefeito Mário Kertész sobre a manifestação realizada pelos moradores do Calabar. Segundo o chefe da Casa Civil, o prefeito julgou que a “Caminhada da Esperança” tinha “conotações nitidamente políticas, utilizando-se de algumas parcelas de reivindicações do Calabar como impulso”.³⁵¹

Segue abaixo o depoimento concedido por dirigentes da JUC-SOBE ao jornal *A Tarde* em resposta ao comentário do prefeito:

Se acaso recebemos o apoio de militantes de partidos oposicionistas, entidades estudantis e representantes de outros bairros, os dirigentes da JUC-SOBE e organizadores do ato sempre frisaram, antes dos pronunciamentos de apoio, que não admiram aproveitamentos pessoais nessas declarações.³⁵²

A JUC-SOBE afirmou que, apesar da presença de “elementos estranhos” que desvirtuaram o sentido da passeata, alguns, inclusive, que foram pedidos a se retirar do local, o objetivo principal do movimento ““era denunciar a situação de miséria a que [estavam] relegadas mais de 6 mil pessoas”” no Calabar. A organização negou, portanto, que a caminhada tivesse sido um “ato político-partidário”.³⁵³

Conquistas

A “Caminhada da Esperança” impulsionou o movimento de bairro do Calabar na cena pública da cidade do Salvador. Naquele momento, a JUC-SOBE tornava-se uma importante referência para outras organizações de bairros populares da cidade, principalmente pelo

³⁴⁹ Calabar x Prefeitura. *Jornal da Bahia*, Salvador, 12 de maio de 1981.

³⁵⁰ Idem, p. 2.

³⁵¹ Moradores voltam sem falar com o prefeito. *A Tarde*, Salvador, 12 de maio de 1981, p. 3.

³⁵² *A Tarde*, Salvador, 14 de maio de 1981.

³⁵³ Idem.

desfecho do movimento, que trouxe garantias para o início das obras de urbanização no bairro.

Um mês após a “Caminhada da Esperança”, a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) abriu processo seletivo para empresas interessadas em executar as obras de urbanização do Calabar.³⁵⁴ A partir daí, a JUC-SOBE manteve constante diálogo com a PMS, por meio do chefe da Casa Civil, Roberto Pinho.³⁵⁵ As obras de urbanização do Calabar foram iniciadas no mês de novembro de 1981. O projeto de urbanização, elaborado por técnicos da PMS, previa a

contenção de encostas, construção de duzentos metros de ruas de serviços pavimentadas em concreto asfáltico, pavimentação de duzentas ruas em solo-cimento, um canal de drenagem em argamassa armada, com 470 metros de extensão e escadarias drenantes que além de facilitar a circulação de pedestre, coletam águas servidas e pluviais. [...] incluía ainda a implantação de redes elétricas e de água [...].³⁵⁶

Mário Kertész não assistiu a conclusão das obras de urbanização do Calabar, iniciadas em seu mandato como prefeito de Salvador, ele foi exonerado do cargo no final do ano de 1981. Entre outros fatores, as pressões populares que irromperam na cena pública da cidade naquele período foram decisivas para a exoneração de Kertész. Durante o processo de execução das obras de urbanização no Calabar houve outros embates com a PMS, já na gestão de Renan Baleeiro, em 1982. Conforme o jornal *A Tarde*, uma das principais reivindicações dos moradores representados pela JUC-SOBE era a conclusão das obras. As obras de urbanização do Calabar tinham sido dadas como concluídas pela PMS quando ainda faltavam “os trabalhos de complementação da rede de água e esgoto; reforma da rede elétrica e construção da pista asfáltica de, aproximadamente, 200 metros de extensão, que [liga] o bairro a Ondina”.³⁵⁷

2.3 O tecer das redes de relações da JUC-SOBE

A JUC-SOBE contava com uma importante rede de parceiros: partidos políticos, jornalistas, movimentos estudantis, associações de bairros, assim como o Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), a Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) e o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF). Neste tópico, analisa-se o tecer das redes de relações da JUC-SOBE com estes três movimentos, citados anteriormente.

³⁵⁴ Prefeitura recebe proposta para o Calabar até dia 15. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 19 de junho de 1981.

³⁵⁵ Prefeitura para início das obras. *Jornal da Bahia*, Salvador, 6 de setembro de 1981.

³⁵⁶ Calabar: prefeitura inicia a urbanização. *Correio da Bahia*, Salvador, 31 de outubro de 1981.

³⁵⁷ Moradores reivindicam a continuação das obras. *A Tarde*, Salvador, 6 de setembro de 1982.

CEAS

A participação de movimentos, instituições e representantes da Igreja Católica no movimento de bairro do Calabar iniciou-se na formação do JUC em 1977, conforme a análise das fontes que se pode ter acesso. A figura mais presente, até então, era o vigário da Paróquia do Divino Espírito Santo, Pe. Rubens Andrade. A partir daí, a rede de relações com a Igreja Católica foi sendo estendida a outros setores, como a Pastoral da Juventude. Em 1981, o movimento de bairro do Calabar passou a contar, também, com a parceria do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), por meio do Pe. jesuíta italiano Gianfranco Confalonieri (Pe. Confa).

Provavelmente, os primeiros contatos de Pe. Confa com algumas lideranças do movimento de bairro do Calabar ocorreram nos cursos de formação popular no Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), em 1977. Mas, a assessoria do CEAS ao movimento de bairro do Calabar foi solicitada somente em 1981, quando a JUC-SOBE iniciou a construção da “Caminhada da Esperança”.³⁵⁸

Antes de entrar no debate sobre a inserção do Pe. Gianfranco Confalonieri (Confa) no movimento de bairro do Calabar, é preciso ponderar, primeiramente, os pontos de encontros entre ele e Pe. Rubens Andrade. Por um lado, temos o Pe. Rubens Andrade, vigário da Paróquia do Divino Espírito Santo, cuja orientação espiritual lhe restringia às questões de sua paróquia, sediada no Alto das Pombas – cobria a região entre o Alto das Pombas, Calabar, Gantois, Binóculo e a “área que fica antes da Igreja de São Lázaro”.³⁵⁹ Por outro, temos o Pe. Confa, integrante do “grupo autodenominado Pastoral Popular (PaPo)”,³⁶⁰ assessor do CEAS e um entusiasta dos movimentos populares e das manifestações públicas promovidas pelos setores populares.

As distinções entre as duas figuras são variadas e os poucos pontos de encontros entre eles resumem-se à ligação com a Igreja Católica e ao apoio ao movimento de bairro do Calabar, o que era suficiente para que o Pe. Confa fosse confundido com o Pe. Rubens Andrade. Sobre isso, há, inclusive, um depoimento do Pe. Rubens Andrade, narrado por Fernando Conceição:

– Dia desses dom Avelar conversou comigo sobre vocês [JUC-SOBE]. Disse-me que não ficava bem um padre participar de passeatas, com certeza se referindo à passeata que vocês fizeram em maio. Ele [confundi] o padre Confa [comigo]. O que mais me chateou – observou o vigário, com sinceridade – foi que o Cardeal

³⁵⁸ Pesquisa sobre o Calabar, sem identificação da autoria. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³⁵⁹ Pe. Rubens Andrade. Carta Aberta ao Calabar, s/d. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³⁶⁰ COSTA, Iraneidson. *Que PaPo é esse?*, p. 15.

parece nem ter se lembrado que nesta época eu estava em Roma, no Centro da Renovação Carismática. A pouca importância que ele deu a isso é o que mais me deixa chateado.

[...]

– Dom Avelar me perguntou se o trabalho que vocês fazem no Calabar não é um tanto perigoso... Ele está preocupado. A partir de agora eu devo retornar mais vezes ao Calabar, tentar criar grupos de evangelização para reflexões religiosas [...].³⁶¹

Dom Avelar Brandão Vilela acompanhou a passeata pelo noticiário local (imprensa comercial). Para o Arcebispo, o Pe. Rubens Andrade era a conexão direta entre a Igreja Católica e o Calabar. Não sabemos se Dom Avelar tinha conhecimento sobre a assessoria do CEAS ao movimento de bairro do Calabar. Mas, possivelmente, confundiu Pe. Confa com o Pe. Rubens Andrade, porque havia creditado a responsabilidade sobre a comunidade ao Pe. Rubens Andrade.

É importante destacar que Pe. Rubens Andrade era o vigário de uma comunidade paroquial e representante diocesano da Renovação Carismática Católica, evidentemente não era uma figura que engrossaria as fileiras de uma passeata com disposições ao enfrentamento direto com a Prefeitura.³⁶² Dentro desses limites, a participação de Pe. Rubens Andrade tinha sido de apoio e incentivo às lutas por melhorias das comunidades pelas quais ele respondia enquanto pároco.³⁶³

Temos, como exemplo, o movimento pela legalização das terras da Chácara Santo Onofre, no Alto das Pombas. Na ocasião, Pe. Rubens Andrade disponibilizou o salão da Paróquia do Divino Espírito Santo para a realização das reuniões promovidas pelas entidades que estavam à frente do movimento: Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS), Grupo de Jovens Amantes da Perseverança (GRUJAP), Sociedade São Salvador (Associação de Moradores do Alto das Pombas) e o JUC (Ala jovem da JUC-SOBE).³⁶⁴

Percebe-se, portanto, que o Pe. Rubens Andrade atuou de maneira mais comedida do que o Pe. Confa junto ao movimento de bairro do Calabar. O Pe. Confa era uma figura que ia para as ruas e partia para o confronto direto com os poderes públicos. Além de ter ajudado na organização da “Caminhada da Esperança” e outros atos promovidos pela JUC-SOBE, Pe. Confa também esteve presente e ajudou a conduzir a passeata até a Renurb promovida pela FABS em junho de 1981. Neste evento, Pe. Confa enfrentou uma peleja com o motorista de um Corcel II, que reclamava a liberação do trânsito:

³⁶¹ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 115-116.

³⁶² Correspondências, s/d. Paróquia do Divino Espírito Santo. Acervo do Alto das Pombas. CAMPO/CEAS.

³⁶³ Carta “aos moradores do Alto das Pombas e do Calabar”. Por: GRUJAP, Sociedade São Salvador (Alto das Pombas) e JUC (Ala jovem da JUC-SOBE), s/d. Acervo do Alto das Pombas. CAMPO/CEAS.

³⁶⁴ Idem.

[...] [Pe. Confa] discutia e xingava o homem que insistia em passar com seu Corcel II [...].

Em certo momento da discussão ele pediu compreensão ao motorista, porque aquelas pessoas que faziam a passeata estavam reivindicando algum benefício do poder público – e que tinham por isso até mais direito de ocupar a pista que o carro. Como o homem do Corcel II não se satisfiz com este argumento, continuando a reclamar, padre Confa perdeu as reservas e disse para o sujeito no seu italianês: – Ora, vá pra putaquiúspariu!³⁶⁵

A falta de decoro de Pe. Confa em situações limites, como a peleja com o motorista do Corcel II, se repetiu em outros eventos. Isso revela aspectos pontuais sobre o temperamento do padre jesuíta, mas, também, demonstra sua defesa às lutas populares. Pe. Confa teve participação em importantes frentes de luta nos movimentos populares de Salvador, como na Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) e no Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) – Bahia.

FABS

Quando a JUC-SOBE começou a construir a “Caminhada da Esperança” no mês de março de 1981, dirigentes da organização consultaram a Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) sobre a possibilidade de apoio ao movimento, o que foi prontamente rejeitado.³⁶⁶ A FABS vinha dialogando com a Prefeitura há algum tempo, por isso, quando soube da manifestação, apresentou à JUC-SOBE os riscos de uma quebra de diálogo com o prefeito Mário Kertész.

Como a JUC-SOBE tinha se filiado à FABS, no final do mês de março de 1981, as ações da organização de bairro do Calabar tornaram-se responsabilidade também da FABS.³⁶⁷ Talvez por isso, alguns dirigentes da FABS tenham se preocupado em acompanhar os moradores do Calabar na “Caminhada da Esperança”, mesmo que inicialmente discordasse da forma como o movimento estava sendo conduzido.

Não se sabe se coincidentemente, mas, é provável que conseqüentemente, depois da “Caminhada da Esperança”, a FABS repensou a forma de diálogo com a Prefeitura. Segue abaixo o texto publicado pela FABS em seu periódico:

Há 2 meses que a FABS procura marcar uma audiência com o prefeito, mas inexplicavelmente temos esbarrado em respostas evasivas protelando o encontro. Até quando?

³⁶⁵ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 73.

³⁶⁶ *Idem*.

³⁶⁷ *Ibid*.

[...] Moradores do Calabar fizeram passeata até a Prefeitura [...] de forma ordeira e entoando músicas que se identificavam com suas lutas, os moradores chegaram às portas da prefeitura e aguardaram a presença do prefeito para que fosse entregue um documento contendo as reivindicações.

[...] Inexplicavelmente, o prefeito manteve-se no seu gabinete, insensível a presença de inúmeras crianças, pessoas idosas e mães de família, que, depois de esperarem por quase três horas, retornaram as suas casas [...].³⁶⁸

No texto, a FABS expressa sua indignação à indiferença da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) com a tentativa de diálogo da Federação das Associações de Bairros de Salvador com o chefe do Poder Executivo Municipal. A “Caminhada da Esperança” aparece como pano de fundo da trama, pois era um exemplo evidente de que o Prefeito não estava aberto ao diálogo.

Não queremos com isso dizer que o movimento de bairro do Calabar conduziu de alguma maneira as manifestações convocadas posteriormente pela FABS. Este parêntese serve apenas para apresentarmos como as redes dos movimentos populares de Salvador estavam sendo tecidas naquele contexto. A presença da JUC-SOBE e dos moradores do Calabar na cena pública influenciou, de certa forma, na insurgência de outros movimentos populares.

Em 1981, a Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) já tinha certa experiência no diálogo junto aos poderes públicos. A FABS surgiu em 1979, articulada por seguimentos da esquerda e centro-esquerda brasileira, entre eles o Partido dos Trabalhadores (PT) – que estava começando a se organizar; o Partido Comunista do Brasil (PC do B); o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Além da presença dos partidos de esquerda e centro-esquerda, houve a participação dos movimentos ligados à Igreja Católica progressista, originários da Ação Católica.³⁶⁹

A FABS iniciou suas atividades com oito associações de moradores e logo assistiu um forte crescimento.³⁷⁰ Em 1981, a FABS contava com a filiação de “25 associações de diversos bairros da cidade”.³⁷¹ Até o final da década de 1980, o número de associações filiadas à FABS ultrapassava a marca de 250 organizações.³⁷²

Conforme Antonia Garcia, a conjuntura política de início dos anos 1980 favoreceu “o crescimento do movimento de bairro em Salvador.”³⁷³ Lideranças de diversos bairros da

³⁶⁸ *Boletim Informativo da FABS*. Editorial, s/d. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³⁶⁹ GARCIA, *Mulheres da cidade d'Oxum*, p. 80.

³⁷⁰ *Idem*, p. 140.

³⁷¹ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 71.

³⁷² GARCIA, *Mulheres da cidade d'Oxum*, p. 140.

³⁷³ *Idem*.

cidade reuniam-se à FABS para unir forças contra os poderes públicos. De maneira que grande parte das associações de bairros estava filiada a alguma federação.

A composição nos quadros da FABS era, em sua maioria, formada por setores populares. No quadro geral, estiveram ligados à organização: moradores dos bairros populares, da classe média dos conjuntos habitacionais e intelectuais de esquerda. A direção da organização era formada por colegiado: “com cinco membros na executiva e comissões específicas (saúde, educação, moradia...)”.³⁷⁴ A direção era eleita em congressos das associações filiadas. O modelo de organização da diretoria em comissões garantiu a forte presença de mulheres na diretoria da FABS, tendo em vista que as mulheres eram maioria nos quadros da organização.³⁷⁵ Em 1981, a FABS era dirigida por Waldemar Oliveira (Vavá), Antonia, Aloísio, Vera, Tomazinho e Seu Francisco.³⁷⁶

Enfim, retomando a discussão sobre as manifestações públicas, um mês após a “Caminhada da Esperança”, no dia 19 de Junho de 1981, a FABS realizou uma passeata envolvendo 25 bairros de Salvador. O Calabar foi representado por Seu Gonçalo, Mônica, Orlando Santa Rita, Fernando Conceição, padre Confa, Jorge Santa Rita, dona Neris e Carlos Sena.³⁷⁷ Os manifestantes fizeram o trajeto da Praça da Piedade até a Renurb, no Vale dos Barris.

Os dirigentes da FABS avaliaram que a manifestação do dia 19 de Junho “levou o prefeito a assumir um compromisso de atendimento das reivindicações das Associações de Bairros”.³⁷⁸ A partir de então, a população passaria a ter participação nas discussões dos projetos de urbanização que seriam realizados pela Prefeitura nos bairros populares.³⁷⁹ Ficou acordado, portanto, que a FABS teria “encontros semanais com os técnicos da prefeitura.”³⁸⁰

No segundo semestre de 1981, a FABS esteve reunida diversas vezes com o prefeito Mário Kertész e com funcionários da Prefeitura. Nos encontros, fazia-se presente, quase sempre, dois ou mais representantes da organização de bairro do Calabar, incluindo o Pe. Confa. Apesar disso, as manifestações públicas não cessaram tão cedo.

Em agosto de 1981, um novo evento levou as classes populares a irromper na cena pública: a carestia no transporte público. “[...] ao surgir os primeiros rumores de uma possível

³⁷⁴ Ibid.

³⁷⁵ Ibid.

³⁷⁶ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 75.

³⁷⁷ Idem. p. 68.

³⁷⁸ *Boletim Informativo da FABS*. 10 de agosto de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³⁷⁹ Idem.

³⁸⁰ BOA MORTE, *A luta da comunidade do Calabar*, p. 47.

majoração nos preços das tarifas de transporte coletivo, a população passou a sentir o ‘sabor amargo’ das dificuldades que viriam”.³⁸¹

Em resposta, o Movimento Contra a Carestia (MCC) “convocou uma passeata para o dia 10 de agosto”.³⁸² A partir deste momento ocorreu uma série de manifestações, “(panfletagens, comícios e passeatas)”, configuradas como pacíficas por Edemir Ferreira. Conforme o autor, a mudança na postura dos manifestantes teve início em outra passeata, ocorrida no dia 20 de agosto, a “quinta-feira da explosão popular”.³⁸³ Iniciando-se assim, as manifestações que ficaram conhecidas como o “Quebra-quebra de Salvador”, que se prolongaram por duas semanas, com atos de apedrejamento de mais de 500 ônibus.³⁸⁴

Em nota, na 4ª Reunião da Coordenação Nacional do Movimento Contra a Carestia, o MCC sinalizou o seguinte:

O povo, duramente atingido pelos aumentos nos preços, o desemprego, o rebaixamento nos salários, tem se organizado no Movimento Contra a Carestia para levar suas reivindicações às autoridades. Diante da intransigência e insensibilidade destes responsáveis pela grave situação de vida do povo, passaram a depredar ônibus exigindo medidas concretas para melhorar sua situação de vida.³⁸⁵

Entre as entidades presentes na manifestação do dia 20 de agosto estavam a FABS³⁸⁶ e a JUC-SOBE.³⁸⁷ A presença de dirigentes da JUC-SOBE em diferentes espaços de mobilização popular e sua atuação frente à Prefeitura, colocava o movimento de bairro do Calabar em uma posição importante dentro da FABS. Inclusive, no final do ano de 1981, o Calabar sediou o Dia Nacional das Associações de Bairros, evento promovido pela FABS.

Segue abaixo o relatório de construção do evento:

Comitivas com representantes de vinte e oito associações de moradores – cerca de 30 bairros e logradouros da capital – deverão se encontrar no Calabar, no próximo domingo, para participar das atividades de comemoração do Dia Nacional das Associações de Bairros. A FABS [...] – é a promotora do evento, cuja programação está marcada para começar às 8h.

[...].

O Calabar foi o bairro escolhido pela assembleia da FABS realizada no último sábado, na qual estavam presentes representantes de vários outros bairros. A escolha obedeceu critérios como localização (próxima à praia de Ondina) e disponibilidade

³⁸¹ FERREIRA, Edemir B. *A multidão rouba a cena: o quebra-quebra em Salvador (1981)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008, p. 48.

³⁸² Idem.

³⁸³ FERREIRA, Edemir B. *A multidão rouba a cena: o quebra-quebra em Salvador (1981)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008, p. 62.

³⁸⁴ FIGUEIRAS, Oto. O Quebra-quebra de Salvador. *Caderno do CEAS*, n. 76, p. 18-27. Salvador: CEAS, nov./dez., 1981.

³⁸⁵ 4ª Reunião da coordenação nacional do Movimento Contra a Carestia. 31 de outubro/ 1º de novembro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³⁸⁶ FIGUEIRAS, Oto. O Quebra-quebra de Salvador. *Caderno do CEAS*, n. 76, p. 18-27. Salvador: CEAS, nov./dez., 1981.

³⁸⁷ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 127.

de área, além de ser destacado o pacto da conquista dos habitantes do Calabar frente ao atendimento de suas reivindicações pela Prefeitura (grifo nosso).³⁸⁸

A relação de colaboração mútua, entre a JUC-SOBE e a FABS seguiu por algum tempo. As disputas entre as entidades tiveram início nas eleições para preenchimento do quadro de coordenadores da Federação, ocorrida em 1982. Nesta eleição, Fernando Conceição (membro da JUC-SOBE) disputou a eleição para direção da FABS, porém sua chapa foi derrotada.³⁸⁹ A partir daí, não tardou muito para a desfiliação da JUC-SOBE dos quadros da FABS, o que ocorreu no mesmo período da fundação do MDF-Bahia, em 1983.

MDF

O Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) surgiu em 1977, em São Paulo, e se efetivou enquanto organização social no mesmo Estado em 1982, após uma série de encontros e congressos. O MDF nasceu “como resultado da organização de várias entidades de favelas em torno de uma proposta de luta comum”: reivindicar, aos poderes públicos, o direito à moradia e a equipamentos e bens de consumo coletivo.³⁹⁰ Na década de 1980, o MDF se proliferou por diversas regiões do país. Em 1983, foi fundado o MDF-Bahia mediante a articulação entre diferentes organizações políticas e sociais.³⁹¹

O MDF-Bahia iniciou suas atividades durante a organização do III Encontro Nacional dos Favelados, ocorrido em Salvador, no bairro Calabar, entre os dias 2 e 6 de junho de 1983.³⁹² Na construção do Encontro foram tecidas as relações de parceria entre as entidades que fundariam o MDF na Bahia. O evento contou com a presença de Leonardo Boff e Dom Avelar Brandão Vilela. Havia uma forte atuação de setores da Igreja Católica, principalmente,

³⁸⁸ FABS comemora dia nacional no Calabar (JUC-SOBE/FABS), 2 de dezembro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³⁸⁹ Carta “aos moradores do Alto das Pombas e do Calabar”. Por: GRUJAP, Sociedade São Salvador (Alto das Pombas) e JUC (Ala jovem da JUC-SOBE), s/d. Acervo do Alto das Pombas. CAMPO/CEAS.

³⁹⁰ Ação Popular dos Bairros de Salvador. Sistematizações de experiências na década de 1980. Organizador Valdisio Fernandes. Instituto Búzios, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, p. 22.

³⁹¹ Entidades que tiveram participação na construção do MDF – Bahia: Comunidades Eclesiais de Base (CEB’S), Movimento Contra a Carestia (MCC), Centro de Estudos e Ação Social (CEAS); Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH); Pastoral da Periferia; Movimentos de Bairros de Salvador (Alagados, Alto da Boa Esperança, Alto das Pombas, Alto da Vitória de Paripe, Alto S. Joaquim, Areal do Nordeste (antigo Pela Porco) Beira-Mangue, Cai Duro, Calabar, Ilha Amarela, Malvinas, Maciel, Mont Serrat, Penha, polêmica, Saramandaia, San Martim, Tubo); entidades do interior da Bahia (Ibotirama e Ilhéus). Além da Bahia e São Paulo, houve a participação de parceiros de outros estados, como Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, e Santa Catarina. Dados retirados do Relatório do 3º encontro de preparação para o Congresso Nacional das Favelas e Invasões. 6 de fevereiro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS e do Relatório do III Encontro Nacional de Favelados, por Pe. Gianfranco Confalonieri (Confá). Calabar, Salvador-Ba. 5 de junho de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³⁹² Relatório do III Encontro Nacional de Favelados, por Pe. Gianfranco Confalonieri (Confá). Calabar, Salvador-Ba. 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no MDF. Esta frente influenciou consideravelmente a linha política e a “construção do instrumental necessário à existência” da organização.³⁹³

De acordo com Pe. Confa, as principais pautas do III Encontro Nacional dos Favelados foram a troca de experiências das entidades presentes no evento, o exame e crítica do projeto de lei sobre o uso do solo e a elaboração do documento final, manifesto, com as reivindicações das ocupações populares.³⁹⁴ O MDF-Bahia unificou as reivindicações dos setores populares em torno da luta pelo direito à cidade. As pautas apresentadas no Encontro eram uma síntese do que vinha sendo discutido ao longo da construção do evento, durante o primeiro semestre de 1983. Segue abaixo algumas pautas apresentadas por representantes de movimentos de bairros de Salvador em um evento de construção do III Encontro Nacional dos Favelados:

- Melhorar a vida da gente, a vida do bairro, e conseguir o documento de nossa terra;
- União de todos os favelados para que todos possam ter sua terra própria, com seus direitos assegurados para pais, filhos e netos;
- A busca do título de terra e a unificação do movimento de invasores, para demonstrar ao governo que nós estamos cada vez mais nos organizando e nos fortalecendo;
- Precisamos da união para lutarmos juntos e mantermo-nos unidos, por nossos direitos [...];
- O direito de morar tranquilos e de educação;
- Queremos posse da terra, urbanização, água, luz, rede de esgoto, etc. E o que é o mais importante: legalização da terra.³⁹⁵

É importante frisar essa digressão ao processo de formação do MDF na Bahia para tentar compreender a sua relação com o movimento de bairro do Calabar. A JUC-SOBE desempenhou importante papel na fundação do MDF-Bahia. Fernando Conceição, liderança da JUC-SOBE, ficou responsável pela coordenação da construção do III Encontro Nacional dos Favelados. O Encontro exigiu do movimento de bairro do Calabar uma atenção exaustiva. As pessoas que vieram de outros Estados e cidades do interior da Bahia ficaram quase todas alojadas no Calabar, nas casas de moradores do bairro, na sede do JUC e na Escola Aberta. O que facilitou, inclusive, para que as atividades fossem estendidas no turno da noite, principalmente, no dia de “serestas e sambas” (sábado, dia 4).³⁹⁶

³⁹³ Ação Popular dos Bairros de Salvador. Sistematizações de experiências na década de 1980. Organizador Valdisio Fernandes. *Instituto Búzios*, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, p. 22.

³⁹⁴ Relatório do III Encontro Nacional de Favelados, por Pe. Gianfranco Confalonieri (Confa). Calabar, Salvador-Ba. 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³⁹⁵ Relatório do 3º encontro de preparação para o Congresso Nacional das Favelas e Invasões. 6 de fevereiro de 1983.

³⁹⁶ Relatório do III Encontro Nacional de Favelados, por Pe. Gianfranco Confalonieri (Confa). Calabar, Salvador-Ba. 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. Não nos alongaremos no debate sobre a formação do

A coordenação do evento organizou equipes de apoio e serviços para executar as tarefas de limpeza dos espaços, preparo das refeições, atendimento de primeiros socorros e segurança, compra de materiais e alimentos, redação e impressão do material de comunicação. A maioria dessas tarefas foi desenvolvida por moradores do Calabar.³⁹⁷ Para a dimensão do evento houve poucos contra tempos. Um dos poucos conflitos foi uma peleja travada entre a coordenação do encontro e representantes da FABS. Veja o relato de Pe. Confa sobre o ocorrido:

Tendo todo direito a FABS de apresentar sua versão dos fatos. Lamento muito, porém, pouca aderência à verdade e a falta de provas em certas afirmações muito categóricas. Quanto à interpretação de que ‘o boicote’ [...] provém do fato de que alguém perdeu as eleições na FABS e quer agora o controle absoluto em outra organização, isso é da responsabilidade de quem redigiu a nota. Muito infeliz, a meu ver, esse ponto numa nota oficial de uma entidade!
Ainda bem que a FABS limitou-se a soltar a nota e não realizou a ... ‘invasão do Calabar’, prometida pelo vereador Waldemar de Oliveira [Vavá] e pelo [senhor] José, ‘Guarda’ nas Malvinas, na manhã do dia 2/06 (quando os problemas, lá, eram outros, mais bem concretos, graves e urgentes!).³⁹⁸

Embora o Pe. Confa tivesse sido taxativo a respeito dos argumentos daqueles que tentaram minar o III Encontro, estes não apresentaram argumentos vazios. A celeuma assistida pelos congressistas entre representantes da FABS e a organização do evento tinha precedentes. Não por acaso, Fernando Conceição utilizou um capítulo do seu livro *Cala a boca Calabar*, publicado em 1984, para reclamar a legitimidade das eleições para preenchimento do quadro de coordenadores da FABS, em 1982. De acordo com Fernando Conceição, “a única chapa legalmente inscrita tinha perdido a inscrição” as vésperas das eleições. A chapa vitoriosa seria a “‘chapa do consenso’, composta por Zé Guarda [...], Mário e Antonia”.³⁹⁹

Além disso, com o surgimento do MDF-Bahia, a coordenação da FABS tinha convicção de que perderia espaço de influência sob os movimentos populares de Salvador. O MDF-Bahia surgiu, evidentemente, como uma oposição. Nos quatro primeiros anos de atuação do MDF em Salvador, este movimento “polarizou com a FABS a disputa pela representação dos bairros”.⁴⁰⁰ A postura da JUC-SOBE nos confrontos que se desenharam

MDF-Bahia. Nosso esforço, neste estudo, tem sido compreender a participação da JUC-SOBE no MDF-Bahia desde a sua fundação.

³⁹⁷ Idem.

³⁹⁸ Relatório do III Encontro Nacional de Favelados, por Pe. Gianfranco Confalonieri (Confa). Calabar, Salvador-Ba. 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

³⁹⁹ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 216.

⁴⁰⁰ Ação Popular dos Bairros de Salvador. Sistematizações de experiências na década de 1980. Organizador Valdisio Fernandes. *Instituto Búzios*, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, p. 22.

entre a FABS e o MDF-Bahia traduz, no limite, conflitos internos do movimento de bairro do Calabar. Sobre os conflitos internos, estes serão discutidos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

JUC e JUC-SOBE: DISSIDÊNCIAS INTERNAS

Pretende-se analisar, neste capítulo, as disputas entre o grupo de Jovens Unidos do Calabar (JUC) e a Sociedade Benéfica e Recreativa do Calabar (JUC-SOBE). A luta comunitária do Calabar transcorreu entre duas esferas: no contexto da cidade, espaço de construção das redes de parcerias com outras entidades políticas e sociais; e na comunidade, onde as relações entre os atores do movimento de bairro foram estabelecidas, por meio de alianças e conflitos. Em diferentes momentos, as duas pontas da linha se cruzaram. Nesse capítulo, a atenção volta-se à análise de como os eventos, internos e externos, interferiram na dinâmica da organização do movimento de bairro do Calabar.

À medida que o movimento de bairro do Calabar foi se inserindo na cena pública da cidade do Salvador e constituindo novos parceiros, as relações internas, também, foram se reconfigurando. O movimento de bairro do Calabar se reconfigurou com o surgimento da Associação de Moradores, em 1980. A JUC-SOBE abriu as portas para a filiação de moradores mais velhos, pais e mães de famílias, aumentando, assim, as fileiras de membros filiados ao movimento de bairro. Por outro lado, limitou a participação de alguns sujeitos que estiveram presentes na organização desde os seus anos iniciais, na década de 1970, os quais passaram a compor a Ala-Jovem (JUC) da Associação de Moradores.

Após o surgimento da JUC-SOBE, as disputas no seio do movimento de bairro foram ressignificadas. A divisão nos quadros da organização, com a criação da Ala-Jovem, gerou precedentes para rupturas internas. O centro de decisões tornou-se, efetivamente, a coordenação da JUC-SOBE. Em resposta a isso, o JUC liderou o movimento de dissidência interna.⁴⁰¹ A relação entre o JUC e a JUC-SOBE situou-se “em uma arena de conflitos, que [foram] se agudizando paulatinamente, na mesma proporção em que os atores de ambas as partes [definiam] melhor os seus papéis no movimento de bairro”.⁴⁰² Apesar das

⁴⁰¹ O movimento de dissidência interna, também, foi protagonizado por lideranças da JUC-SOBE, algumas delas compôs o quadro de membros da diretoria da entidade. A centralização de poder nas mãos de Fernando Conceição, Manuel Conrado, Tereza Cristina, Antônio Sampaio e Jorge Santa Rita, grupo hegemônico no movimento de bairro, foi questionada em diferentes momentos por lideranças da JUC-SOBE, que reclamavam ter os seus direitos cerceados. Conforme as reclamações das lideranças dissidentes, o grupo hegemônico controlava a coordenação da JUC-SOBE, e conseqüentemente, a Escola Aberta. A animosidade no centro de decisões abriu espaços para a Ala-Jovem, que vinha construindo um movimento de oposição à JUC-SOBE. A proposta de dissolução promovida pela Ala-Jovem previa a descentralização da coordenação. Por isso, o movimento de dissolução contou com a adesão de algumas lideranças dissidentes da JUC-SOBE. O que estava em jogo para o grupo dissidente não era apenas a dissolução, mas, a perda de poder do grupo hegemônico no movimento de bairro do Calabar.

⁴⁰² ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 139.

divergências internas, durante aqueles anos, os jovens vinham “aprendendo juntos, com o correr da luta”⁴⁰³ – observando-se que a JUC-SOBE nasceu da experiência juvenil.⁴⁰⁴

No final do ano de 1982, após a construção da Escola Aberta do Calabar e as eleições municipais de Salvador, setores da JUC-SOBE disputaram espaços de poder dentro do movimento de bairro. Na medida em que o movimento de bairro do Calabar abriu para debates e construção de campanhas políticas, rompendo com o Estatuto da organização, que previa uma entidade “independente de qualquer legenda político-partidária”,⁴⁰⁵ os interesses particulares foram se sobrepondo ao interesse coletivo.

Nesse contexto, observa-se o surgimento e o fortalecimento de uma oposição no interior do movimento de bairro. As disputas internas se configuraram dentro de uma dinâmica de poder que envolveu a direção da Escola Aberta, a diretoria da JUC-SOBE (Associação de Moradores) e o JUC. Para melhor compreender este processo, analisa-se como os interesses particulares, as tentativas de centralização do poder, as disputas por cargos dentro da Escola Aberta e a forte inserção de legendas político-partidárias, dividiram as opiniões dentro do movimento de bairro, e como isso influenciou diretamente no processo de dissolução da JUC-SOBE, em 1985.

3.1 Ala-Jovem da JUC-SOBE

Após a formação da JUC-SOBE, os membros da entidade com menos de 18 anos de idade tiveram que repensar a participação no movimento. Entre os anos de 1980 a 1983, a Ala-Jovem teve muita dificuldade para manter o seu quadro e criar uma estratégia de ação. Os jovens que ficaram à frente da Ala-Jovem participaram do processo de formação do antigo JUC, entre os anos de 1977 e 1979, sendo eles(as): Berenice Caetano, Claudio Santos, Dida, Erenildes Lopes, Everaldo Santa Rita, Everaldo Santos, Jorge Roberto, José Carlos Sena e Roberto Caetano.⁴⁰⁶

Nos primeiros meses de atividade da Ala-Jovem, o grupo trabalhou junto à Sociedade (JUC-SOBE), cumprindo, basicamente, o que era encaminhado pela entidade de bairro. Porém, logo começou a reclamar maior participação.⁴⁰⁷ Em fevereiro de 1981, o JUC se

⁴⁰³ Idem, p. 141.

⁴⁰⁴ Mesmo com a forte inserção de moradores mais velhos no movimento de bairro do Calabar, a liderança da organização continuou com os jovens, neste caso, os jovens da JUC-SOBE.

⁴⁰⁵ Estatuto da JUC-SOBE. 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁰⁶ Desses, Berenice Caetano dos Santos, Erenildes de Jesus Lopes e José Carlos Sena migraram para a JUC-SOBE, após ter alcançado a maior idade.

⁴⁰⁷ Ata de reunião do JUC, 24 de janeiro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

reuniu com a Sociedade para elaborar a “organização do trabalho conjunto”, o qual definia uma linha de ação mais participativa da Ala-Jovem nas decisões do movimento de bairro.⁴⁰⁸ No entanto, parece que o acordo foi rompido, pois, em 20 de junho do mesmo ano, o JUC voltou a reclamar a participação e concluía que só se envolveria “com a Sociedade se o trabalho [fosse] em conjunto, [no qual o grupo tomaria] parte das decisões”.⁴⁰⁹

Após essas eventualidades, o JUC tentou criar uma coordenação própria. Na ocasião, “Roberto [Caetano explicou] a situação do grupo, [e disse] que o [JUC] não [estava] com capacidade de eleger uma coordenação. Na opinião dele, [deveriam formar] comissões provisórias para organizar o trabalho do grupo”.⁴¹⁰ Os jovens presentes na reunião entraram em acordo e foram criadas três comissões (Assuntos Culturais, Relações Públicas e Secretaria).⁴¹¹

Apesar da criação das comissões, o JUC era um setor da JUC-SOBE, e a Sociedade demarcava muito bem esses limites. Nas reuniões do JUC havia, quase sempre, um membro da entidade de bairro acompanhando os trabalhos do grupo. Por outro lado, os jovens utilizavam esse espaço para reportar suas reclamações, como se pode ver abaixo, no registro da reunião do dia 04 de julho de 1981:

O cinema está prejudicando o nosso ritmo de luta, [...] depois que se iniciou o filme a sede nunca está limpa. Se acaso a comissão não arranjar uma solução vamos pedir para a Sociedade afastar o Circuito de Cinema da sede, até arranjar uma solução para que o filme retorne a passar.⁴¹²

Na ocasião, Orlando Santa Rita, membro da Sociedade, pediu que o grupo comparecesse à reunião da JUC-SOBE, marcada para o domingo seguinte, e levasse suas reclamações. Porém, a Sociedade desmarcou o encontro e não informou ao JUC (por quais motivos não se sabe), criando certa animosidade interna. A Ala-Jovem decidiu fazer sua própria reunião e afirmou que “houve um desrespeito [por parte] da Sociedade”.⁴¹³ A reclamação do JUC era de que a Sociedade não levava o trabalho do grupo a sério.⁴¹⁴

Na verdade, o grupo não tinha um plano de ação bem definido. No mês de agosto de 1981, o JUC iniciou a programação do IV Festival de Cultura e Artes do JUC (FEJUC).⁴¹⁵

⁴⁰⁸ Ata de reunião do JUC, 1º de fevereiro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁰⁹ Ata de reunião do JUC, 20 de junho de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴¹⁰ Ata de reunião do JUC, 27 de junho de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴¹¹ Ata de reunião do JUC, 4 de julho de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴¹² Idem.

⁴¹³ Ata de reunião do JUC, 11 de julho de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ Ata de reunião do JUC, 29 de agosto de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Porém, devido as dificuldades de construir o evento, por causa da desmobilização interna, o grupo decidiu que “em vez de realizar o IV FEJUC, [realizaria] um Festival em termos de divulgação”.⁴¹⁶ A proposta era criar um Festival para conscientizar os jovens sobre os trabalhos do movimento de bairro do Calabar. O Festival terminou não acontecendo. Erenildes Lopes afirmou “que a culpa de não ser realizado o festival não foi” apenas do JUC.⁴¹⁷

Embora o JUC reivindicasse maior apoio da entidade de bairro nas atividades do grupo, àquela altura, a concentração de forças da JUC-SOBE estava direcionada às atividades externas, para pressionar o início das obras no Calabar. Inclusive, essa era uma reclamação da entidade de bairro, eles queriam o JUC participando ativamente da luta comunitária, nas passeatas e no trabalho de base dentro do bairro.

Naquele momento, o JUC ainda estava tentando acertar os seus passos internamente, mas reconhecia que precisava ter maior atuação na luta comunitária, como pode ser visto no trecho abaixo:

A vitória [...] – depois de 5 anos o grupo conseguiu o seu principal objetivo, o início das obras no Calabar, mas não foi concluída, devemos compartilhar na luta, porque ela é nossa, viva as grandes raízes do grupo. Não podíamos deixar de lado com a fiscalização da obra, devemos acompanhar de perto. Isto tudo é a nossa raiz, é a nossa luta tendo resultado.⁴¹⁸

Apesar de reconhecer a pouca atuação no trabalho conjunto com a JUC-SOBE, o grupo enfatizava que a urbanização do bairro era uma vitória histórica, portanto, uma conquista também do JUC. Leia-se, das lideranças que foram transferidos para a Ala-Jovem quando a JUC-SOBE foi criada.

O ano de 1981 não foi fácil para o JUC. A dificuldade em criar um plano de ação e a dispersão do grupo, impossibilitaram o avanço nos trabalhos, e o reconhecimento da JUC-SOBE, provavelmente, era importante para o grupo. Na última reunião do ano de 1981, alguns membros presentes destacaram a importância da atuação junto à Sociedade. Everaldo Santa Rita relatou o seguinte: “a Sociedade está achando que o grupo de jovens não [atua] de maneira correta em sentido de jovens, então, o grupo deve atuar mais ainda porque é o ano da conquista.”⁴¹⁹ Roberto Caetano concluiu: “o grupo deve se encaixar mais ao trabalho de consciência junto com a Sociedade [...] porque o grupo vai [se] fortalecer”.⁴²⁰

⁴¹⁶ Ata de reunião do JUC, 5 de setembro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴¹⁷ Ata de reunião do JUC, 3 de outubro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴¹⁸ Ata de reunião do JUC, 7 de novembro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴¹⁹ Ata de reunião do JUC. “Fim de 1981”. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴²⁰ Ata de reunião do JUC. “Fim de 1981”. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

No início do ano de 1982, o JUC debateu a possibilidade da realização de uma “Semana de Consciência” para dialogar com os jovens da comunidade a respeito dos trabalhos da organização de bairro. A proposta era fazer uma atividade em conjunto com a JUC-SOBE e com o grupo de mulheres.⁴²¹ Possivelmente, o evento não aconteceu.

Para estruturar os trabalhos do ano de 1982, o JUC iniciou uma série de mudanças. O grupo tornou as regras internas mais rigorosas, principalmente no que diz respeito ao critério de entrada no grupo. Os jovens achavam que para fazer parte do JUC o sujeito tinha que estar interessado em contribuir com a luta comunitária.⁴²² A coordenação do grupo foi dividida em apenas duas comissões: a) assistência social e b) assistência de organização. O grupo A era dirigido por Erenildes Lopes, Everaldo Santa Rita e Nilton; o grupo B era dirigido por Claudio Souza Santos, Edson Capnan, Everaldo Santos, Roberto Caetano e Gilvana.⁴²³

Em março de 1982, o JUC discutiu sobre a elaboração de uma pesquisa com os moradores para apurar como o desenvolvimento das obras de urbanização do bairro estava interferindo no cotidiano da comunidade.⁴²⁴ O grupo entrou em contato com a JUC-SOBE para apresentar a proposta de consulta aos moradores, porém, a Sociedade propôs fazer primeiro “uma semana de estudos”, o que foi, prontamente, aceito pelos membros do JUC.⁴²⁵ Parecia que, finalmente, o grupo estava acertando os passos no trabalho conjunto com a JUC-SOBE.

Porém, internamente, as discussões continuavam acirradas em torno da desmobilização do JUC. Em abril de 1982, Everaldo Santa Rita afirmou que o grupo precisava “tirar um sábado para [...] discutir os problemas” internos.⁴²⁶ Isso porque, em momentos decisivos, como as reuniões que foram marcadas para debater sobre a Sociedade de bairro, os partidos políticos, a construção do seminário sobre violência policial e “a discriminação do negro”, muitos integrantes do grupo não compareceram.⁴²⁷ Apesar do baixo quórum nas reuniões, as discussões aconteceram normalmente.

Nesse período, o JUC assistiu uma evasão significativa nos seus quadros, com a saída de Dinho de Oliveira, Edna, Everaldo Santos, Sidney, Nilton, Rose Mery e Silvana.⁴²⁸ O espectro de uma morte prematura rondava a Ala-Jovem da JUC-SOBE, “as atividades do

⁴²¹ Ata de reunião do JUC, 7 de janeiro de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴²² Idem.

⁴²³ Ata de reunião do JUC, 21 de janeiro de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴²⁴ Ata de reunião do JUC, 13 de março de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴²⁵ Ata de reunião do JUC, 27 de março de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴²⁶ Ata de reunião do JUC, 17 de abril de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴²⁷ Ata de reunião do JUC, 24 de abril de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴²⁸ Ata de reunião do JUC, 15 de maio de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

grupo [estão] morrendo, o dia das mães vai salvar a pátria, porque vamos começar a mostrar o grupo”, afirmou Jorge Roberto. Na tentativa desesperada de salvar o JUC, seus integrantes se reuniram para discutir sobre o tema. Na ocasião, Roberto Caetano afirmou que era preciso “fazer um trabalho de base para [ter] de volta os membros que [estavam] dispersos”. Jorge Roberto, por sua vez, acreditava que era importante “agir e deixar com que os membros [percebessem] e [tivessem] vontade de [retornar ao JUC]”. Ao final da reunião, o grupo concluiu o seguinte: “devemos batalhar e deixar os membros como eles querem, porque, o importante é a qualidade”.⁴²⁹

A inconstância da Ala-Jovem era evidente. As manifestações acirradas a respeito do uso da sede, entre os membros do JUC, após o ocorrido com Ney Pereira, era um termômetro da situação no interior do grupo. Este, estava sendo acusado por Manuel Conrado, Orlando Santa Rita e Antônio Sampaio, membros da JUC-SOBE, de ter levado uma moça para o espaço, ao que parece, sem o consentimento do grupo. Em sua defesa, Ney afirmou que não estava namorando na sede do JUC, porém, se contradisse quando destacou que “todos [estavam] usando a sede de modo errado”. Everaldo Santa Rita repudiou o comportamento de Ney e destacou que, de modo geral, os membros do grupo estavam “fazendo da sede uma zona”. Roberto Caetano perdeu as reservas e disse “que se ele e o Everaldo [Santa Rita saíssem], o grupo [acabaria]”, Nildinha retrucou dizendo “que o Roberto [estava] errado”.⁴³⁰

Na segunda metade do ano de 1982, Roberto Caetano iniciou o processo de afastamento do JUC, segundo o mesmo, por situações particulares.⁴³¹ Provavelmente, a dificuldade para criar um plano de ação no grupo também foi um dos motivos do seu distanciamento temporário. Em algumas reuniões, Roberto Caetano relatou, de forma nostálgica, que no antigo JUC não havia espaços para indisciplina, e que era preciso retomar essa dinâmica na Ala-Jovem da JUC-SOBE.

Em julho de 1982, Roberto Caetano sugeriu “que o grupo de jovens atuasse na reunião da Sociedade e nos trabalhos a fim de ganhar uma meta de trabalho mais forte, mais ativa, dentro do bairro e procurasse se reunir de 15 em 15 dias para avaliar os [...] trabalhos e sentir em [quais] pontos [... tinham avançado]”. Jorge Roberto não concordou com a ideia, ele acreditava “que o JUC [deveria] se fortalecer sozinho”. Claudio Souza Santos corroborou com Jorge Roberto, e avaliou que os encontros deveriam acontecer “todos os sábados para que o pessoal não [ficasse] disperso”. Everaldo Santa Rita, também, concluiu que o grupo não

⁴²⁹ Ata de reunião do JUC, 8 de maio de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴³⁰ Ata de reunião do JUC, 19 de junho de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴³¹ Ata de reunião do JUC, 11 de dezembro de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

deveria “se envolver com o trabalho [... da] Sociedade”, ele ainda afirmou que as atividades conjuntas criavam um “espírito de concorrência [entre o] JUC e [a] Sociedade”. Manuel Conrado, membro da Sociedade, não se pronunciou sobre o debate, mas sugeriu que o JUC se envolvesse “com o trabalho de saúde que [estava] sendo feito pela esposa de Nelson, Dona Jure. Seria [o] trabalho [...] mais louvável, de acordo com as obras que [estavam] sendo feitas”, afirmou. A proposta de Conrado foi aprovada pelos membros do JUC.⁴³²

No mês de agosto de 1982, o grupo iniciou o projeto do V Festival de Cultura e Artes do JUC (V FEJUC). A programação do evento contava com as seguintes atividades:

Teatro infantil; concurso de coroa [pessoas mais velhas] (dançar valsa); gincana (jovens); festival de desenhos; festival de músicas [autorais]; exposição de artes; concurso de penteados afro; apresentação de danças africanas; poesia; corrida rústica (feminina, masculina e veterana); concurso de samba; [e] peça teatral.⁴³³

Na reunião do dia 28 de agosto, o JUC recebeu Fernando Conceição e Manuel Conrado, para debater sobre o V Festival (apresentação do projeto) e sobre a Escola Aberta. Everaldo Santa Rita aproveitou a ocasião para reclamar o seguinte: “a Sociedade falou que [o] grupo de jovens [roubou] o título deles”. É possível que o título ao qual Everaldo se referisse foi o tema do V Festival (Ano da Conquista), que aparentemente era tema, também, do projeto de construção da Escola Aberta. Manuel Conrado, em resposta a Everaldo, afirmou que “antes da Sociedade começar o trabalho com a Escola Aberta, eles [foram] conversar com o grupo de jovens”.⁴³⁴

Fernando Conceição, atento ao debate, destacou o seguinte:

A gente é jovem e [...] filho de gente pobre, nós somos vítimas de vícios, a falta de área de lazer, a falta de escola. [...] E o grupo já tem 5 anos, então, [vimos] que para enfrentar a prefeitura [...] não [podíamos nos] apresentar com o nome do grupo de jovens. Por isso, [criamos] a sociedade de bairro, para trabalhar com a comunidade.⁴³⁵

Em seu relato, Fernando Conceição apresentou uma síntese sobre o histórico do antigo JUC e a transição para a JUC-SOBE e tentou sensibilizar os jovens sobre a importância do trabalho conjunto entre o JUC e a JUC-SOBE. Ele expôs, também, o que os uniam enquanto classe: “gente jovem, filho de gente pobre”; listou algumas das principais demandas da juventude do Calabar: “escola e lazer”; e orientou os membros da Ala-Jovem sobre a real força antagônica: “a prefeitura”.

⁴³² Ata de reunião do JUC, 3 de julho de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴³³ Ata de reunião do JUC, 11 de agosto de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴³⁴ Ata de reunião do JUC, 28 de agosto de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴³⁵ Idem.

A presença da Sociedade de bairro, naquela reunião, foi motivada por outra questão, o concurso de Miss Calabar. Conforme sinalizado por Elisete Zanlorenzi, os membros da JUC-SOBE reclamaram que o concurso de Miss reproduziria “a ideologia do sistema” capitalista.⁴³⁶ A Sociedade sugeriu que o concurso destacasse a identidade local.⁴³⁷ O JUC reclamou que a JUC-SOBE aparecia nas reuniões do grupo apenas para criticar seus trabalhos. Isso já tinha sido colocado por Roberto Caetano e Jorge Roberto na celeuma sobre o uso da sede pelo jovem Ney. Naquela ocasião, os jovens destacaram que a Sociedade não incentivava o trabalho deles e, ainda, queria “encobrir o grupo”.⁴³⁸ No debate sobre o concurso de Miss, a Sociedade ponderou “que todas as vezes que o trabalho [da JUC-SOBE] [fosse] afetado [pelo] grupo de jovens”, eles fariam a crítica porque o JUC era uma extensão da Sociedade na comunidade.⁴³⁹

Na avaliação do V FEJUC, Roberto Caetano relatou que houve muitas surpresas no festival, “[foi] membro do grupo saindo para participar da gincana, pessoal saindo da linha, [...] o pessoal que não trabalhou e vestiu a camisa. [...] Faltou amor, faltou união [e] participação”.⁴⁴⁰ Jorge Roberto criticou os novos integrantes do JUC por não ter participado das atividades. Claudio Santos retrucou, dizendo que ele não poderia criticar a participação dos novatos, pois, também, não colaborou com os trabalhos: “Jorge Roberto não fez nada pelo grupo, não participou, então não pode criticar”, afirmou. Everaldo Santa Rita concluiu que, apesar desses acontecimentos, o grupo cumpriu com as demandas do festival.⁴⁴¹

Após o V FEJUC, a Ala-Jovem iniciou os trabalhos em torno da inauguração da Escola Aberta. Durante os mutirões para a construção do prédio da Escola Aberta, o JUC esteve ausente. A ausência do JUC nos mutirões figurava entre dois fatores: a oposição à JUC-SOBE e o receio de ser sucumbido pelo crescimento da entidade de bairro. O que era, em si, contraditório, pois o grupo compreendia que o crescimento da JUC-SOBE representava o fortalecimento do movimento de bairro, no qual estava inserido.

Fazendo a autocrítica, Roberto Caetano destacou que “o problema de falta nos mutirões” deveria ser compensado, o grupo teria que se reunir para pensar uma estratégia de ação na inauguração da Escola Aberta.⁴⁴² No dia 23 de outubro de 1982, o JUC apresentou o encaminhamento das atividades que estavam sendo desenvolvidas a respeito da atuação na

⁴³⁶ZALORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 140.

⁴³⁷ Ata de reunião do JUC, 28 de agosto de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴³⁸ Ata de reunião do JUC, 19 de junho de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴³⁹ Ata de reunião do JUC, 28 de agosto de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁴⁰ Ata de reunião do JUC, 25 de setembro de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁴¹ Ata de reunião do JUC, 2 de outubro de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁴² Ata de reunião do JUC, 16 de outubro de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Escola Aberta. Iniciaram “a reunião cantando a música do Everaldo [Santa Rita]” que seria apresentada na inauguração. Em seguida, Everaldo Santa Rita, “falou que [os] membros do grupo [teriam] que trabalhar no mutirão da Escola Aberta”, e concluiu: “todos os dias tem trabalho [temos] que entrar nessa luta e trabalhar”.⁴⁴³

3.2 Escola Aberta do Calabar

A ideia de um projeto de escola comunitária surgiu a partir do diálogo de algumas moradoras do Calabar (mães e professoras) com a antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraíso, à época professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA), e uma equipe de estudantes (bolsistas) da mesma Faculdade (Ana Catarina, Neuza e Rita Maia). Observe abaixo um trecho do relato de Maria Hilda:

Nós procuramos a comunidade, eu e três bolsistas, e nós procuramos basicamente um contato com as mães [e professoras] do Calabar. Então, tivemos um contato com um grupo de senhoras [...]. E, a partir de toda uma discussão que foi sendo estabelecida sobre o que era a escola e sobre o projeto que nós tínhamos pensado [para] a escola, que seria uma Escola Aberta, no sentido de que não se restringiria apenas a uma sala de aula, mas se ampliaria para outras atividades, como horta comunitária, um trabalho também na área de artes e de produção de artesanato. [...]. A escola foi pensada como um fator de difusão [e] de cultura [...]. Uma escola que ultrapassasse nas suas atividades os limites da sala de aula e os conteúdos próprios de uma escola [...] de primeiro grau. Essa discussão durou muitos meses. Nós íamos geralmente à noite, que era quando essas senhoras estavam com o horário disponível, pois já tinham realizado suas atividades, fossem elas domésticas e até de trabalho [externo].⁴⁴⁴

Provavelmente, a maioria das mães e professoras que construíram juntamente com Maria Hilda e sua equipe de bolsistas o projeto da Escola Aberta faziam parte da base do movimento de bairro do Calabar e, no limite, algumas do grupo de mulheres da JUC-SOBE, devido à apropriação do projeto pela organização de bairro. Maria Hilda destacou que, naquele contexto, não percebeu qual era o tipo de vinculação daquelas senhoras com a JUC-SOBE, mas acredita que “eram pessoas que estavam engajadas em uma luta pela melhoria do Calabar, porque nem todas as mães apareceram [...]” nas reuniões.⁴⁴⁵ A antropóloga orientou esse grupo de mães e professoras do Calabar sobre a possibilidade de implantação do projeto educacional no bairro por meio do Ministério da Educação (MEC). Após envio do projeto ao

⁴⁴³ Ata de reunião do JUC, 23 de outubro de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁴⁴ Entrevista concedida por Maria Hilda Baqueiro Paraíso, em 2020. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. A entrevista foi realizada na Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas (FFCH/UFBA). Atualmente Maria Hilda é diretora da FFCH.

⁴⁴⁵ Entrevista concedida por Maria Hilda Baqueiro Paraíso, em 2020. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

MEC, “foram formados núcleos de estudos por área de atividades planejadas para a Escola Aberta”: setor pedagógico, artístico/bibliotecário, ecológico (horta comunitária) e financeiro.⁴⁴⁶ De acordo com Maria Hilda,

A partir de certo momento, a própria construção da escola, a própria elaboração da escola, se tornou um ponto de disputa política dentro da comunidade. Como esses ânimos ficaram um pouco [...] acirrados [...], devido à própria dificuldade de diálogo que nós tínhamos com o grupo que queria se apropriar politicamente do projeto da escola para fins eleitorais, nós optamos por doar o projeto e sairmos [...]. A situação em determinado momento ficou muito desagradável. Os conflitos internos se acentuaram. E nós não vimos mais condições de permanecer nessa empreitada, entrando em uma disputa política que não era nossa. Nossa proposta era [...] de caráter técnico, [...] pedagógico.

Observa-se até aqui, mediante a análise das fontes, a construção de um movimento de bairro com restrições à influência externa. As relações com estudiosos, personalidades e entidades políticas e sociais eram constituídas, quase sempre, em proveito próprio; quando a entidade de bairro conseguia o que era de seu interesse, criava um movimento de afastamento dos sujeitos externos. No período em que Maria Hilda se afastou do projeto da Escola Aberta do Calabar, o mesmo já havia sido aprovado pelo MEC, por isso, não houve a tentativa de reaproximação com a antropóloga. Não tivemos acesso a informações sobre o posicionamento daquelas mães e professoras a respeito da intervenção da direção da JUC-SOBE na execução do projeto. Provavelmente, elas também fizeram oposição à apropriação do projeto por algumas lideranças da entidade de bairro.⁴⁴⁷ As disputas em torno da Escola Aberta e os grupos dissidentes serão abordados mais à frente.

Após a aprovação do projeto, o MEC solicitou a documentação de posse do terreno onde seria construída a Escola Aberta.⁴⁴⁸ Conforme matéria do jornal *A Tarde* e relatos de ex-membros da JUC-SOBE concedidos a esta pesquisa, a área “pertencia a uma família de portugueses”,⁴⁴⁹ porém, estava abandonada há algum tempo, então, a JUC-SOBE e alguns moradores do bairro reivindicaram a posse do terreno junto à Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) para uso coletivo. Era uma área aberta de aproximadamente “2.200 metros quadrados”.⁴⁵⁰ Depois de muitos embates, a PMS concedeu o terreno para a construção da Escola Aberta e “indenizou a benfeitoria ao antigo posseiro”.⁴⁵¹ Conforme afirmou Rita de

⁴⁴⁶ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 239.

⁴⁴⁷ Maria Hilda relatou que não manteve relação com essas pessoas após o seu afastamento. Entrevista concedida por Maria Hilda Baqueiro Paraíso, em 2020. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁴⁸ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*.

⁴⁴⁹ Comunidade planta horta em mutirão. *A Tarde*, Salvador, 8 de setembro de 1982.

⁴⁵⁰ Comunidade planta horta em mutirão. *A Tarde*, Salvador, 8 de setembro de 1982.

⁴⁵¹ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 240.

Cássia, quase todos os equipamentos que existem atualmente no Calabar foram construídos nessa área: a Escola Aberta, o Posto de Saúde, a quadra de esportes e a Base Comunitária.⁴⁵²

Em junho de 1982 foi iniciada a construção da Escola Aberta.⁴⁵³ O recurso que a diretoria do projeto Escola Aberta tinha em mãos para construção e manutenção do espaço era o valor do projeto aprovado pelo MEC: Cr\$ 12 milhões (doze milhões de cruzeiros).⁴⁵⁴ Conforme Erenilde Lopes, se todo o dinheiro fosse empregado na construção não sobraria recurso para efetivar a implantação da escola comunitária. A entrevistada concluiu o seguinte: “Então, [...] a escola foi toda feita de mutirão. [...] A gente comprava o material e marcava todo domingo.”⁴⁵⁵ A campanha para a captação do voluntariado foi desenvolvida por meio de faixas, cartilhas, megafone, jornal comunitário e outros. A JUC-SOBE estendeu uma faixa entre dois troncos de uma árvore dentro do bairro com a seguinte mensagem: “Estamos construindo a nossa Escola. Participe dos mutirões aos domingos”.⁴⁵⁶

Os pais, mães e parentes das lideranças da JUC-SOBE representavam grande parte do quadro de voluntários(as) nos mutirões.⁴⁵⁷ Eles(as) atuaram conforme o próprio ofício: carpinteiro, cozinheira, pedreiro, pintor etc. Eis o relato de Rita de Cássia: “No meu caso, meu pai era pintor [...], painho participava com a pintura da escola. Minha mãe era na alimentação, a gente fazia pão, levava para o pessoal que estava trabalhando”⁴⁵⁸. Na equipe de voluntários também havia crianças, jovens e alguns estudantes da UFBA, os quais “estavam lá com marreta, com pá, com tudo”.⁴⁵⁹

Além do voluntariado, a JUC-SOBE trabalhou com uma equipe técnica, foram contratados “dois pedreiros, dois serventes e um ferreiro”.⁴⁶⁰ Entre os profissionais técnicos

⁴⁵² Entrevista concedida por Rita de Cássia, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁵³ Calabar comemora a instalação de escola. *A Tarde*, Salvador, 1º novembro de 1982.

⁴⁵⁴ *A Tarde*, Salvador, 23 de janeiro de 1983.

⁴⁵⁵ Entrevista concedida por Erenilde de Jesus Lopes, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁵⁶ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 100.

⁴⁵⁷ Entrevista concedida por Joseleda, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁵⁸ Entrevista concedida por Rita de Cássia, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁵⁹ Entrevista concedida por Joseleda, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. No livro *Cala a boca Calabar*, Fernando Conceição utilizou algumas imagens para descrever o processo de construção da Escola Aberta. Numa delas, ele escreveu a seguinte legenda: “Neuzinha com a pá, Paulinho com o carro, Eduardo por trás sem camisa, e Rony, à direita, de cabelos compridos: estudantes suando para levantar o prédio”. CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 113. A imagem evidencia a participação de estudantes da UFBA no processo de construção da Escola Aberta. Não se sabe se a Neuzinha citada por Fernando Conceição é a Neuza descrita por Maria Hilda em entrevista concedida a esta pesquisa. Caso seja a mesma pessoa, há uma possibilidade de a bolsista do grupo de pesquisa de Maria Hilda ter continuado no Calabar após o afastamento de sua orientadora.

⁴⁶⁰ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 240.

havia um pedreiro chamado Luiz que direcionava os trabalhos dos voluntários: “não pode isso, não pode aquilo, medidas etc”.⁴⁶¹

A construção da escola seguiu as demandas dos moradores: “se fosse bater a laje domingo, sexta-feira ou sábado de manhã, aqueles que podiam armavam, e quando chegava domingo o couro comia”, afirmou Erenilde Lopes.⁴⁶² Desta forma, a construção aconteceu por etapas. Inicialmente, foram construídas “a diretoria, a secretaria, a biblioteca e três salas”, depois “foi agregando mais salas” e a cozinha.⁴⁶³ O período de construção da escola teve uma duração de aproximadamente três meses.

No dia 31 de outubro de 1982 a Escola Aberta do Calabar foi inaugurada. “A festa começou às 10 horas com a apresentação do grupo afro do Calabar, em passeata dançante pelas ruas do bairro, sob forte chuva, em direção à sede da Escola Aberta.”⁴⁶⁴ O dia foi regido por diferentes apresentações artísticas. As atividades comemorativas se encerrariam, conforme a programação, às 18 horas, com a celebração de “uma missa em ação de graças pelo padre Rubens Andrade, pároco da comunidade”.⁴⁶⁵ Durante as comemorações, o presidente da JUC-SOBE, Antônio Sampaio, teceu agradecimentos aos moradores, e, em seguida, apresentou a proposta da Escola Aberta:

“Vamos tentar conscientizar os jovens da comunidade sobre a importância da nossa luta contra o sistema, onde devemos refletir que, mesmo com fome, devemos aguentar a situação, para tentar transformar a sociedade”, acrescentando que os jovens de hoje precisam se organizar para, “amanhã, virem a ser pais de famílias conscientes”.⁴⁶⁶

A Escola Aberta era, evidentemente, um espaço “diferente do tradicional e oficial”.⁴⁶⁷ O quadro de professores e técnicos era formado, em sua maioria, por moradores do bairro. Não havia fardamento escolar.⁴⁶⁸ Eram ofertados cursos de formação para jovens e adultos: alfabetização e profissionalizantes. No currículo escolar havia aula de capoeira, dança afro,⁴⁶⁹ teatro, desenho artístico, artesanato, basquetebol, futebol, atletismo e horticultura.⁴⁷⁰ Por meio do curso de horticultura, os estudantes aprendiam a cultivar a horta comunitária, que ficava no terreno da escola, de onde tiravam o alimento para a merenda escolar e para a venda, em

⁴⁶¹ Entrevista concedida por Joseleda, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁶² Entrevista concedida por Erenilde de Jesus Lopes, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁶³ Idem.

⁴⁶⁴ Calabar comemora a instalação de escola. *A Tarde*, Salvador, 1º de novembro de 1982.

⁴⁶⁵ Calabar inaugura sua escola amanhã. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 30 de outubro de 1982.

⁴⁶⁶ Calabar comemora a instalação de escola. Salvador, *A Tarde*, 1º de novembro de 1982.

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ Ibid.

⁴⁶⁹ Entrevista concedida por Rita de Cássia, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁷⁰ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*.

valores reduzidos, aos moradores.⁴⁷¹ Havia, portanto, a prática de “uma educação que emanasse dos próprios valores socioculturais do bairro”.⁴⁷²

Mesmo que destoando da escola tradicional, na medida em que apresentava uma “preocupação com o desenvolvimento do pensamento crítico, no curso de 1º grau [era] cumprido o currículo mínimo estabelecido pelo MEC”.⁴⁷³ A proposta pedagógica da Escola Aberta do Calabar se fundamentava nos estudos de dois importantes educadores que fizeram oposição ao regime militar: os métodos psicogenéticos de Lauro Oliveira Lima, seguidor de Piaget, e a pedagogia da libertação de Paulo Freire.⁴⁷⁴ A influência desses pensadores na Escola Aberta foi reafirmada por Edmundo Santa Rita e Manuel Conrado em entrevistas concedidas a esta pesquisa. Segundo o depoimento do primeiro,

naquele momento, estava em plena discussão, no Brasil, o projeto pedagógico do professor Paulo Freire: a pedagogia do oprimido e a educação libertária. E a gente passou a associar nossa realidade [...] com os princípios de educação do Paulo Freire. [...]. Passamos a discutir a formação de uma escola que fosse diferente das escolas que a gente estudou, [...] das escolas que as crianças da comunidade participavam. [...]. Uma escola diferente, que pudesse, efetivamente, colaborar com os agentes, com formação de pessoas, com possibilidades de ser agentes políticos de transformação daquela realidade, não só do Calabar, mas a realidade como um todo. [...]

Então, a Escola Aberta nasce a partir desse entendimento de uma escola que pudesse formar agentes de transformação, conscientes, políticos, transformadores de uma realidade que não daria para transformar com as informações que pairavam nas escolas convencionais, no modelo tradicional de educação. A gente entendeu que as crianças do Calabar, os jovens e os adultos teriam que ter uma formação diferenciada [...]. Diferente da educação e da formação burguesa para proletários, para agentes filhos de operários.⁴⁷⁵

Optou-se por não tratar dos pormenores do debate sobre o planejamento pedagógico da Escola Aberta, pois este é um esforço para outra pesquisa. É preciso voltar os olhares ao argumento de Edmundo Santa Rita. A partir de uma retórica alinhada às suas experiências, com a leitura revisada do contexto da ditadura militar, o entrevistado teceu uma conexão entre a pedagogia da libertação de Paulo Freire e a linha de atuação do movimento de bairro do Calabar, apresentando o sujeito como elemento de transformação da sua própria realidade. Em outro momento da entrevista, Edmundo Santa Rita destacou ainda a influência das experiências de Vera Lazaroto na educação popular do bairro dos Alagados. O nome de Vera Lazzarotto foi citado em outros relatos de ex-membros da JUC-SOBE e em matérias de

⁴⁷¹ *A Tarde*, Salvador, 23 de janeiro de 1983.

⁴⁷² ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 179.

⁴⁷³ *A Tarde*, Salvador, 23 de janeiro de 1983.

⁴⁷⁴ *A Tarde*, Salvador, 14 de julho de 1982.

⁴⁷⁵ Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

jornais da época.⁴⁷⁶ Possivelmente, com o afastamento de Maria Hilda e sua equipe de bolsistas, a JUC-SOBE iniciou um diálogo com a professora Vera Lazzarotto para executar o projeto da Escola Aberta.⁴⁷⁷

Após a inauguração, em outubro de 1982, a escola funcionou de forma experimental até o final do ano letivo. Em 1983, a Escola Aberta do Calabar atendia a “aproximadamente 240 crianças no curso de 1º grau nível I (da 1º a 4º série)”, no modelo regular de educação.⁴⁷⁸ Inicialmente, houve rejeição de alguns moradores ao modelo de educação que era empregado, principalmente porque os professores eram do próprio bairro (muitos não tinham formação em pedagogia ou licenciatura) e “a escola não adotava fardamento para os alunos”.⁴⁷⁹ Todavia, a construção da Escola Aberta representava uma conquista significativa para o bairro. Por outro lado, retomaria uma discussão, interna, que não animava muito à Ala-Jovem: o desmanche da sede do antigo JUC.

A discussão a respeito do desmanche da sede foi iniciado em 1981. Numa reunião do JUC ocorrida no dia 27 de fevereiro, os membros do grupo avaliaram a proposta de demolição da sede e construção de um prédio em outro local. O prédio teria uma estrutura maior, contando com quatro salas, uma das quais seria do JUC.⁴⁸⁰ No mês de junho daquele ano, Everaldo Santa Rita destacou que, a partir do surgimento da JUC-SOBE, “o JUC deixou de existir”, o grupo passou a disputar espaço com a entidade de bairro, “os membros do grupo não estavam com direito à sede, porque a Sociedade achava-se dona” do local.⁴⁸¹ Esse debate seria retomado durante a construção da Escola Aberta, quando houve a discussão a respeito da transferência da JUC-SOBE para o prédio da escola, onde o JUC ocuparia uma das salas. Observa-se que havia um constante esforço por parte da Sociedade de bairro para fazer o desmanche da antiga sede do JUC (prédio construído, em 1979, com material de madeira), de modo a usar a área para outro projeto.

Por outro lado, a reivindicação do JUC sobre a sede era, evidentemente, uma demarcação de espaço na luta comunitária. Os jovens que não entraram na Associação de Moradores, em 1980, por conta da idade, não tinham superado a criação da Ala-Jovem. Eles,

⁴⁷⁶ Calabar comemora a instalação de escola. *Salvador, A Tarde*, 1º de novembro de 1982.

⁴⁷⁷ Maria Hilda destacou, em entrevista, que não chegou a ter contato com Vera Lazzarotto: “Todo início fomos apenas nós quatro, eu e três alunas. Eu não sei se, com a minha retirada, a professora Vera participou [...], se ela foi convidada, se ela chegou [...]”. Entrevista concedida por Maria Hilda Baqueiro Paraíso, em 2020. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁷⁸ Calabar vai avaliar a atuação da escola. *A Tarde*, Salvador, 23 de janeiro de 1983.

⁴⁷⁹ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*, p. 242.

⁴⁸⁰ Ata de reunião do JUC, 27 de fevereiro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁸¹ A Associação do Calabar em maio de 1981 tinha quase 97 pessoas associadas. *Jornal da Bahia*. Salvador, 5 de maio de 1981.

que haviam ajudado a construir o movimento, foram deixados de lado, e se viram obrigados a cuidar das atividades juvenis. Quando o projeto da Escola Aberta foi aprovado, em 1982, o JUC começou a temer sua extinção. Em várias reuniões ocorridas em 1982, o principal tema era a construção da Escola Aberta e as consequências desta dentro do grupo. Em uma delas, Jorge Roberto destacou o seguinte: “O grupo vai ter pouco espaço na Escola Aberta, porque a sociedade ficou visando o grupo. [...] O grupo não vai ser liberal, vai ter que seguir as regras da sociedade. Vai ser um grupo oprimido”.⁴⁸²

A disputa enveredou também para o lado da concorrência aos cargos dentro da Escola Aberta. Conforme afirmou Roberto Caetano, ex-membro do JUC, após a construção da Escola Aberta do Calabar o movimento de bairro se dividiu, “os coordenadores começaram a empregar uma série de parentes. Eles começaram a dar prioridade a algumas pessoas, isso rachou o grupo”.⁴⁸³ Corroborando com a linha de pensamento de Roberto Caetano, Edmundo Santa Rita, ex-membro da JUC-SOBE, relatou que os processos de decisões nos quais “existiam princípios democráticos mais concretos” deixaram de existir e passaram “a ser mais voltados para uma hierarquia de direção, de presidência”, resultando nas disputas por cargos “dentro da Escola Aberta, [e] na estrutura [...] da Associação de Moradores”.⁴⁸⁴

Em 1984, o JUC escreveu uma carta aos moradores do Calabar reportando a centralização das decisões sob a Escola Aberta. Observe um trecho da carta:

Lembramos [...] que, as pessoas que participam do grupo de jovens, assim como Hildete e Roberto Caetano, pessoas capacitadas e que já trabalharam [na Escola Aberta], hoje não podem fazer parte do quadro de trabalhadores [...], graças à coordenação da mesma, que não aceita o [JUC] como uma entidade [representativa].⁴⁸⁵

O JUC reclamava o direito de ter membros do grupo nos quadros da Escola Aberta, em respeito ao estatuto da entidade de bairro, que definia o JUC como Ala-Jovem da JUC-SOBE.⁴⁸⁶ Neste contexto, o grupo começou uma aliança com membros dissidentes da entidade que demonstravam dissabores com a postura da coordenação da Escola Aberta.

A respeito das disputas por cargos, o presidente da JUC-SOBE enfrentou oposição dentro da própria diretoria da entidade. Ao que tudo indica, quando a Escola Aberta foi criada ficou decidido que a responsabilidade pela admissão de funcionários seria da diretoria da

⁴⁸² Ata de reunião do JUC, 12 de julho de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁸³ Idem.

⁴⁸⁴ Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁸⁵ Carta aos moradores. JUC. 1984. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁸⁶ Idem.

organização.⁴⁸⁷ Porém, logo em seguida foi criada uma coordenação para gerir as atividades da Escola Aberta. Ao que parece, essa coordenação passou a responder pela contratação e demissão de funcionários, o que fez com que alguns dirigentes da JUC-SOBE reclamassem sobre a postura dos coordenadores da Escola Aberta e do presidente da entidade do bairro. Em um comunicado escrito pelos dirigentes da Sociedade, eles relataram o seguinte:

Na Escola Aberta, os animadores culturais: Sena, Berenice, Carlos Lima, Nildinha, Adecilda, Edvaldo, D. Nilza, Lacerda, Edilma, nunca pensaram em colocar ninguém para fora da escola, contrariamente, a coordenação já colocou (seis) pessoas [...]. Não vamos permitir que essa coordenação continue confundindo os moradores, dizendo ser os únicos capazes a desenvolver as atividades da escola. [...] A responsabilidade maior da escola é de competência legal da diretoria da JUC-SOBE e não da coordenação, cabe à diretoria fazer as modificações necessárias para o funcionamento normal da mesma, pois ela é a única que responde às exigências oficiais do projeto.⁴⁸⁸

Em outro comunicado, os dirigentes da JUC-SOBE reclamaram da centralidade dos coordenadores da Escola Aberta (Manuel Conrado, Fernando Conceição e Tereza Cristina) nas decisões da instituição e o “abuso de poder” do presidente da entidade, Antônio Sampaio (Tonico). E, ainda, concluíram o seguinte: “No Calabar, [residem] mais de 3 mil famílias, [que] estão totalmente alheias dos problemas existentes na entidade que representa os moradores e na Escola Aberta”.⁴⁸⁹ Dessa maneira, os reclamantes tentavam sensibilizar os moradores sobre a importância de uma diretoria mais atuante nas bases do movimento de bairro.⁴⁹⁰

O que ficou evidente nesta celeuma é que havia um grupo hegemônico no movimento de bairro do Calabar, que envolvia a direção da JUC-SOBE e a direção da Escola Aberta, sendo eles Antônio Sampaio, Tereza Cristina, Fernando Conceição e Manuel Conrado. É importante somar a esta lista, tendo como base a análise de outros documentos, o nome de Jorge Santa Rita. Eram esses os sujeitos que possuíam maior poder de decisão dentro da organização. A centralização de poder nesse grupo se expressava, principalmente, nas eleições para escolha de uma nova diretoria a cada dois anos. Conforme depoimento de Elisete Zanlorenzi, em 1982, “a liderança natural” (grupo hegemônico) decidiu “compor uma chapa única para os cargos de diretoria”.⁴⁹¹ De acordo com o relato de Zanlorenzi:

⁴⁸⁷ A diretoria era composta por “Presidente e Vice-Presidente; 1º secretário/a, 2º secretário/a e 3º secretário/a; 1º tesoureiro/a e 2º tesoureiro/a”. Estatuto de Fundação da JUC-SOBE. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁸⁸ Comunicado. “Aos moradores”, s/d. JUC-SOBE. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁸⁹ Comunicado. “Por uma diretoria atuante”, s/d. JUC-SOBE. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁹⁰ Idem.

⁴⁹¹ ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 146.

Presenciando, em 1982, o processo de eleição da diretoria, pude observar o seguinte: encabeçado por dois de seus principais líderes, o grupo articulou alguns nomes para compor a chapa sucessora. Tudo foi organizado no dia anterior à eleição, sem consulta às bases e sem campanha alguma dos candidatos.⁴⁹²

Conforme afirmou a autora, as lideranças revezavam os cargos entre si a cada eleição. A diretoria empossada em 1984 foi composta por Manuel Conrado (presidente), Davi Fonseca (vice-presidente), Teresa Cristina Lima (1ª Secretária), Ana Cristina Conceição (2ª Secretária), Jerônimo dos Santos (3º Secretário), Jorge Santa Rita (1º Tesoureiro), Nalva Santos (2ª Tesoureira).⁴⁹³ Como pode ser visto, entre as cinco lideranças do grupo hegemônico, três compunham o quadro de direção da JUC-SOBE em 1984. Provavelmente, as outras duas estavam na direção da Escola Aberta.

A política partidária demarcou outro espaço de disputa dentro do movimento de bairro do Calabar. No comunicado citado acima, os dirigentes reclamavam da “política partidária que [vinha] sendo feita dentro da Escola Aberta pela coordenação” justificando que os coordenadores tentaram “transformar a mesma em um comitê político eleitoreiro”.⁴⁹⁴ Realmente, após as eleições municipais de Salvador em 1982, quando a JUC-SOBE lançou o seu próprio candidato, as legendas político-partidárias entraram no bairro com mais liberdade. O apoio a políticos e/ou a legendas partidárias tornou-se uma prática das diferentes lideranças do bairro.

3.3 Eleições Municipais de 1982

Nas eleições municipais de 1982, a JUC-SOBE tentou ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Salvador. Acreditava-se que era importante “eleger um vereador que pudesse representar de forma mais efetiva os [...] anseios” dos moradores, no centro do poder municipal.⁴⁹⁵ Apostando em uma candidatura pelo movimento de bairro do Calabar, a JUC-SOBE consultou alguns moradores sobre a indicação de um nome da comunidade para concorrer ao cargo de vereador.⁴⁹⁶ Conforme relatos da maioria dos entrevistados nesta pesquisa, Fernando Conceição figurava entre os principais nomes para representar o Calabar

⁴⁹² Idem.

⁴⁹³ *A Tarde*, Salvador, 26 de março de 1984. Não tivemos acesso à fonte com os nomes que compunham a diretoria de 1982.

⁴⁹⁴ Comunicado. “Aos moradores”, s/d. JUC-SOBE. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁹⁵ Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁹⁶ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*. Além de entrevista concedida por Manuel Conrado Ribeiro Filho, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

naquele pleito.

Na reunião do JUC de 28 de novembro de 1981, Fernando Conceição e Tereza Cristina (membros da JUC-SOBE) levaram ao grupo de jovens a proposta de uma candidatura pelo movimento de bairro. Conforme escrito em ata, Tereza Cristina comentou sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) e citou Fernando Conceição como possível candidato. Fernando Conceição, por sua vez, destacou as atividades que vinham sendo desenvolvidas até então pela Associação de Moradores, como as passeatas de 1981. Roberto Caetano (membro do JUC) perguntou como o grupo poderia ajudar na candidatura. As lideranças da JUC-SOBE, de pronto, responderam: “conscientizando os moradores”,⁴⁹⁷ pois o movimento de bairro “teria um espaço de atuação dentro do poder municipal”.⁴⁹⁸ Por fim, conforme registrado em ata, “Claudio [Souza Santos, membro do JUC, disse] que nunca foi com a cara de Fernando [Conceição], mas, analisando bem, [ele era] um bom candidato”.⁴⁹⁹

Filiado ao PT desde novembro de 1981, Fernando Conceição saiu como candidato a vereador em 1982. No livro *Cala a boca Calabar*, Fernando Conceição relatou que, após muitas investidas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do próprio PT, os membros da Associação de Moradores fizeram algumas reuniões para discutir sobre a escolha do partido político para lançamento de sua candidatura, decidindo-se, portanto, pelo PT.⁵⁰⁰ Em entrevista concedida a esta pesquisa, Roberto Caetano afirmou que, “dos partidos políticos que existiam na época, o Partido dos Trabalhadores, que estava sendo fundado, [era] o que mais se identificava com nossa linha de [pensamento] político”.⁵⁰¹ Entretanto, parte dos associados preferiu não se filiar ao PT, possivelmente por terem outra opção partidária.

Edmundo Santa Rita relatou, em entrevista concedida a esta pesquisa, que, na eleição de 1982, a Associação de Moradores passou por um processo de disputa entre os partidos de esquerda: “um grupo significativo dos moradores filiou-se ao Partido dos Trabalhadores”,⁵⁰² mas houve a adesão a outros partidos, provavelmente ao PMDB e ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil).⁵⁰³ Conforme o entrevistado, verificou-se a instalação de diferentes comitês políticos dentro do Calabar, uma vez que os partidos percebiam “que ali existia uma comunidade mobilizada”, ou seja, um movimento de bairro capaz de captar votos.⁵⁰⁴

⁴⁹⁷ Ata de reunião do JUC, dia 28 de novembro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁴⁹⁸ ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 145.

⁴⁹⁹ Ata de reunião do JUC, dia 28 de novembro de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁰⁰ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*.

⁵⁰¹ Entrevista concedida por Roberto Caetano dos Santos, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁰² Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁰³ Entrevista concedida por Manuel Conrado Ribeiro Filho, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁰⁴ Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

A candidatura de Fernando Conceição foi apoiada por grande parte dos membros da JUC-SOBE. Acreditava-se, inclusive, que ele tinha visíveis chances de vitória nas eleições.⁵⁰⁵ Apesar de alguns desafetos, conquistados em sua trajetória no movimento popular, Fernando Conceição era uma importante liderança do Calabar, evidentemente a figura mais conhecida do bairro na cidade de Salvador. Ao lado de Pe. Confa e mais cinco ou seis membros da JUC-SOBE (Antônio Sampaio, Edmundo Santa Rita, Jorge Santa Rita, Manuel Conrado, Orlando Santa Rita e Tereza Cristina), Fernando Conceição tinha participado de diferentes lutas populares na cidade (manifestações e ocupações) lideradas por outras organizações políticas e sociais.⁵⁰⁶ Por isso, havia a esperança de que ele conseguisse captar votos tanto no Calabar quanto nos diversos bairros parceiros.

A JUC-SOBE investiu vigorosamente na campanha de Fernando Conceição, tanto com o uso de recursos financeiros da própria entidade como com o trabalho voluntário dos associados. Conforme Erenildes Lopes, o recurso utilizado na campanha eleitoral vinha de projetos (como a padaria comunitária) e das doações que eram feitas por moradores e organizações sociais. A entrevistada afirmou que todos os recursos foram utilizados com o consentimento dos sócios da JUC-SOBE.⁵⁰⁷

Roberto Caetano destacou em entrevista que o JUC e a JUC-SOBE “tiveram um trabalho [imenso para] associar grande parte dos moradores do Calabar ao PT. Se você hoje fizer uma pesquisa, a [...] maioria dos moradores idosos do Calabar são filiados ao PT”.⁵⁰⁸ O relato de Roberto Caetano é endossado por outros ex-membros do JUC.

Apesar dos esforços despendidos, a JUC-SOBE não conseguiu conquistar uma cadeira na Câmara Municipal de Salvador. Para Edmundo Santa Rita, em entrevista a esta pesquisa, “não se elegeria um vereador apenas com o trabalho de um bairro, de uma comunidade”.⁵⁰⁹ Fernando Conceição obteve 1070 votos, sendo o segundo candidato a vereador do PT mais votado em Salvador.⁵¹⁰ Não tivemos acesso à votação por seção, por isso, não temos dados sobre o número de votos no bairro do Calabar. Se levarmos em consideração o resultado geral das eleições municipais, podemos concluir que ele conseguiu um número significativo de

⁵⁰⁵ ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*.

⁵⁰⁶ Foi realizado um levantamento das notícias sobre o Calabar no período estudado e esse grupo citado apareceu em diferentes manifestações públicas, como a manifestação da FABS de junho de 1981 e as manifestações de agosto de 1981 (o Quebra-Quebra, por causa das tarifas de ônibus de Salvador). O protagonismo de Fernando Conceição foi reafirmado pela maioria dos ex-membros do JUC entrevistados nesta pesquisa.

⁵⁰⁷ Entrevista concedida por Erenildes de Jesus Lopes, em 2018. A entrevista foi realizada no espaço de trabalho da entrevistada. Conselho Tutelar. Federação, Salvador (BA). Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁰⁸ Entrevista concedida por Roberto Caetano dos Santos, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁰⁹ Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, em 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵¹⁰ Valdísio Luiz C. Fernandes (PT) obteve 1149 votos.

votos. O candidato eleito com menor votação, Manoel Pinto dos Reis, obteve 2961 votos e o suplente, Edvaldo José Chaves, 2353 votos, ambos do Partido Democrático Social (PDS).⁵¹¹

Possivelmente, a candidatura de Waldemar Almeida de Oliveira (Vavá), importante liderança da FABS, retirou votos de Fernando Conceição naquele pleito. Vavá foi eleito pelo PMDB com 6392 votos, sendo o sexto candidato mais bem votado nas eleições municipais de Salvador em 1982. Além disso, o PT, um partido pouco conhecido na Bahia à época, não conseguiu eleger nenhum candidato na capital baiana.⁵¹² Pesou sob a derrota de Fernando Conceição também a escassez de recurso financeiro para a campanha política por meio da imprensa comercial, e provavelmente, os desfetos que o candidato tinha feito ao longo de sua trajetória dentro do bairro e no movimento popular da cidade.⁵¹³

Fernando Conceição não foi eleito no pleito de 1982, mas, a partir dali, liderou com Tereza Cristina, Manuel Conrado, Antônio Sampaio e Jorge Santa Rita um movimento de construção de uma base política dentro do bairro, dialogando com diferentes legendas partidárias e personalidades políticas. Naquele contexto, um grupo dissidente da JUC-SOBE, que se autodenominava “comissão de moradores que sempre trabalharam em favor da comunidade”, escreveu uma carta aos moradores do Calabar com o título “Calabar está dividido”. A carta trazia, como pano de fundo, os embates político-partidários e a negligência do grupo hegemônico da direção da JUC-SOBE (o presidente da entidade e os coordenadores da Escola Aberta) na construção de um movimento de base com o PT. Segue abaixo um trecho do documento:

[...] Um Calabar dividido, onde nem os moradores estão sabendo o que significa o PT – Partido dos Trabalhadores, porque as pessoas não fazem nenhum trabalho em cima disto, pois só querem mesmo é aparecer diante das câmeras de TV e nos jornais, desviando o real estado da comunidade, uma vez que o objetivo destas pessoas é conseguir boas promoções futuramente. [...] Querem fazer ver que o Calabar é uma comunidade de base, [...] onde prevalece [ideais] comunitário, o que não é verdade.⁵¹⁴

⁵¹¹ Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Informativo Eleitoral. Eleição Municipal de Salvador, 15 de novembro de 1982.

⁵¹² Idem.

⁵¹³ Como foi dito no capítulo anterior, em 1982, Fernando Conceição liderou um movimento de dissidência com a FABS, após ter perdido as eleições para ocupar o cargo de presidente da organização, ocorridas no mês de maio do mesmo ano. Os confrontos que se desenharam entre a FABS e a JUC-SOBE refletiram, no limite, conflitos internos do movimento de bairro do Calabar. A partir de 1983, essas disputas ganharam o seguinte contorno: de um lado estava o JUC (Ala jovem da JUC-SOBE), a FABS, o Grupo de Jovens Amantes da Perseverança (GRUJAP), a Sociedade São Salvador (Alto das Pombas) e o Pe. Rubens Andrade. Do outro, alguns membros da diretoria da JUC-SOBE e da coordenação da Escola Aberta, o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) e o Pe. Confa. Cf. Carta “aos moradores do Alto das Pombas e do Calabar”. Por: GRUJAP, Sociedade São Salvador (Alto das Pombas) e JUC (Ala jovem da JUC-SOBE), s/d. Acervo do Alto das Pombas. CAPMPO/CEAS; Relatório do III Encontro Nacional de Favelados, por Pe. Gianfranco Confalonieri (Confa). Calabar, Salvador-BA. 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵¹⁴ Carta aos moradores. “Calabar está dividido”, s/d. JUC-SOBE. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Apesar de ter feito um forte trabalho de base com o PT no período de campanha eleitoral em 1982, após as eleições a JUC-SOBE promoveu um movimento de abertura dos espaços da organização, como a Escola Aberta, para diferentes legendas partidárias. Reuniu, inclusive, num mesmo evento, dirigentes e políticos do PT e do PMDB, este último com um maior número de representantes. Na “Semana de Estudos do Calabar”, em 1982, evento organizado pela entidade de bairro, foram discutidos os seguintes temas: “A questão da Constituinte, o custo de vida e a dívida [externa] do Brasil, a participação popular depois das eleições e o problema da cultura e da educação popular no Brasil [...]”.⁵¹⁵ Estiveram presentes no evento diversas personalidades, a exemplo do sociólogo Joviniano Neto, dos deputados federais Domingos Leonelli e Haroldo Lima (PMDB), da deputada estadual Abigail Feitosa (PMDB), do economista José Sérgio Gabrielli, do presidente do PT na Bahia, Edival Passos,⁵¹⁶ e do seu vice, Jorge Almeida, além dos vereadores Lídice da Mata e Waldemar Pereira (PMDB), ex-presidente da FABS.⁵¹⁷ Marcaram presença, também, representantes do Sindicato dos Médicos da Bahia, Instituto de Economistas, Ordem dos Advogados do Brasil e Centro de Educação e Cultura Popular.⁵¹⁸ Em suma, um evento marcadamente político-partidário.

A JUC-SOBE dialogou com diferentes personalidades e organizações políticas e sociais da cidade, muitas vezes em relações contraditórias. Em 1983, na “Semana de Estudos do Calabar”, a organização de bairro começou a estreitar suas relações com “o professor Edvaldo Brito, coordenador do Congresso Mundial dos Orixás”,⁵¹⁹ e, dois anos depois, apoiou sua candidatura à PMS pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Entre outros motivos, isso renderia, posteriormente, a expulsão das principais lideranças da entidade de bairro do PT por traição partidária.⁵²⁰ A JUC-SOBE justificou o apoio a Edvaldo Brito, um candidato aliado a Antônio Carlos Magalhães (ACM), pela via identitária, como podemos ver abaixo no relato de Manuel Conrado:

Quando a gente começou a se fortalecer dentro do PT, nós nos identificamos com a luta do negro, com a causa negra, defender os ideais também dos afrodescendentes

⁵¹⁵ Calabar organiza Semana de Debates. *A Tarde*, Salvador, 11 de dezembro de 1982.

⁵¹⁶ *Idem*.

⁵¹⁷ CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*.

⁵¹⁸ Calabar organiza Semana de Debates. *A Tarde*, Salvador, 11 de dezembro de 1982.

⁵¹⁹ Debate no Calabar sobre conflitos. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 10 de dezembro de 1983.

⁵²⁰ Os motivos para a expulsão do grupo hegemônico da direção da JUC-SOBE do PT ultrapassam esses limites, mas foi a partir daí que as relações com o partido ficaram mais abaladas.

dentro do partido. E quando nós começamos a militar e a buscar a participação da gente como afrodescendentes, como moradores do gueto e favelados dentro do partido, gerou um certo incômodo. [...] Nosso ideal [era] buscar [a] inserção dos grupos minoritários dentro do partido. E, como negros, nós estávamos buscando espaço dentro do partido. Queríamos eleger um candidato negro e apostamos no Edvaldo Brito.

A justificativa não se fundamenta por diferentes motivos. Primeiro, porque o PT estava mais próximo da base do movimento negro de Salvador do que a cúpula de ACM. Na década de 1980, o PT baiano tinha em seus quadros importantes lideranças vinculadas ao Movimento Negro Unificado (MNU). Apesar das diferentes interpretações sobre a relação do PT com o MNU, acerca das quais não serão discutidas nesta pesquisa, é importante observar que havia o diálogo entre a esquerda brasileira e o movimento negro. O debate sobre o racismo estrutural estava cada vez mais presente nas pautas desses partidos. Naquele período, o MNU já era reconhecido por sua política de combate ao racismo estrutural.⁵²¹

Portanto, o apoio a um candidato como Edvaldo Brito por parte da JUC-SOBE reforçava o argumento do grupo dissidente de que a coordenação da entidade fazia uma manobra unilateral nas suas decisões políticas, muitas vezes sem consultar a base do movimento de bairro. Percebe-se que os interesses particulares, as tentativas de centralização do poder, as disputas por cargos dentro da Escola Aberta do Calabar e a forte inserção de legendas político-partidárias na Associação de Moradores algumas das quais de certa forma dividiam as opiniões dentro da JUC-SOBE influenciaram diretamente no processo de cisão interna do movimento de bairro do Calabar na década de 1980, questão que será retomada mais à frente.

3.4 Um espaço dentro do movimento de bairro do Calabar

O JUC estava decidido a ocupar um espaço dentro do movimento de bairro do Calabar. Conforme foi registrado em ata,

O grupo [deveria] mudar, [...] cair mais pelo lado jovem, conhecer lugares ao invés de ficar restrito ao Calabar. Convidar professores para fazer palestras para nós mesmos do grupo de jovens. O grupo vai crescer dessa forma. Então, nós temos que nos preocupar com nós mesmos, jovens do grupo. [...] fazer um jornalzinho interativo, passando as informações para a comunidade, [das coisas] que o grupo está fazendo. [...] fazer um encontro com os jovens. [...] fazer um grupo de teatro

⁵²¹ FIGUEIRÊDO, Andersen Kubnhavn. *Ativismo negro em Salvador no período da Ditadura Militar (1970-1980)*. Dissertação. História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) – Cachoeira, 2016.

para levar para as outras comunidades, etc.⁵²²

As iniciativas eram muito similares ao que o antigo JUC desenvolveu no final da década de 1970 – apresentar os trabalhos do grupo por meio do teatro e do jornal comunitário. A diferença é que o JUC, pós 1980, era a Ala-Jovem da Sociedade de bairro. Por isso, é provável que, a partir daí, um movimento de rompimento entre o JUC e a JUC-SOBE começou a se desenhar mais abertamente.

Porém, como dito anteriormente, as lideranças da JUC-SOBE estavam muito atentas aos passos do JUC e, frequentemente, pressionavam a participação do grupo nas atividades da Sociedade. Em março de 1983, Fernando Conceição, membro da JUC-SOBE, participou de uma reunião para esclarecer alguns pontos sobre a relação entre o JUC e a Sociedade, e os papéis, do primeiro, no movimento de bairro. Na ocasião, “Paulo perguntou a Fernando o que [...] a Sociedade, [queria] do grupo de jovens. Ele respondeu que eles [queriam] que o grupo [trabalhasse] com os jovens [da comunidade]”.⁵²³ Fernando Conceição concluiu sua fala pedindo que o JUC fosse mais atuante, e a Sociedade o apoiaria.

Em abril de 1983, Antônio Sampaio e José Carlos Sena apresentaram a proposta de implantação do Cine Clube no Calabar.⁵²⁴ “Antônio Sampaio [relatou] que Sena viajou para Cachoeira para tomar orientação, e que [...] poderia [implantar] um projeto” de filmes no bairro – os membros do JUC se reuniram, no dia seguinte, para “criar uma Comissão que ficaria responsável pelo Cine Clube”, da qual José Carlos Sena também faria parte.⁵²⁵ Na ocasião, Antônio Sampaio aproveitou para convidar os membros do JUC a ajudar na construção do III Encontro Nacional dos Favelados, ocorrido no Calabar, entre os dias 2 e 6 de junho de 1983.⁵²⁶ Conforme dito em ata, “o objetivo desse encontro [era] realizar um documento”, manifesto, com as reivindicações das ocupações populares.⁵²⁷ Ao final da reunião, Antônio Sampaio disse “que a JUC-SOBE estaria sempre às ordens para os membros do JUC, em qualquer coisa”.⁵²⁸ O JUC se prontificou a ajudar com o evento, com a contrapartida de apresentar os seus trabalhos no encontro.

No mês de março de 1983, o JUC iniciou a construção do 1º Encontro de

⁵²² Ata de reunião do JUC, 19 de janeiro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS

⁵²³ Ata de reunião do JUC, 26 de março de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS

⁵²⁴ Em 1983, José Carlos Sena estava mais envolvido nas atividades da JUC-SOBE, pois era filiado à organização, mas também atuava no JUC. Provavelmente, outros jovens passaram pela mesma experiência.

⁵²⁵ Ata de reunião do JUC, 23 de abril de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS

⁵²⁶ Relatório do III Encontro Nacional de Favelados, por Pe. Gianfranco Confalonieri (Confra). Calabar, Salvador-Ba. 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵²⁷ Ata de reunião do JUC, 23 de abril de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵²⁸ Ata de reunião do JUC, 23 de abril de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Planejamento.⁵²⁹ O grupo solicitou o espaço do ISBA e da Escola Aberta para a realização do evento. Tendo a liberação dos dois espaços, o JUC optou por fazer no ISBA. O encontro ocorreu no dia 1º de maio de 1983, e contou com a ajuda financeira e materiais da JUC-SOBE. Na programação, ficou estabelecido o debate sobre os seguintes temas: restauração da sede do JUC, III Encontro Nacional dos Favelados, Cine Clube, tóxico e adolescente, visita a outros grupos e entidades, papel do jovem na comunidade, papel do JUC na comunidade, papel do jovem na sociedade, criação de novas comissões, entre outros.⁵³⁰ Convidado a participar do evento, Pe. Rubens Andrade destacou que participaria do encontro se continuasse trabalhando com o grupo.⁵³¹ Como dito no primeiro capítulo, no Estatuto de fundação da JUC-SOBE, em 1980, a organização delimitou a participação da Paróquia no movimento de bairro. Por isso, a aproximação com o JUC, em 1983, parecia ser, para o pároco local, uma oportunidade de retornar ao centro de decisões do movimento de bairro do Calabar.

Ficou acordado que Pe. Rubens Andrade discutiria sobre o “Papel do JUC na comunidade”, durante o 1º Encontro de Planejamento.⁵³² Em seu discurso, o pároco local demonstrou estar contente com o surgimento de “um novo JUC” e apresentou a importância de estreitar as relações com a Paróquia, para o crescimento e reconhecimento do grupo dentro da comunidade. Ele ainda reforçou que o JUC deveria prestar maior atenção ao seu público alvo, explorando tanto as atividades reivindicatórias, como de lazer. Veja abaixo um recorte do discurso do pároco registrado em ata:

Pe. Rubens [Andrade] começa falando da importância do JUC na comunidade. Ele fala que ficou muito feliz em ter recebido o convite para o encontro dos jovens e diz que é muito bom que um novo JUC está nascendo e esse JUC quer caminhar com o vigário. [O pároco ainda] fala que o grupo de jovens tem que ser cristão e ter também um trabalho reivindicatório, pode também realizar festas, brincadeiras, etc. Mas, sendo um grupo cristão, terá seus trabalhos iluminados por Deus. Pe. Rubens fala que o problema do tóxico é muito difícil para o jovem, pois quando outros jovens ou pessoas da comunidade tentam conversar ele não aceita, por isso, para trabalhar com esse jovem é preciso ter muita experiência e tato [...]. Ele fala da importância da Paróquia. [...] temos que trabalhar e confiar em Deus, pois a comunidade confia no JUC e na Sociedade de Bairro, e, acrescenta que, a comunidade pode acreditar mais se a gente leva o nome de Deus.⁵³³

A orientação de Pe. Rubens Andrade era que o JUC, enquanto setor da Sociedade de

⁵²⁹ Ata de reunião do JUC, 26 de março de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵³⁰ Ata de reunião do JUC, 26 de março de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵³¹ Ata de reunião do JUC, 24 de abril de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵³² Ata de reunião do JUC, 30 de abril de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵³³ Ata de reunião do JUC, 1º de maio de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

bairro, e responsável pelo trabalho com a juventude, deveria demarcar o seu espaço de atuação, e, para isso, poderia contar com o apoio da Paróquia. Para estreitar sua relação com o JUC, o Pe. Rubens Andrade utilizou como argumento o uso do tóxico pelos jovens da comunidade, o que era uma questão que afligia o movimento de bairro, demarcando que utilizaria de sua influência para ajudar nos trabalhos do JUC. Ao final da palestra, Roberto Caetano questionou como o JUC poderia se aproximar do pároco, o qual respondeu de pronto: mediante as reuniões do grupo. Em seguida, Everaldo Santa Rita destacou que era importante estreitar os laços com o padre.⁵³⁴

Além do pároco local, Manuel Conrado, membro da entidade de bairro, também palestrou no evento, sobre o tema: “Papel do jovem na sociedade”. Veja abaixo um recorte do discurso de Manuel Conrado registrado em ata:

[...] o papel da juventude é [...] participação [...]. De que forma o jovem pode participar da sociedade [?]. Em 1964, os militares tomaram os poderes. Quando se começou a [organizar] várias entidades e começaram a lutar pelos seus direitos [...]. A Igreja [...] anos atrás trabalhava só com ricos, no momento que o Papa deu o direito dos pobres lutarem pelos seus direitos. Hoje em dia, governo anda caçando padre.⁵³⁵

Em sua fala, Manuel Conrado teceu algumas ponderações sobre a conjuntura política do país. Destacou que, após o golpe militar, os movimentos, que vinham se organizando, foram fragmentados, por isso, era importante construir novas formas de participação. Conrado também chamou atenção ao fato de que, historicamente, a Igreja Católica atuava junto à classe dominante, porém, naquele contexto, pós-Concílio Vaticano II, alguns setores da instituição definia a opção preferencial pelos pobres. Com isso, Manuel Conrado trazia ao debate, as experiências do movimento de bairro com o pároco local, Pe. Rubens Andrade, presente no evento.

No 1º Encontro de Planejamento, o JUC definiu novas linhas de trabalhos, muitas delas, em atuação direta com o pároco local. O grupo criou um plano de ação para os meses de maio, junho e julho, dividido da seguinte forma: maio – divulgação da missa, venda de jornais, oferta de rosas, restauração da sede, visita ao colégio de menor; junho – exposição dos trabalhos do JUC no III Encontro Nacional dos Favelados (organizado pelo MDF); julho – venda de jornais, palestra sobre tóxico e adolescência, domingo de lazer, visita ao abrigo dos velhos.

⁵³⁴ Idem.

⁵³⁵ Ibid.

O quadro de coordenação foi dividido em cinco comissões: Assistência Social, Tesouraria, Cultura, Esporte, Secretaria. Ficou acertado que essas comissões teriam que fazer seus regulamentos e apresentar na reunião seguinte. Porém, apenas a tesouraria apresentou uma proposta de ação. As demais comissões justificaram que não entregaram a programação por causa do prazo curto. Uma das propostas da Comissão de Tesouraria foi diferenciar o valor da taxa de participação entre homem e mulher, no entanto, Cristiane Reis de Lima refutou a sugestão, e afirmou que o valor deveria ser igual para ambas as partes. Por fim, “ficou decidido que a mensalidade seria no valor de Cr\$ 100,00” para todos os membros do grupo (homens e mulheres).⁵³⁶

Estiveram presentes no evento: Membros do JUC: Everaldo Santa Rita, João, Ney Pereira, Cristiane Reis de Lima, Ernani Santa Rita, Roberto Caetano, Maria de Fátima, Claudio Santos, Mario Brito, Ivana, Nubia, Bárbara, Ivanildes Barbosa, Paulo Sá, João Raimundo, Edson Capinan, Rita de Cássia, Hildete, Edna, Josué, Berenice Caetano, Regina e Railda; Membros da JUC-SOBE: Antônio Sampaio, Edmundo Santa Rita, José Carlos Sena, Manuel Conrado e Orlando Santa Rita; e o pároco local: Pe. Rubens Andrade.⁵³⁷

A JUC-SOBE observou a escalada do JUC no bairro, principalmente, pela parceria que o grupo estava estabelecendo com o Pe. Rubens Andrade. Além disso, a Ala-Jovem iniciou um processo de tomadas de decisões importantes, sem consultar a Sociedade de bairro, como, por exemplo, o diálogo com o *Jornal da Bahia* sobre a venda do periódico. Para tentar limitar ações como essas, Manuel Conrado afirmou, em reunião do JUC, que, todo sábado, um membro da JUC-SOBE assistiria a reunião do grupo. Em resposta, “Everaldo [destacou] que o trabalho do JUC [era] uma coisa séria, que a Sociedade de bairro [confiava] no grupo e a Paróquia também”.⁵³⁸ Everaldo Santa Rita conhecia os limites da relação entre o JUC e a JUC-SOBE, sabia, inclusive, que a entidade de bairro não tinha tanta confiança assim no grupo, mas, observe que, em sua fala, ele destacou o apoio do pároco local ao JUC.

A relação que o JUC construiu com o Pe. Rubens Andrade o aproximou, no limite, da JUC-SOBE. Apesar das rugas com algumas lideranças da entidade de bairro, o pároco local destacou que “o papel do grupo de jovens [era] de apoio aos trabalhos da Sociedade de Bairro”.⁵³⁹ Afirmou, ainda, que o JUC não deveria aceitar trabalhos secundários, “mas sentar na mesa e discutir juntos”.⁵⁴⁰ A JUC-SOBE, em diferentes momentos, tentou contribuir com

⁵³⁶ Ata de reunião do JUC, 7 de maio de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS

⁵³⁷ Ata de reunião do JUC, 1º de maio de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS

⁵³⁸ Ata de reunião do JUC, 7 de maio de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS

⁵³⁹ Ata de reunião do JUC, 1º de maio de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS

⁵⁴⁰ Idem.

os trabalhos da Ala-Jovem da entidade, apontando caminhos. Mas, havia conseguido, até então, apenas a recusa de alguns dos membros do JUC, os quais acusavam as lideranças da entidade de centralizar as decisões do movimento de bairro. Por isso, as novas páginas que o JUC desenhava, com a ajuda do pároco local, já vinham com as manchas de rugas antigas com a entidade de bairro.

Em 1983, o pároco local parecia estar revivendo o ano de 1977, quando ajudou o antigo JUC a dar os seus primeiros passos. A diferença era que, com a Ala-Jovem, Pe. Rubens Andrade definiu, antecipadamente, uma contrapartida: a participação direta nos trabalhos do grupo. Percebemos, a partir desse momento, as diferentes mediações do Pe. Rubens Andrade nas escolhas do grupo. Como pode ser visto abaixo:

Pe. Rubens – Nós do grupo devemos ter Cristo como centro da vida da gente pois com Cristo tudo se modifica e se renova. Tudo passa muito diferente. O grupo está flutuando, pois falta muita coisa com relação ao amor de Cristo no JUC. O grupo está se comportando de uma maneira muito diferente com o padre, pois ele chega e não paramos para esclarecer o que está se passando em reunião. Acha ele que o grupo tem coordenador e este é Everaldo, pois ele é que define e dirige as reuniões e trabalho. O padre não admite que Roberto Lázaro saia do grupo, pois ele é peso no grupo e não deve falhar assim com Cristo.⁵⁴¹

Conforme registrado em ata, o pároco demarcou sua participação no grupo, utilizando o pronome pessoal “nós”, por meio do qual se incluiu como parte do quadro de membros do JUC. Em seguida, destacou a importância de ser atualizado sobre os trabalhos do grupo para que melhor pudesse colaborar, enfatizando a importância de o JUC seguir a orientação de Cristo, ou seja, estar presente nas atividades da Paróquia. O pároco, também, chamou atenção para uma das inquietações do grupo, a criação de uma coordenação. Ele destacou que havia um membro que já coordenava o grupo. Conforme Pe. Rubens Andrade, Everaldo Santa Rita “[definia e dirigia] as reuniões e trabalho” do JUC, portanto, não havia o porquê de se preocupar com quem e como iria dirigir o grupo, mas quais eram as funções de cada sujeito. O pároco também deixou evidente a sua interferência no debate sobre o pedido de saída do grupo, por um dos membros. Roberto Lázaro havia pedido para sair do JUC por causa dos falatórios ao seu respeito. Em resposta, Pe. Rubens Andrade afirmou que Roberto Lázaro não deveria falhar com Cristo, pois ele era peça fundamental para o fortalecimento do JUC, portanto, não admitia sua saída.

Valendo-se da boa relação que havia construído com a Ala-Jovem da JUC-SOBE, o pároco local, retomou a tentativa de construir um trabalho conjunto entre o JUC e o GRUJAP.

⁵⁴¹ Ata de reunião do JUC, 24 de julho de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS

Lacerda e Luiz, membros do GRUJAP, visitaram a reunião do JUC, no dia 30 de julho de 1983, para apresentar a programação de “uma quermesse que eles [estavam desenvolvendo] no bairro Alto das Pombas”. Na ocasião, “Luiz falou que [esperava] que o JUC [desse] uma força nos trabalhos do GRUJAP”.⁵⁴²

O Pe. Rubens Andrade forçou uma aproximação entre os grupos de jovens, organizando reuniões e encontros, em conjunto. Muitos desses eventos eram agendados sem consultar a disponibilidade do JUC. Certa feita, Ernani Santa Rita, membro do JUC, participou de um evento no Alto das Pombas, no qual o Pe. Rubens Andrade teria agendado um encontro entre JUC e GRUJAP no calor da hora. Ao relatar o acontecido aos membros do JUC, muitos reclamaram sobre o prazo curto do evento, destacaram, inclusive, que tinham uma programação interna a ser cumprida. Mas, por fim, alguns membros do grupo afirmaram que era “um encontro de jovens” e todos deveriam participar.⁵⁴³ Everaldo Santa Rita, na ocasião, relatou o seguinte, “nesse encontro o grupo [poderia] dá um pouco da sua experiência, já que o GRUJAP [estava] em fase de reestruturação”.⁵⁴⁴

Em 1983, o JUC deu um passo importante dentro do movimento de bairro do Calabar. Devido ao êxito no 1º Encontro de Planejamento – ao todo foram desenvolvidos três encontros, no mesmo ano – aumentou-se a adesão de novos jovens ao grupo e o fortalecimento das relações internas. Naquele contexto, o JUC percebia, também, a importância de trabalhar em conjunto “com todas as entidades do bairro”, aproveitando-se da “fama do Calabar” para conscientizar os moradores sobre os “problemas do bairro” e construir instrumentos de luta.⁵⁴⁵ Nesse ano, o JUC participou de diferentes atividades organizadas pela JUC-SOBE, nas quais apresentou os seus trabalhos, principalmente por meio do teatro. Construiu alguns eventos em parceria com a Sociedade de bairro e com a Paróquia, como: encontros de jovens, feiras, quermesses, missas e o VI Festival de Cultura e Artes do JUC (VI FEJUC). Promoveu, ainda, palestras ministradas por especialistas sobre aborto, doenças venéreas, tóxicos, entre outros.

O JUC encerrou o ano 1983 com um novo modelo de coordenação. No 3º Encontro de Planejamento, ocorrido no mês de outubro, o grupo debateu sobre a possibilidade de construir

⁵⁴² Ata de reunião do JUC, 30 de julho de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁴³ Ata de reunião do JUC, 3 de dezembro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁴⁴ Idem.

⁵⁴⁵ Ata de reunião do JUC, 18 de junho de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. Além das entidades que faziam parte dos quadros da JUC-SOBE (Biblioteca Comunitária, Escola Aberta, grupos de capoeira, de dança afro, de esportes, de mulheres e mães, de teatro e o JUC), no Calabar existiam outras organizações e instituições, algumas, inclusive, que precedem o antigo JUC (Centros educacionais: Escolinha Santa Ana, Escola Santa Tereza, Escolinha Tio Patinha e Escola Visconde de São Lourenço; Clubes de Futebol: Alvorada Futebol Clube, Botafogo, XV de novembro, Ipiranga e União; grupos de Samba: Lua Nova e Unidos do Samba; entre outros).

“uma coordenação composta de seis pessoas”,⁵⁴⁶ uma direção que pudesse responder pelo grupo. Na reunião do dia 22 de outubro, a discussão foi retomada. Na ocasião, foi acordada “a criação de uma chapa [única] para a eleição do JUC”.⁵⁴⁷ A eleição ocorreu no dia 5 de novembro e a nova direção tomou posse, no dia 12 do mesmo mês. O quadro da coordenação eleita foi composto por: Coordenador: Claudio Sousa Santos, Vice Coordenador: Jorge Roberto Santana; Tesoureiro: Everaldo Santa Rita; Assistentes da coordenação: Paulo Sá e Reginaldo; 1 Secretária: Cristiane Reis de Lima; 2 Secretário: Ernani Santa Rita; Assistente da secretaria: Ivanildes Barbosa; Relação Pública: Antônio Xavier; Assistente da Relação Pública: Ney Pereira; Assistente Social: Josué Fidelis; Auxiliares da Assistência Social: Mário Brito e Manuel Roberto; Serviços Gerais: José Carlos; Assistentes dos Serviços Gerais: Edson Capinan e Osmário Lima.⁵⁴⁸ Pode-se dizer que, em finais de 1983, a Ala-Jovem começou a assumir o seu espaço dentro do movimento de bairro do Calabar. E, conseqüentemente, aumentou seu empenho nas disputas internas.

3.5 Dissolução da JUC-SOBE

Em dezembro de 1982, o JUC solicitou uma ajuda financeira à JUC-SOBE “uma parcela mensal”. Antônio Sampaio, presidente da Associação de Moradores à época, negou o pedido e afirmou que “se fosse [...] material ele poderia ver, mas com o dinheiro, eles também [estavam] em fase ruim”.⁵⁴⁹ As pequenas recusas por parte da JUC-SOBE e o pouco sentimento de pertencimento da Ala-Jovem, no movimento de bairro, criou algumas rugas entre as duas organizações. Depois de diferentes tentativas de ocupar um espaço dentro do movimento de bairro, o JUC aproveitou o contexto de dissidência interna na diretoria da entidade, iniciado após as eleições municipais de 1982 e a construção da Escola Aberta, no mesmo ano, para criar um movimento de ruptura com a JUC-SOBE.

No dia 28 de julho de 1985, membros do JUC se reuniram com moradores do bairro, em assembleia, para apresentar a proposta de rompimento com a coordenação da JUC-SOBE. A ruptura previa a retirada do nome do JUC da sigla JUC-SOBE. Para efetivar a mudança da sigla da entidade era preciso fazer uma reformulação no Estatuto. Conforme os princípios

⁵⁴⁶ Ata de reunião do JUC, 8 de outubro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁴⁷ Ata de reunião do JUC, 22 de outubro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁴⁸ Ata de reunião do JUC, 12 de novembro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁴⁹ Ata de reunião do JUC, 4 de dezembro de 1982. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

definidos pelo Estatuto da entidade, essa ação pode ser configurada, como: dissolução da JUC-SOBE.⁵⁵⁰

Everaldo Santa Rita, coordenador do JUC, abriu a reunião com a seguinte fala:

Desde 1981, quando foi fundada a Associação de Moradores do Calabar, nunca houve uma união com o grupo de jovens, devido ao autoritarismo que implantaram, desde o início. Colocaram o nome do JUC em Estatuto sem que houvesse uma Assembleia de moradores com a participação do grupo, para esta aprovação.⁵⁵¹

Everaldo Santa Rita utilizou do recurso da memória para argumentar que a JUC-SOBE foi criada sem a participação dos jovens. Além disso, destacou o fato de que o JUC tinha papel secundário dentro da entidade e pouca participação no centro de decisões. Em 1980, quando a Associação de Moradores foi fundada, Everaldo Santa Rita não tinha alcançado a maioria, conseqüentemente, não podia fazer parte da entidade de bairro, por isso, tornou-se membro da Ala-Jovem da JUC-SOBE, juntamente com outros jovens que estavam na mesma situação. Corroborando com a fala de Everaldo Santa Rita, Roberto Caetano relatou o seguinte: “Eu, juntamente com Everaldo, Dida, Cláudio e Jorge Roberto, temos 8 anos de participação nesta entidade e durante este tempo todo fomos grandes vítimas”.⁵⁵² Nas duas narrativas, ficou evidente o descontentamento com os novos papéis assumidos por esses sujeitos dentro do movimento de bairro. Principalmente, porque participaram da fundação do antigo JUC, em 1977, e, após a fundação da JUC-SOBE, perderam o direito de participação nas decisões mais importantes da entidade de bairro.

Para Roberto Caetano, em contrapartida, havia um grupo que estava assumindo o protagonismo dentro da comunidade, desde 1980, eram eles: Fernando Conceição, Tereza Cristina, Manuel Conrado, Antônio Sampaio (Tônico) e Jorge Santa Rita (Jorjão). Em sua fala, ele alegou que esses sujeitos tiveram suas conquistas dentro da comunidade por meio de conspirações, pois “sempre se reuniram na calada da noite” sem a participação de todo o grupo, e logo “deram um golpe, saíram do JUC, fundaram a Associação e [nos] absorveram como Ala-Jovem sem [...] autorização”. A fala de Roberto Caetano segue a mesma linha da fala de Everaldo Santa Rita: a Associação de Moradores foi montada e quando eles viram já estavam lá, como Ala-Jovem.⁵⁵³

⁵⁵⁰ O estatuto da JUC-SOBE estabelecia que “sua dissolução [estava] condicionada à reunião de Assembleia Geral, onde [houvesse] a participação de pelo menos dois terços dos sócios remanescentes com direito a sufrágio”.⁵⁵⁰ Estatuto de Fundação da JUC-SOBE. 1980. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁵¹ Ata de reunião, dia 28 de julho de 1985. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ Ata de reunião, dia 28 de julho de 1985. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Roberto Caetano enfatizou, ainda, que as lideranças do movimento de bairro, que coordenavam a JUC-SOBE, “fizeram da Associação [de Moradores] sede do PT defendendo um partido político”. Continuou: “[...] eu pergunto? É certo uma Sociedade defender um partido político desde quando seus filiados têm várias tendências”. Ou seja, o Partido dos Trabalhadores (PT) não era a única legenda partidária apoiada pelo movimento de bairro. Jorge Roberto (vice-coordenador do JUC) respondeu ao questionamento de Roberto Caetano: “sabemos que não [com a implantação de] bases políticas para a candidatura de Fernando Conceição” o Calabar passou a ficar “esquecido pelos trabalhos realizados pela Associação”.⁵⁵⁴

Jorge Roberto ainda expôs quais eram os aliados dos seus “inimigos internos”: o Partido dos Trabalhadores e o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF). Ele destacou que a Associação de Moradores esqueceu-se de cuidar das obrigações da comunidade para voltar a atenção ao PT e ao “MDF [...]. Movimento divisionista que só [vinha] fazer com que o Calabar se tornasse inimigo de todas as entidades existentes na comunidade, e alguns órgãos de Salvador”.⁵⁵⁵

Durante a reunião, outros participantes se pronunciaram solicitando a “retirada do nome do JUC do Estatuto da Associação [de Moradores]”. Observe que, o que estava em jogo não era apenas a saída do JUC, mas a dissolução da JUC-SOBE. Como foi bem definido na fala de Rosália: “É uma pena nós não sermos unidos, mas acreditamos que não somos culpados da injustiça feita com a comunidade. O JUC deve rachar e acabar com essa direção da Sociedade”. E como também enfatizou Jorge Roberto: “Eu acho que o JUC deve dividir e acabar com a direção da JUC-SOBE”. Ou seja, construiu-se um movimento para desagregar o grupo hegemônico. Ao final da reunião, 47 membros do JUC assinaram a ata confirmando a dissolução. A ata foi assinada, também, por 223 moradores da comunidade.⁵⁵⁶

No mês de agosto de 1985, o *Jornal JUC Luta* iniciou a divulgação da assembleia geral, convocando os moradores a participarem do evento: “Você morador tem um compromisso, o grupo de jovens – JUC estará em assembleia juntamente com a Associação de Moradores do Calabar, onde discutiremos a retirada do nome do grupo do Estatuto da SOBE.”⁵⁵⁷ Na matéria, o grupo trouxe algumas ponderações sobre o porquê estava solicitando a retirada do nome do JUC do Estatuto da Sociedade de bairro, justificando “que o mesmo foi

⁵⁵⁴ Idem.

⁵⁵⁵ Ibid.

⁵⁵⁶ Ibid.

⁵⁵⁷ *Jornal JUC Luta*. 25 de agosto de 1985. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

colocado sem ser consultado”.⁵⁵⁸ Ainda nessa edição, o JUC enfatizou que “se realmente o trabalho tivesse a participação interna de todos, [naquele contexto], não [teriam] nos jornais e na TV só uma pessoa [Fernando Conceição] e sim todos os moradores, que durante todo esse tempo trabalharam em prol da comunidade”.⁵⁵⁹

Na assembleia, personalidades, como, Pe. Rubens Andrade e “representantes de outras entidades do Calabar”, se pronunciaram em apoio ao desmembramento.⁵⁶⁰ O grupo também apresentou, em seu periódico, depoimentos de moradores(as), como o de Dona Maria: “Eu vi o JUC crescer e foi o JUC que conseguiu junto aos moradores o conserto das escadarias, dos esgotos, a Luz elétrica e mais; foi do JUC, que surgiu a Associação dos Moradores, e a SOBE deve respeitar o grupo de jovens”.⁵⁶¹

O relato de Dona Maria, exposto no periódico do JUC, apresenta algumas questões sobre o uso da memória. A moradora construiu sua narrativa, conforme o que havia presenciado durante o processo de formação do JUC. Nesse sentido, uma linha de análise plausível seria compreender quais sujeitos Dona Maria estava se referindo em seu depoimento. O recorte temporal utilizado no depoimento antecede a formação da JUC-SOBE, ou seja, tratava-se do antigo JUC, do qual, naquele contexto, os membros eram, em sua maioria, filiados à Associação de Moradores.

A disputa em torno da memória do JUC, foi bem demarcada pelas duas entidades, como se pode perceber na celeuma que envolveu os arquivos do JUC. No dia 3 de outubro de 1983, Fernando Conceição, Relações Públicas da JUC-SOBE, solicitou o empréstimo de quatro pastas arquivos, que continham “recortes de jornais sobre o bairro do Calabar”,⁵⁶² publicados pela imprensa comercial, datados entre os anos de 1977 a 1981.⁵⁶³ No documento, o solicitante se responsabilizou pela preservação dos arquivos e se comprometeu em devolver “o mais breve possível”.⁵⁶⁴

No dia 5 de outubro, a JUC-SOBE enviou uma carta ao JUC, assinada por Antônio Sampaio, presidente da entidade, informando que o arquivo, solicitado por Fernando Conceição, foi “recolhido e arquivado durante vários anos, sob os cuidados da Comissão de Relações Públicas, [e estava] sob inteira responsabilidade da Associação de Moradores do

⁵⁵⁸ Idem.

⁵⁵⁹ Ibid.

⁵⁶⁰ Ibid.

⁵⁶¹ Ibid.

⁵⁶² Termo de responsabilidade. 3 de outubro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁶³ Comunicado do JUC. 30 de outubro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁶⁴ Termo de responsabilidade. 3 de outubro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Calabar, que nele investiu tempo e dinheiro”.⁵⁶⁵ Na carta, a entidade de bairro sinalizou, também, que as pastas estavam sob a guarda do JUC, naquele momento, mas deveriam retornar aos arquivos da JUC-SOBE, embora, achasse justo que o grupo de jovens possuísse cópias dos documentos em seus arquivos.⁵⁶⁶

No dia 6 de outubro, dia previsto para a devolução das pastas,⁵⁶⁷ Fernando Conceição enviou uma carta ao JUC, relatando que se reuniu com: animadoras educacionais – Berenice Caetano dos Santos e Erenildes Lopes –; coordenadores(as) da Escola Aberta – Manuel Conrado, Orlando Santa Rita e Tereza Cristina –; membro do grupo de mulheres – Dona Nilza –; e um representante da Biblioteca – Lacerda –, para debater sobre a questão.⁵⁶⁸ Conforme sinalizado na carta, todos concordaram em manter as pastas nos arquivos da JUC-SOBE. Fernando Conceição concluiu a carta da seguinte maneira: “como Relações Públicas da JUC-SOBE e responsável pela catalogação das matérias contidas nessas pastas, defendo que devam continuar no arquivo de quem teve o cuidado de realizar tal trabalho, inclusive, a custos pessoais”.⁵⁶⁹

Em resposta ao descumprimento do termo de responsabilidade, assinado por Fernando Conceição, para a retirada das pastas arquivos do acervo do JUC, a Ala-Jovem escreveu um comunicado direcionado aos moradores, incitando um movimento de oposição à JUC-SOBE. No comunicado, uma das questões lançadas pelo grupo foi a seguinte: “Como pode ter gasto tempo e dinheiro se as pastas já [existiam] antes da Associação de Moradores [ter sido] fundada?”.⁵⁷⁰ Complementando o seu argumento, a Ala-Jovem relatou que,

[o JUC] teve a preocupação desde a sua fundação em arquivar todas as reportagens e documentos para comprovar realmente a sua luta e existência no bairro, investindo tempo e dinheiro dos membros deste grupo que eram associados.

[...] as entidades [...] não [permitiam] a quem quer que [fosse], quando delas [saíssem], levar consigo as coisas que [fizeram] dentro delas. Com isso, Fernando Conceição, que na época, era coordenador do JUC, agiu de forma contrária da regra. Ao sair do grupo, o próprio tirou da guarda do JUC, as pastas referidas acima. Bem, aconteceu em junho de 1983, o 3º Encontro de Favelados, onde o grupo se virou, no sentido de procurar as reportagens suas e colocar em ordem, para expor durante os dias de encontro.

Após a exposição, estas pastas já arrumadas ficaram sob a guarda de Sena, responsável pela biblioteca, lugar onde estavam as mesmas. Então o JUC achando ter direito sobre as mesmas, (pois, constituem em documento do grupo), fez pedido de devolução ao próprio Sena, sendo dadas por ele.

⁵⁶⁵ Carta ao JUC. JUC-SOBE. 5 de outubro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁶⁶ Idem.

⁵⁶⁷ Comunicado do JUC. 30 de outubro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁶⁸ Carta ao JUC. Fernando Conceição. 6 de outubro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁶⁹ Idem.

⁵⁷⁰ Comunicado do JUC. 30 de outubro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

No último dia 3 de outubro, Fernando Conceição chegou, em reunião do JUC, grupo que ele não faz mais parte, pedindo emprestadas as pastas [...], comprometendo-se em devolver no dia 6 de outubro de 1983.⁵⁷¹

Ao arquivar as fontes históricas, as entidades acreditavam que garantiriam o controle sobre a narrativa do movimento de bairro. Compreender o prestígio simbólico da sigla do JUC na luta comunitária do Calabar é imprescindível para a análise das disputas internas. Em 1985, a Ala-Jovem da JUC-SOBE se reportou, em diferentes momentos, ao passado histórico do JUC, mas, a maior parte do quadro de filiados ao grupo não estiveram no processo de formação do JUC, na década de 1970, quando a sigla ficou conhecida no bairro. Em 1981, Orlando Santa Rita, membro da JUC-SOBE, chamou atenção para a força da sigla do JUC, quando relatou “que a palavra JUC ainda [estava] muito conhecida pelos moradores do Calabar, e essa palavra [era] muito pesada”.⁵⁷² Percebeu-se que, “o fato de a Associação [de Moradores] ter mantido a sigla JUC-SOBE, mesmo depois de reativado o grupo de jovens (JUC)”, expressava o cuidado da entidade de bairro, na relação com a Ala-Jovem, “em decorrência de discordâncias quanto ao modo de se conduzir as propostas de trabalhos junto aos jovens, o que esbarra na questão, sempre conflituosa, da autonomia, ou não, do grupo de jovens em relação à Associação de Moradores”.⁵⁷³

Havia o receio, evidente, da JUC-SOBE em perder espaço dentro da comunidade, principalmente, porque, a partir de 1982, a pressão em torno do movimento de bairro aumentava. O clima de desconfiança sobre o uso da verba que entrava na JUC-SOBE e a posição político-partidária, de algumas de suas lideranças, ajudou o JUC nas suas investidas dentro do Calabar. Conforme depoimento de Erenildes Lopes, integrante da entidade de bairro, os moradores começaram a desconfiar da JUC-SOBE após as eleições municipais de 1982:

[...] com essa questão da política, sem ter apoio, começou a tirar o recurso da onde? [...] Por exemplo, os pães que a gente vendia, muitas vezes tinha que tirar dali. [...] a gente até respondeu [...] na justiça comum. [...] Porque, o patrimônio, por exemplo, você doou o ventilador, se você doou, [...] não tem nada que vender. [...] E faliu. Na primeira e na segunda [eleições municipais de Salvador].⁵⁷⁴

A JUC-SOBE conseguiu, em pouco tempo, tomando como referência a própria leitura dos moradores e dos ex-membros da organização, entrevistados nessa pesquisa, uma série de equipamentos, que eram geridos pela entidade de bairro, como escola e biblioteca; inclusive,

⁵⁷¹ Comunicado do JUC. 30 de outubro de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁷² Ata de reunião do JUC, dia 20 de julho de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁷³ ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta*, p. 138.

⁵⁷⁴ Entrevista concedida por Erenildes de Jesus Lopes, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

criou mecanismos para a automanutenção financeira, como as microempresas (padaria, fábrica de sabão, agenciamento de profissionais técnicos, entre outros).⁵⁷⁵ É compreensível que os moradores queriam saber como o dinheiro arrecadado estava sendo gasto. Conforme Erenildes de Jesus Lopes, “depois das campanhas [eleitorais de 1982] as pessoas, da comunidade, começaram a dizer: aí têm dinheiro [...]”.⁵⁷⁶ Aproveitando esse cenário, em 1984, na sua segunda edição, o *Informativo JUC*⁵⁷⁷ apresentou uma matéria tecendo duras críticas a algumas lideranças da JUC-SOBE: “Falsa Liderança [...]. Esperançoso de sair do estado de miséria em que vive, busca através de meios supostamente bem intencionados iludir a massa para conquistá-la e num futuro, traí-la”.⁵⁷⁸ O periódico continuou, “quando conquista grupos de pessoas, começa a lançar uma imagem que não condiz com a verdade (nos meios de comunicação), numa visível intenção de obter a autopromoção e posteriormente, projetar-se no meio político partidário”.⁵⁷⁹

No dia 26 de agosto de 1985, o jornal *Tribuna da Bahia*, em uma matéria bastante posicionada,⁵⁸⁰ noticiou o seguinte:

O JUC – Jovens Unidos do Calabar – [continuou] atuando com desenvoltura naquele bairro. Completamente desatrelado de ‘entidades que não visam o crescimento e a participação dos moradores na resolução de seus problemas’ conforme fazem questão de esclarecer os jovens do grupo [...].⁵⁸¹

A publicação do jornal *Tribuna da Bahia* demarcava a divisão interna do movimento de bairro do Calabar na cena pública da cidade. Na Assembleia Geral, do dia 25 de agosto de 1985, o JUC conseguiu a dissolução da JUC-SOBE. O grupo de jovens destacou na capa do *Jornal JUC Luta* a seguinte matéria: “Morador decidiu desmembramento do JUC do Estatuto da Sociedade”⁵⁸². Embora, nesse contexto, a antiga JUC-SOBE passasse a utilizar nos seus

⁵⁷⁵ Entrevista concedida por Erenildes de Jesus Lopes, em 2018. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁷⁶ Idem.

⁵⁷⁷ O *Informativo JUC* (jornal comunitário) foi criado pela Ala-Jovem da Associação de Moradores (JUC) para fazer frente ao *Kalabari*, jornal oficial da JUC-SOBE. A primeira edição do periódico foi publicada em janeiro de 1984. As publicações eram feitas a cada quatro meses. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁷⁸ *Informativo JUC*. Janeiro de 1984. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁷⁹ Idem. Observe que, a maioria das notícias, tanto dos comunicados e jornais comunitários, como dos periódicos da imprensa comercial, eram lidos, em espaços abertos na comunidade, por lideranças do movimento de bairro. Essa prática foi iniciada no antigo JUC, na década de 1970. Dessa maneira, conseguiam alcançar grande parte dos moradores.

⁵⁸⁰ O possível apoio do JUC à candidatura de Mário Kertész, nas eleições de 1985, rendeu ao grupo um espaço na imprensa comercial. Mario Kertész era presidente do jornal *Tribuna da Bahia*. À época, o periódico publicou duas ou três matérias sobre o Calabar, tomando partido do JUC.

⁵⁸¹ *Tribuna da Bahia*. Salvador, 26 de agosto de 1985.

⁵⁸² *Jornal JUC Luta*. 25 de agosto de 1985. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

documentos oficiais a sigla SBRC (Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar), algumas de suas lideranças não aceitaram a decisão facilmente, como podemos observar abaixo:

Fernando Conceição, Conrado e Parentada [de Fernando], os mesmos que mandaram uma carta para o JUC, dizendo que não poderiam comparecer a assembleia de moradores, porque teriam também na “Escola Aberta” no mesmo horário uma reunião com o Grupo de Mulheres do Calabar. Eles quando viram a adesão unânime dos moradores na assembleia, vieram imediatamente para o Largo, comportando-se como moleques. Queriam tirar fotografias da assembleia para depois saírem dizendo por aí, que conseguiram reunir centenas de pessoas. Nós moradores estamos cientes que eles não conseguem fazer mais isto. Os próprios moradores impediram que eles fizessem isto, logo depois Fernando Conceição agrediu um membro do JUC (Xavier), dando um murro na cabeça do mesmo. Nem precisou o JUC revidar, pois os próprios moradores defenderam o Grupo, tomando a frente do tumulto. Pensaram eles que a bagunça deles iria escorraçar os moradores, só que deu ao contrário, aí foi que encheu mais.⁵⁸³

A Ala-Jovem aprendeu, ao longo do processo de formação do movimento de bairro do Calabar, que para ter representatividade dentro do bairro, além dos trabalhos e mobilizações, era importante a construção de uma boa narrativa. Percebe-se na análise das fontes que, as duas entidades utilizaram desse recurso para a legitimação da memória sobre o JUC. Mas a maior atenção deve-se dar à escolha do recorte narrativo.

Em novembro de 1986, o *Kalabari*.⁵⁸⁴ publicou uma matéria narrando o seguinte episódio: “Eles [JUC] se prepararam para ir atrapalhar a audiência da Associação [de Moradores] com o prefeito. Chamaram alguns parentes e o padre Rubens do Alto das Pombas (o Rubinho), mandou a Kombi da Paróquia para pegá-los”.⁵⁸⁵ O motorista da Kombi, que não sabia o que estava acontecendo, foi direto para Escola Aberta (sede da Associação de Moradores). Os associados, presentes no momento, entraram na Kombi e foram para a prefeitura. Num tom irônico, o jornal *Kalabari* encerrou a matéria da seguinte forma: “Daqui vai os nossos agradecimentos a Rubinho. De outra vez, mande novamente a Kombi. Mas venha junto”.⁵⁸⁶

Pe. Rubens Andrade, tinha se afastado da Associação de Moradores. O mesmo foi feito por alguns associados que, após a dissolução da JUC-SOBE, passaram a compor os quadros da Associação de Moradores Unidos do Calabar (AMUC). Depois do episódio narrado pelo *Kalabari*, em novembro daquele ano, Pe. Rubens Andrade escreveu uma “Carta

⁵⁸³ *Jornal JUC Luta*. 25 de agosto de 1985. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁸⁴ *Kalabari*. Publicação dos Moradores do Calabar e Vizinhança. Nº 24, novembro de 1986. Associação de Moradores do Calabar – JUC-SOBE. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁸⁵ *Idem*.

⁵⁸⁶ *Ibid*.

Aberta aos Paroquianos” (moradores do Calabar), destacando sua posição no movimento de bairro, naquele contexto. Leia abaixo um trecho da carta:

Tudo veio à tona a partir de 1982 por ocasião da eleição da nova diretoria da Sociedade de Moradores do Calabar. Um grupo de Moradores fundadores do JUC, insatisfeitos com a maneira como se encaminhou a eleição da nova diretoria da Sociedade, resolveu se opor aquela situação para dar um basta às mentiras [...]. Passei então, a apoiar o JUC por achar que as suas intenções eram mais voltadas para a comunidade do Calabar, como ainda hoje são.⁵⁸⁷

O apoio do Pe. Rubens Andrade ao JUC, a partir de 1983, proporcionou ao grupo um maior envolvimento interno, tendo em vista a dificuldade, anteriormente evidenciada, para a construção e cumprimento dos seus planejamentos. Ao se aproximar do JUC, no “1º Encontro de Planejamento”, o pároco expressou sua divergência com a postura de algumas lideranças da JUC-SOBE, e sinalizou para o JUC que o grupo deveria ocupar um espaço no centro de decisões, e não deveria se afastar do movimento de bairro, como vinham fazendo até ali.⁵⁸⁸

Em 21 de novembro de 1986, o jornal *Tribuna da Bahia*, que já havia demonstrado apoio ao JUC, trouxe a seguinte matéria:

O JUC – Grupo de Jovens Unidos do Calabar – oposição representativa das lutas e reivindicações que os moradores sempre defenderam frente ao poder público, mantém seu firme propósito de organizar e mobilizar a comunidade no sentido de construir melhores dias e transformar a atual imagem do bairro.⁵⁸⁹

Em 1986, nos meses de fevereiro e junho, o JUC criou dois modelos de Estatutos com o seguinte nome: Associação de Jovens Unidos do Calabar (AJUC), porém, nenhum deles foi assinado e autenticado. Em documentos posteriores, o JUC apareceu como Associação de Moradores Unidos do Calabar (AMUC). Em 18 de agosto de 1986, houve uma reforma no Estatuto da Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar, a qual mudou a sigla de JUC-SOBE para SBRC, tendo assim ocorrido, legalmente, a dissolução da JUC-SOBE.⁵⁹⁰

Conforme apontou Edmundo Santa Rita, “a AMUC era uma [entidade] independente da JUC-SOBE [SBRC], era [...] outra Associação de Moradores e [...] funcionava, inclusive, na sede do antigo JUC”. Já a SBRC continuava “no prédio que funcionava [...] a Escola Aberta”. Em seu relato, o entrevistado destacou que “alguns moradores não entendiam bem a divisão” entre as entidades de bairro e “o que [...] era, efetivamente, os propósitos da

⁵⁸⁷ “Carta Aberta aos Paroquianos”. Pe. Rubens Andrade. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

⁵⁸⁸ Ata de reunião do JUC, 26 de março de 1983. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS

⁵⁸⁹ *Tribuna da Bahia*. Salvador, 21 de novembro de 1986.

⁵⁹⁰ Publicada no Diário Oficial dos dias 28 e 29 de maio de 1988, registrada sob o nº de ordem 2.066 do livro A-3. Microfilmada sob o nº de ordem 02066 do Rolo 88, em 10 de Junho de 1988. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Associação de Moradores [SBRC] que trabalhava com a Escola Aberta e a AMUC”. Por fim, Edmundo Santa Rita apontou que a representação comunitária continuou a acontecer por ambas as partes, e, em dados momentos, os representantes das duas entidades tinham que sentar juntos para tomar decisões a respeito da comunidade, porém, nos casos de aprovação de projetos, cada organização tinha suas parcerias pontuais.⁵⁹¹

⁵⁹¹ Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, 2016. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. Edmundo Santa Rita foi membro da JUC-SOBE, porém, após a dissolução da organização, filiou-se a AMUC, como afirmou em entrevista concedida a esta pesquisa. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a história de uma juventude negra, marginalizada, favelada e ativa, no seu contexto social, possibilitou a reflexão sobre os problemas, as formas de organização e as relações tecidas pelos diferentes sujeitos que encamparam a luta do movimento de bairro do Calabar nas décadas de 1970 e 1980. Falou-se de jovens conscientes de sua negritude e classe social, que lutaram para diminuir as barreiras do racismo estrutural que se impõe inclusive na divisão racial do espaço urbano, que lutaram pelo direito ao solo negado aos seus antepassados.

Nascidos no contexto de ditadura militar no Brasil, esses jovens assistiram ao avanço da especulação imobiliária e à conseqüente tentativa de erradicação da comunidade pelo Estado, o qual utilizou de diferentes estratégias, entre as principais a negligência do serviço público, que forçava muitos dos sujeitos a venderem os seus terrenos para tentar uma vida melhor em outro espaço da cidade, reduzindo consideravelmente o território do Calabar. Por outro lado, as estratégias de luta das lideranças juvenis se configuraram em pressionar os governantes para a implantação de equipamentos e bens de consumo coletivo no bairro. Com isso, legitimaram o uso coletivo do terreno, enquanto corria em poder da Justiça o pedido de legalização da posse da área ocupada pelo Calabar.

A consciência sobre o espaço que ocupavam na cidade, construída dentro do contexto do movimento popular de Salvador, da influência de setores da Igreja Católica e das próprias experiências cotidianas, na comunidade e no âmbito da cidade, permitiram aos jovens do Calabar a construção de redes de parceiras que dinamizaram a luta comunitária do bairro no período estudado.

A trajetória do JUC foi construída em um contexto de alianças e conflitos internos e externos à organização. O grupo que iniciou sua formação em uma gincana realizada pela Paróquia do Divino Espírito Santo na década de 1970 logo entrou na cena pública, liderando uma das maiores manifestações populares assistidas na cidade de Salvador no início dos anos 1980. As ações do movimento de bairro do Calabar, noticiadas nos diversos periódicos da imprensa de grande circulação, despertaram a atenção de diferentes personalidades e entidades sociais e políticas para a luta daquela comunidade. A escalada do movimento de bairro do Calabar possibilitou a formação de uma rede de parcerias e, também, de uma oposição dentro da própria base do movimento popular de Salvador.

As formas como perceberam o fazer-se do movimento de bairro do Calabar e a identificação das forças antagônicas fizeram com que as lideranças comunitárias criassem resistência para a abertura da organização ao público externo. As costuras nas relações de parcerias eram tecidas dentro de limites estabelecidos pela entidade de bairro, normalmente, destacados em estatutos e/ou outros documentos oficiais da organização. Havia a percepção nítida das distinções entre o mundo interno à comunidade, espaço de relações afetivas e identitárias, de vizinhança, compadrio e amizade, e o externo a ela, no qual figurava a desigualdade de classe e a marginalização das classes populares. O mundo interno se estendeu, no limite, a outras ocupações populares de Salvador, que experienciavam condições de vidas semelhantes a do Calabar.

As relações com o mundo externo, principalmente com personalidades e entidades políticas e sociais (alguns dos quais estavam na linha de fronteira entre os dois mundos), foram construídas, quase sempre, dentro de uma base de interesse. Os limites de participação e inserção dos setores externos no movimento de bairro era uma forma de controle sobre as informações que circulavam internamente. Assim como era um dos elementos da identidade comunitária do movimento de bairro, construída com e pelos moradores do Calabar. As lideranças juvenis acreditavam que a interferência de setores externos fragmentaria a união da comunidade em torno do movimento.

Apesar da tentativa de impor limites às personalidades e entidades externas, o jogo de interesse do movimento de bairro do Calabar na costura de sua rede de parcerias possibilitou que as relações fossem formuladas dentro de um estado de liquidez que ultrapassava o controle previsto pela entidade de bairro. Durante o processo de inserção do Calabar na cena pública tornou-se difícil para o movimento avançar sem fazer concessões. Em 1982, as portas do movimento de bairro do Calabar já estavam abertas, inclusive, para legendas partidárias, em uma contradição com os princípios da organização de bairro.

É importante destacar, também, que não havia uma constante na luta comunitária. Os sujeitos enfrentavam dificuldades diárias devido às condições em que viviam, mas não acordavam todos os dias dispostos a um novo enfrentamento contra as forças antagônicas. Os diferentes atores sociais envolvidos nessa trama tinham suas vidas pessoais, casa, trabalho, escola, universidade, lazer, entre outros. Uma dinamicidade de eventos que, muitas vezes, colocavam o movimento de bairro em segundo plano. Apesar do esforço das lideranças mais ativas, eles(as) não poderiam se dedicar em tempo integral à luta comunitária. Algumas estratégias internas tentaram diminuir essas brechas. Projetos como a fábrica de sabão, a

padaria, a Escola Aberta, os grupos de capoeira, de dança, de esportes, de jovens, de teatro e de mulheres eram movimentos que permitiam, ao menos, que as discussões não se dissipassem.

As ações das forças antagônicas eram como um termômetro no movimento de bairro: a violência policial, a negligência da Prefeitura com as obras de urbanização, a pressão do setor imobiliário, no Calabar e em outras ocupações de moradias populares. Todo esse movimento de retirada de direitos fazia com que as lideranças trouxessem pautas que afetavam diretamente a maioria dos moradores do Calabar. Inclusive, esse foi o discurso da JUC-SOBE na construção da “Caminhada da Esperança”. Por isso, é preciso pautar que a construção de uma ação coletiva requer muito mais que o simples debate sobre as condições materiais dos sujeitos, mas uma análise de como eles percebem suas condições e as transformam em força de luta.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas e impressas:

Acervo do Calabar/ Acervo do Alto das Pombas. Casa da Memória Popular - CAMPO/ Centro de Estudo e Ação Social – CEAS:

Atas de Reuniões (JUC), 1977-1987; Atas de Assembleias (JUC-SOBE/SBRC), 1980-1987; Estatutos; Regulamentos Internos; Relatórios; Panfletos; Fotos; Certidões Institucionais; Comunicados, Correspondências; Documentos da Paróquia do Divino Espírito Santo; Partidos Políticos (PT e PC do B); Censo comunitário de 78.

Fundação Gregório de Mattos:

Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN). SALVADOR. Calabar. Proposta de Urbanização. Prefeitura Municipal do Salvador, 1980.

Tribunal Regional Eleitoral (TRE):

Informativo Eleitoral. Eleição Municipal de Salvador, 15 de novembro de 1982.

Jornais da imprensa comunitária:

Boletim Informativo da FABS. Editorial, s/d. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Boletim Informativo da FABS. 10 de agosto de 1981. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Boletim Informativo do JUC. Nº 4, setembro 1979. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Informativo JUC. Janeiro de 1984. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Jornal JUC Luta. 25 de agosto de 1985. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Kalabari. Publicação dos Moradores do Calabar e Vizinhança, s/d. Associação de Moradores do Calabar – JUC-SOBE. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Kalabari. Publicação dos Moradores do Calabar e Vizinhança. Nº 24, novembro de 1986. Associação de Moradores do Calabar – JUC-SOBE. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Jornais da imprensa de grande circulação:

A Tarde

A Tarde, Salvador, 14 de julho de 1982.

A Tarde, Salvador, 9 fev. 1981.

Avenida Centenário carece de maior atenção da Prefeitura. Maltrato no Calabar. *A Tarde,* Salvador, 23 Ago. 1977.

Calabar comemora a instalação de escola. *A Tarde,* Salvador, 01 de novembro de 1982.

Calabar depende de decisão da justiça. *A Tarde,* Salvador, 13 de abril de 1981, p. 12.

Calabar fará passeata pedindo a urbanização. *A Tarde,* Salvador, 13 de abril de 1981, p. 3.

Calabar organiza Semana de Debates. *A Tarde,* Salvador, 11 de dezembro de 1982.

- Calabar vai avaliar a atuação da escola. *A Tarde*, Salvador, 23 de janeiro de 1983.
- Cardeal celebra missa da esperança no Calabar. *A Tarde*, Salvador, p. 2, 05 de janeiro de 1981.
- Comunidade planta horta em mutirão. *A Tarde*, Salvador, 08 de setembro de 1982.
- Escola do Calabar é modelo. *A Tarde*, Salvador, 26 de março de 1984.
- Fernando Conceição, comissão de Relações Públicas da Sociedade. *A Tarde*, Salvador, 28 e abril de 1981.
- Grupo de Jovens quer ação da Prefeitura no bairro do Calabar. *A Tarde*, Salvador, 1978, p. 2.
- Moradores querem obras anunciadas em Calabar. *A Tarde*, Salvador, 26 de março de 1981.
- Moradores reivindicam a continuação das obras. *A Tarde*, Salvador, 06 de setembro de 1982.
- Moradores voltam sem falar com o prefeito. *A Tarde*, Salvador, 12 de maio de 1981, p. 3.
- Posse da terra questão que aflige o Calabar. *A Tarde*, Salvador, p. 2, 30 mar. 1980.
- Quatro mil pessoas reclamam do abandono da Rua Nova do Calabar. *A Tarde*, Salvador, 2 de setembro de 1978.
- Sociedade do Calabar explica caminhada. *A Tarde*, Salvador, 14 de maio de 1981, p. 2.

Correio da Bahia

Calabar: prefeitura inicia a urbanização. *Correio da Bahia*, Salvador, 31 de outubro de 1981.

Jornal da Bahia

- Calabar prepara protesto contra atraso de obras. *Jornal da Bahia*, Salvador, 28 de abril de 1981.
- Calabar x Prefeitura. *Jornal da Bahia*, Salvador, 12 de maio de 1981, p. 2.
- Definida situação do Calabar. *Jornal da Bahia*, Salvador, 19 de setembro de 1981.
- Jornal da Bahia*, Salvador, 5 de maio de 1981.
- No Calabar, os moradores lutam por suas terras. *Jornal da Bahia*, Salvador, 04 julho de 1981.
- Palestra sobre posse legal de terra no Calabar. *Jornal da Bahia*, Salvador, 18 de junho de 1981.
- Prefeito visita o Calabar. *Jornal da Bahia*, Salvador, 8 de junho de 1979.
- Prefeitura anuncia as medidas para o Calabar. *Jornal da Bahia*, Salvador, 13 de janeiro de 1980, p. 3.
- Prefeitura para início das obras. *Jornal da Bahia*, Salvador, 6 de setembro de 1981.

O Estado de São Paulo

Favelados em passeata. *O Estado de São Paulo*, Da sucursal de Salvador, 12 de maio de 1981.

Tribuna da Bahia

- Calabar empossa nova diretoria. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 20 de setembro de 1982.
- Calabar inaugura sua escola amanhã. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 30 de outubro de 1982.

Debate no Calabar sobre conflitos. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 10 de dezembro de 1983.

Prefeitura recebe proposta para o Calabar até dia 15. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 19 de junho de 1981.

Tribuna da Bahia, Salvador, 21 de novembro de 1986.

Tribuna da Bahia, Salvador, 26 de agosto de 1985.

Fontes Oraís:

Entrevistas realizadas nesta pesquisa:

Entrevista concedida por Edmundo Santa Rita, em 2016. A entrevista foi realizada, em dois momentos, na residência do entrevistado. Ondina, Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Entrevista concedida por Erenildes de Jesus Lopes, em 2018. A entrevista foi realizada no trabalho da entrevistada. Conselho Tutelar. Federação, Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Entrevista concedida por Fernando Conceição, em 2016. A entrevista foi realizada no trabalho do entrevistado. Faculdade de Comunicação - FACOM/ UFBA. Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Entrevista concedida por Joseleda, em 2018. A entrevista foi realizada na residência da entrevistada. Calabar, Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Entrevista concedida por Manuel Conrado Ribeiro Filho, em 2018. A entrevista foi realizada, em dois momentos. Av. Centenário, Barra; Faculdade Estácio, Stiep, Salvador - Ba. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Entrevista concedida por Rita de Cássia dos Santos, em 2018. A entrevista foi realizada na residência da entrevistada. Calabar, Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Entrevista concedida por Rita Santa Rita, em 2016. A entrevista foi realizada no trabalho da entrevistada. Escola Nossa Senhora de Fátima. Alto das Pombas. Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Entrevista concedida por Roberto Caetano dos Santos, em 2016. A entrevista foi realizada no trabalho do entrevistado. Petrobrás. Stiep, Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Entrevista concedida por Maria Hilda Baqueiro Paraíso, em 2020. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS. A entrevista foi realizada na Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas (FFCH)/ (UFBA). Atualmente Maria Hilda é diretora da FFCH.

Entrevistas realizadas pelo projeto “História e Memória das Lutas populares na Bahia: a trajetória do Calabar”- UFBA. Coordenador - professor Dr. Iraneidson Santos Costa:

Entrevista concedida por Antônio Maximínio de Jesus, 2015. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS

Entrevista concedida por Dona Tereza, 2015. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Entrevista concedida pelo cônjuge José Barbosa e Jucélia Barbosa. 2015. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Entrevista concedida por Naldira da Silva Neves e Vera Lúcia Neves Santos. 2015. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Entrevista concedida por Fernando Conceição, em 2013. A entrevista foi realizada no Centro de Estudo e Ação Social (CEAS). Salvador - BA. Acervo do Calabar. CAMPO/CEAS.

Artigos, dissertações, teses e livros:

AARÃO REIS, Daniel. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: Ferreira, Jorge e Aarão Reis, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Ação Popular dos Bairros de Salvador. Sistematizações de experiências na década de 1980. Organizador Valdisio Fernandes. *INSTITUTO BÚZIOS*. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

AFONSO, L. D.; SERPA, A. S. P. *Perfil socioeconômico e cultural do bairro de Itapuã, em Salvador – BA*, 2007.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade*. Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALMEIDA, Gilberto W.. As experiências do Convênio Cultura e do Trabalho Conjunto de Salvador. *Caderno do CEAS*, n. 194, p. 21-47. Salvador: CEAS, jul./ago., 2001.

ALONSO, Ângela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço dos debates*. Lua Nova, São Paulo, n° 76, 2009.

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: Uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ARAGÃO, José Wellington. Calabar: uma comunidade de doente. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 1978.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió (AL): EDUFAL, UNESP, 2010.

BENSAID, Daniel. “As classes ou o sujeito perdido”. In: *Marx: o intempestivo. Grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOA MORTE, Leonardo. *A luta da comunidade do Calabar: processo de desenvolvimento da JUC-SOBE – Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar (1977-1982)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH)/ UFBA, Salvador, 2017.

BARROS, José D’assução. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

CALDEIRA, Tereza P. do R.. *A Política dos Outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, Lucileide. 50 Anos Depois: Discursos de Memória e Reconstruções históricas sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Brasileira. Manuel LOFF, Luciana SOUTELO e Filipe PIEDADE (coord.). *Ditaduras e Revolução*. Democracia e políticas da memória. Coimbra, Ed. Almedina, 2014.

CARVALHO, José Murilo. Passo atrás, passo adiante (1964-1985). In: *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTRO, Nadya A. Imagens do sindicalismo baiano nos anos 80. In: GUIMARÃES, A. S. A.; LORZA, F. R.; LOPES, F.; SOBRINHO, G. K.; CASTRO, N. A.; FÁLCON, P. *Repensando uma década: a construção da CUT na Bahia nos anos oitenta*. Salvador, CEPA/CEAS/UFBA/FFCH/Mestrado em Sociologia/CED, 1994.

CASTRO, Nadya. Novo operariado, novas condições de trabalho e novos modos de vida nas fronteiras do moderno capitalismo industrial brasileiro. *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Anais. Belo Horizonte, ABEP, V. 2/437-482, 1988.

CHALHOUB, Sidney. *A guerra contra os Cortiços: Cidade do Rio de Janeiro, 1950-1906*. Campinas, IFCH- UNUCAMP. Col. "Primeira Versão", nº 29, 1990.

COELHO, L. R. . *História de uma iniciativa popular na capital soteropolitana: o jornal comunitário Kalabari como alternativa ao silenciamento*. In: VII Encontro Nacional de História da Mídia, 2009, Fortaleza. 7 Encontro Nacional da História da Mídia - mídia alternativa e alternativas midiáticas. Fortaleza: Fundação Edson Queiroz/Rede ALCAR, 2009.

CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*. Edição do autor, impresso na BUREAU, 1984.

COSTA, Iraneidson S. *Que papo é esse?: Intelectuais religiosos e classes exploradas no Brasil (1974-1985)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2007.

Da MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ESPIÑEIRA, M. V. *O partido, a Igreja, e o Estado nas associações de Bairros*. Salvador: Edufba, 1997.

FIGUEIRAS, Oto. O Quebra-quebra de Salvador. *Caderno do CEAS*, n. 76, p. 18-27. Salvador: CEAS, nov./dez., 1981.

FIGUEIRÊDO, Andersen Kubnhavn. *Ativismo negro em Salvador no período da Ditadura Militar (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) – Cachoeira, 2016.

FERREIRA, Edemir B. *A multidão rouba a cena: o quebra-quebra em Salvador (1981)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

GALVÃO, Andréia. *Marxismo e movimentos sociais*. Crítica Marxista, nº 3, 2011.

GARCIA, Antonia dos S.. *Mulheres da cidade d'Oxum: relações de gênero, raça, classe e organização espacial do movimento de bairros em Salvador*. Salvador: Edufba, 2006.

GARCIA, Marco Aurélio (Org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Cedec, 1986.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

- GIUDICE, D. S; SOUZA, R. C. A. *O processo Recente de Favelização em Salvador: O Exemplo do Calabar*. Revista de Desenvolvimento Econômico Salvador. Ano 2, nº 03. 2000.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo. Edições Loyola, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2008.
- GUIMARÃES, Iracema B.. *Consequências de uma expansão periférica e seus impactos sobre a população juvenil*. Cadernos do CEAS, Salvador, n.235, p. 23-44, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. SP Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à Cidade*. In. Rubens Eduardo Frias. São Paulo. Centauro, 2001.
- LIMA, Gisele Oliveira de. *Movimento Baixa do Marotinho: A luta pela moradia em Salvador (1974-1976)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2009.
- GONZALEZ, Lélia. *Mulher Negra*. Conferência promovida pelo African-American Political Caucus e pela Morgan State University. (Versão traduzida pela conferencista). Baltimore, 9-12 de agosto de 1984.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1982.
- LOWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação?: religião e política na América Latina*. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016. Título original em Português: LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. 1ª ed., In. Vera Lúcia Mello Josceline. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- LUCA, Tania Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAIA, César Portantiolo. *Jovens na Pastoral da Juventude do Brasil: entre a autonomia e a tradição*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo (USP), Guarulhos - SP, 2015.
- MARTINS, Suely Aparecida. *Caminhos e descaminhos da socialização política na Pastoral da Juventude: o caso de Londrina*. p. 22. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas - SP: [s.n], 2000.
- , Maria R. M. As invasões na Cidade de Salvador. *Caderno do CEAS*, Salvador, 1981.
- MATTEDI
- NEGRO, Antonio Luigi. *E. P. Thompson no Brasil: recepção e usos*. Crítica Marxista, n.39, 2014.
- NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. *Mãe parálitica no teatro das oligarquias?: o papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite*. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, 2013, p. 863.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. Tradução e transcrição de Monique Augras e edição de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. A entrevista de história oral e suas representações literárias. In. *Ensaio de História Oral*. Letra e Voz, 2010.

- REIS, Jorge R. F.. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. *Revista: Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*.
- RODRIGUES, Leôncio M.. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. BOITO Jr. A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: _____ (org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- TEIXEIRA, Humberto. *O Planejamento urbano e a efetividade dos direitos à cidade no bairro do Calabar*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador (UCSal), Salvador, 2014.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VASCONCELOS, Pedro Almeida. Os agentes modeladores de Salvador no período colonial. *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*. Unifacs, V. 2, N. 3, 2000.
- VERÔNICA, Luciana. *Movimentos Comunitários em Juiz de Fora – MG (1974-1988)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). 2010.
- ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta: Trajetória de um movimento de bairro de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 1985.